

Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da TAP, S. A.

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 10

05 de abril de 2023

(17,04 h – 23,21 h)

Ordem do dia: — Audição da Eng.ª Alexandra Reis, na qualidade de ex-CPO, ex-CFCO e ex-COO da TAP, ex-Presidente do CA da NAV e ex-Secretária de Estado do Tesouro.

Presidente da Comissão: Jorge Seguro Sanches (PS)

Deputados Oradores: Bernardo Blanco (IL)

Bruno Dias (PCP)

Mariana Mortágua (BE)

Hugo Costa (PS)

Paulo Moniz (PSD)

Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Filipe Melo (CH)

Hugo Carneiro (PSD)

Bruno Aragão (PS)

Patrícia Dantas (PSD)

O Sr. **Presidente** (Jorge Seguro Sanches): — Srs. Deputados, vamos dar início à nossa reunião.

Eram 17 horas e 4 minutos.

Se estiverem todos de acordo, uma vez que já há quórum, iniciávamos a nossa reunião, com a minha proposta de suspensão imediata, para ir à porta buscar a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis, que se faz acompanhar pelo seu advogado.

Hoje, a nossa primeira ronda começa pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, com o Sr. Deputado Bernardo Blanco, que já está presente.

De qualquer forma, a Sr.^a Engenheira, pela informação que tenho, fará uma apresentação inicial, sem projeção.

Ontem foi um dia muito duro, mas conseguimos criar boas condições de trabalho quer para os Srs. Deputados, quer para quem nos apoia, quer para a comunicação social. Pedia que criássemos efetivamente essas boas condições para que os nossos trabalhos possam produzir os melhores resultados.

Vou, então, suspender os trabalhos que retomaremos dentro de pouco tempo.

Eram 17 horas e 5 minutos.

Boa tarde a todos, outra vez. Estamos em condições de retomar os nossos trabalhos, para procedermos à audição da Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis, que, como referi antes, está acompanhada do seu advogado.

Eram 17 horas e 7 minutos.

Relembro a todos que é muito importante criarmos as condições para que possamos trabalhar e para que nos possamos ouvir. Peço o esforço de todos os Srs. Deputados, da comunicação social e de todos os assessores que nos acompanham para alcançarmos esse objetivo.

Quem está connosco está obrigado ao cumprimento do dever da verdade, como todos sabemos — o que, aliás, foi transmitido —, e tem a possibilidade de fazer uma apresentação inicial com o tempo indicativo de 15 minutos. Fui informado de que é esse o caso e que a Sr.^a Engenheira pretende fazer uma intervenção.

Depois disso será a vez dos grupos parlamentares, começando, nesta primeira ronda que é uma ronda de pergunta-resposta, pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Na segunda ronda, haverá 5 minutos para cada um dos grupos parlamentares fazer perguntas, com resposta imediata da Sr.^a Engenheira.

Mais uma vez, agradeço a presença da Sr.^a Engenheira, dando-lhe as boas-vindas. Tem a palavra, Sr.^a Engenheira, para fazer a sua intervenção inicial.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis** (ex-CPO, ex-CFCO, ex-CCO da TAP, ex-Presidente do CA da NAV e ex-Secretária de Estado do Tesouro): — Ex.^{mo} Sr. Presidente, Ex.^{mas} Sr.^{as} e Srs. Deputados: A minha jornada na TAP (Transportes Aéreos Portugueses) iniciou-se em setembro de 2017, após um percurso em vários setores — telecomunicações e tecnologia, energia e, mais tarde, aviação, numa multinacional de aviação privada.

Na TAP, fui inicialmente responsável pela área de *Procurement and Real Estate*, até que, em plena pandemia, em outubro de 2020, fui convidada pelo acionista HPGB para integrar a Comissão Executiva e o Conselho de Administração do grupo, tendo assumido, nessa altura, responsabilidades

adicionais com a área de recursos humanos, carga, *catering*, *handling*, entre outros.

Em janeiro de 2021, quando a Comissão Executiva ficou reduzida a duas pessoas, acumulei ainda as áreas financeiras, como *chief financial officer* (CFO), e de sistemas de informação.

Foram períodos muito desafiantes na história da empresa e em ciclos totalmente opostos. Se os primeiros anos foram marcados por um crescimento muito acelerado, os últimos anos foram marcados por uma pandemia e uma contração abrupta da atividade da empresa, ambos momentos sem paralelo na história da TAP. A natureza destes momentos obrigou a respostas a desafios bem diferentes, a que a empresa soube responder. Não será possível elencar aqui todos os desafios ultrapassados, mas permitam-me que saliente aqui alguns deles.

Em primeiro lugar, refiro a elaboração do plano de reestruturação, a sua submissão, em dezembro de 2020 e em junho de 2021, à DG Comp (Directorate-General for Competition), assim como a sua discussão com as tutelas setorial e financeira, nomeadamente o seu foco na redução de custos da empresa e o seu carácter conservador na receita, o que culminou com a sua aprovação bem-sucedida em dezembro de 2021.

Em segundo lugar, destaco a gestão da área financeira, num contexto de tesouraria da empresa extremamente frágil, com meses de *shutdown* e de total imprevisibilidade sobre a operação da empresa e conseqüentemente sobre as suas receitas e liquidez, sem que houvesse abertura para financiamentos no mercado e com total incerteza sobre a aprovação do plano e conseqüentes auxílios do Estado.

Meses houve em que o cumprimento de *covenants* financeiros, o pagamento de impostos, o pagamento de contribuições para a segurança social, assim como o pagamento de salários, foi conseguido em situações-limite, o que só foi possível graças ao apoio que muitos credores da empresa,

nomeadamente os seus fornecedores, aportaram à mesma. Agradeço a esses e ao acionista, porque, sem eles, a empresa não teria conseguido sobreviver àqueles meses mais difíceis.

Em terceiro lugar, e ainda como CFO, saliento o fecho das piores contas de sempre da empresa, em simultâneo com decisões difíceis sobre alguns ativos da empresa, tais como a *due diligence* à atividade de manutenção no Brasil, sem a qual não se saberia quanto custaria o seu encerramento e qual o melhor caminho jurídico para essa decisão. E também o processo de insolvência da Groundforce, empresa da qual a TAP depende e que passou por situações de salários e subsídios de férias em atraso, com danos gravíssimos para os seus trabalhadores e riscos elevadíssimos para a operação do sistema aeroportuário do País.

Adicionalmente, refiro o redimensionamento do número de colaboradores da empresa, as reduções de salários, que são hoje uma alavanca fundamental para o caminho de recuperação da empresa. Tratou-se de uma das decisões mais difíceis de sempre, tomada no primeiro semestre de 2021 apenas porque não havia nem trabalho, nem perspetivas de trabalho, nem dinheiro para pagar a todos aqueles trabalhadores.

Sei também que, por muito difícil que tenha sido fazê-lo, terá sido infinitamente mais difícil para quem foi alvo das referidas medidas. A todos os trabalhadores agradeço: aos que ficaram e continuaram a apoiar a empresa com o seu esforço e trabalho e a todos os que saíram, porque dessa forma deram também um contributo maior para a sobrevivência da TAP.

Por último, refiro a renegociação sistemática de contratos, com foco na redução de custos da empresa, o que resultou, no período da pandemia, em poupanças de 130 milhões de euros. Ou seja, dos 150 milhões de euros de poupanças, apresentados agora em março de 2023 nos últimos resultados da empresa, 130 milhões foram objetivamente atingidos sob a minha responsabilidade até dezembro de 2021.

Como referi, não seria possível aqui elencar todas as medidas, todas as iniciativas implementadas que permitiram, no momento em que tinha a Comissão Executiva, repito, reduzida a dois elementos, receber a nova equipa de gestão em junho de 2021, com a empresa capitalizada, com uma posição de tesouraria superior a 500 milhões de euros, com as grandes iniciativas de reestruturação já implementadas, e no momento em que, com o abrandamento da pandemia, a retoma da operação já acontecia de forma consistente e permitia o crescimento da sua receita.

Estas, realço, foram etapas críticas para que nesse ano, em dezembro de 2021, o plano de reestruturação tivesse sido aprovado com sucesso por Bruxelas. A partir de junho de 2021, estando já nessa altura nomeada como administradora da TAP SA pelo acionista Estado, fruto do aumento de capital da TAP SA de maio de 2021, além da nomeação na TAP SGPS pelo acionista privado, HPGB, continuei com o mesmo compromisso e dedicação a trabalhar para seguir a implementação, com sucesso, do plano de reestruturação, sempre pautada por uma lógica de gestão de custos muito prudente.

Foi nesse âmbito, e dando cumprimento às minhas responsabilidades enquanto administradora, que manifestei sempre de forma construtiva as minhas visões, mesmo quando estas não eram coincidentes com as da nova CEO (*chief executive officer*). Têm vindo a ser comentadas de forma recorrente sete razões que levaram a essas divergências, algumas das quais o tempo me veio dar razão.

No entanto, e isto é importante, nenhuma delas beliscou uma única vez, repito, uma única vez que fosse, o meu compromisso com a implementação do plano de reestruturação. Fi-lo sempre na defesa dos interesses da empresa, dos seus trabalhadores, acionistas, clientes e credores, como forma de garantir o sucesso da implementação do plano.

Entendo, e sempre entendi, que a diversidade de visões num órgão colegial como a Comissão Executiva ou como o Conselho de Administração permite uma discussão mais ampla sobre os assuntos da empresa e permite que esta tome decisões mais informadas e tendencialmente e conseqüentemente melhores.

Assim, e como é esta a minha forma de estar nas organizações, quando a 25 de janeiro de 2022, e só nesta data, a CEO me informou de que pretendia distribuir os meus pelouros, que pretendia terminar os meus vínculos à empresa, de administradora e de trabalhadora, e que iria contactar uma sociedade de advogados para esse efeito, para que se respeitassem os meus direitos e se acordassem as condições da minha saída, acedi. Acedi no dia seguinte, dia 26 de janeiro, a essa solicitação, porque não queria, de forma alguma, criar um problema institucional no seio da Comissão Executiva da TAP.

Nesse sentido, solicitei também a uma sociedade de advogados que me apoiasse nesse processo, pelo que aceitei de boa-fé a contraproposta de acordo proposta pela TAP, correspondente a uma indemnização de 500 000 € brutos pela cessação do meu mandato e do meu contrato de trabalho.

Um ano depois, em dezembro de 2022, foram pela primeira vez levantadas questões sobre o enquadramento jurídico da indemnização. Agora, em março de 2023, a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) propôs a devolução de parte muito significativa da mesma. Decidi, apesar da minha discordância e da dos advogados que agora me representam do teor do parecer da IGF, que quero devolver, como sempre disse que faria, essa parte da referida indemnização.

Nesse sentido, logo na manhã seguinte à publicação do referido parecer, no dia 7 de março, os meus novos advogados contactaram de imediato a TAP para o apuramento dos montantes líquidos a devolver. Desde

esse dia e até hoje, e apesar das insistências feitas — três, pelo menos! —, continuo a aguardar essa indicação, para que se possa proceder à devolução.

Esclareço ainda que aceitei o convite para a NAV (Navegação Aérea), que ocorreu mais tarde, apenas após a minha saída da TAP, e que o decidi aceitar, tendo em consideração o desafio dos projetos que a empresa tem de enfrentar, para os quais considero que tenho os conhecimentos e experiência relevante, como amplamente demonstrado com a implementação muito bem-sucedida, considerada uma referência pela Eurocontrol, do novo sistema de gestão de tráfego aéreo da empresa.

Razão semelhante levou-me a aceitar o convite para assumir a Secretaria de Estado do Tesouro. Apesar de ser um membro da sociedade civil, sem nenhuma filiação ou vida partidária ou vida política, entendi que o desafio da eficiência e controlo de custos, a par da melhoria da qualidade de serviço dos serviços públicos, seria mais um contributo meu, como portuguesa, ao serviço do meu País.

Termino esta minha intervenção inicial sublinhando que aceitei sair de uma empresa em total boa-fé, à qual me entreguei com todo o meu compromisso num dos momentos mais difíceis da sua existência. Estou aqui agora, mas já com os olhos postos no futuro, naturalmente e totalmente disponível para responder às questões das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira, agradeço a sua apresentação inicial. Vamos agora começar a primeira ronda das nossas questões com o Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal.

Esta primeira ronda tem o modelo de pergunta-resposta, sendo que o tempo de que a Sr.^a Engenheira dispõe para responder é apenas indicativo, ou seja, teremos todo o gosto de a ouvir, se entender falar mais do que o tempo das perguntas.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, cumprimento a Sr.^a ex-Secretária de Estado Alexandra Reis e o seu advogado.

A primeira pergunta que tenho de lhe fazer, face aos acontecimentos de ontem, é se, antes desta audição, reuniu com alguém do PS, seja algum Deputado, seja alguém do Governo.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Deputado, não reuni com nenhum Deputado, de nenhum partido político, ou membro do Governo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado.

Estando esse ponto assente, gostava de começar por lhe perguntar se no contrato da CEO, assinado em junho de 2021, foram a Sr.^a Alexandra Reis e o Sr. Ramiro Sequeira que assinaram do lado da TAP. Confirma isto?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Confirmo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nesse contrato, a que a Comissão teve acesso, o ponto 9.2 diz que há uma exceção ao regime de exclusividade, que a lei exige, e que a CEO pode estar no *board* das empresas ZeroAvia e Met Office, ambas do ramo da aviação.

Pergunto-lhe se esse contrato que assinou não viola o regime de exclusividade a que a CEO tinha de estar sujeita.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — O contrato da CEO verte as condições que foram acordadas entre a CEO e a tutela, e, por isso, todas as condições que estão naquele contrato são as que estavam refletidas nas condições que a CEO acordou com a tutela.

Por isso, o que aconteceu na altura foi que a tutela setorial pediu à TAP para que redigisse um contrato para dar suporte àquelas condições comerciais que estavam acordadas, nas quais se incluía a possibilidade de a CEO estar representada noutros *boards*, noutras organizações, e a TAP, solicitando apoio jurídico externo, o que fez foi pedir a redação de um contrato que vertesse aquelas condições.

Após isso, aquele contrato foi submetido à tutela e verificado. Depois então, a CEO assinou o contrato e eu e o Ramiro Sequeira assinámo-lo também, porque na altura éramos os dois elementos presentes na Comissão Executiva da empresa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas há algum documento do Governo com essa autorização, com essa decisão?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Houve várias trocas de informação, nomeadamente por *e-mail*, mensagem e também em reuniões para clarificar alguns dos pontos da redação do acordo, mas existe um *ok* à versão final do acordo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pelo que vejo na lei, na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 20.º, a única forma de este contrato não ser ilegal é, exatamente, se houver uma autorização, uma decisão do Governo.

Por isso, não havendo nenhum documento formal de uma decisão do Governo, não percebo como é que o contrato pode ser legal. Ou, mais uma vez, é mais uma prática da TAP de haver muitas decisões com base em documentação informal!

O que lhe pedia, então, era se poderia enviar essa documentação informal — que nós pediremos também à TAP — a esta Comissão, porque, do que já vi, não recebemos nada dessa documentação.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Para clarificar, Sr. Deputado, há um *term sheet* — e não considero que isso seja documentação informal — e a TAP terá essa informação. Eu já não estou na empresa e não tenho acesso direto a esse tipo de documentos, mas certamente que a TAP terá.

E foram trocados *e-mails*, nos quais as várias versões do contrato foram sendo clarificadas, entre os advogados que, na altura, a TAP contratou e os advogados da CEO.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E, aí, a grande preocupação era, então, de cumprir o Estatuto do Gestor Público. Correto?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — A grande preocupação, aí, era verter as condições acordadas pela tutela — todas aquelas condições — num documento jurídico que lhe desse suporte.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, mas então esse contrato tinha de cumprir o Estatuto do Gestor Público. Certo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Na altura, o que foi solicitado aos advogados foi, de facto, que aquele *term sheet* fosse vertido num documento jurídico que lhe desse suporte.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, mas este contrato tinha de cumprir o Estatuto do Gestor Público. Certo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não tenho dúvidas quanto a isso, Sr. Deputado.

Na altura, aquele foi o documento que os assessores externos da TAP entenderam que cumpria os requisitos de verter as condições daquele *term sheet* num documento jurídico que, naturalmente, deveria cumprir a lei.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito bem, Sr.^a Alexandra Reis, exatamente, deveria cumprir a lei, inclusive o Estatuto do Gestor Público — mesmo que não o queira dizer desta forma.

Assinou esse contrato e o que lhe pergunto é o seguinte: sabendo, então, que era preciso cumprir o Estatuto do Gestor Público neste caso, porque é que no seu caso não se lembrou? Ou, tendo-se lembrado, porque é que não acautelou isso junto dos seus advogados?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Deputado, aquele contrato foi assinado estabelecendo todas as condições do referido *term sheet* num documento jurídico que os advogados recomendaram; de boa-fé, naturalmente, tanto eu como o CEO interino da altura o assinámos, crentes, sempre crentes de que cumpriria na íntegra todas as disposições legais necessárias.

Não houve, na altura, uma discussão específica sobre o Estatuto do Gestor Público. Da mesma forma que, quando a TAP solicitou a minha saída da empresa, a formulação jurídica encontrada e proposta pelos advogados da TAP foi a de uma «renúncia precedida de um acordo»; essa foi a formulação jurídica e eu, de boa-fé, confiei nos advogados da TAP e também naqueles que me representavam, na altura.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A 29 de dezembro de 2021, o Ministro Pedro Nuno Santos recebeu um *e-mail* seu a colocar o lugar à disposição. Pergunto-lhe porque é que, primeiro, pôs o seu lugar à disposição

— poderia sair a custo zero — e, passadas duas ou três semanas, estava a pedir 1,5 milhões de euros.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Deputado, no dia 29 de dezembro, enviei um *e-mail* ao Sr. Ministro das Infraestruturas, ao Sr. Secretário de Estado Hugo Santos Mendes e ao Sr. Secretário de Estado do Tesouro, da altura. Aquele *e-mail* dizia, de forma muito clara, que eu mantinha o meu compromisso e a minha vontade em continuar na empresa e a continuar a implementação bem-sucedida do plano de reestruturação, caso fosse essa a vontade de SS. Ex.^{as}

E porquê? Porque, na altura, houve uma alteração acionista na TAP SGPS e eu estava nomeada na TAP SA, o transporte aéreo pelo acionista Estado — tinha sido nomeada pelo acionista Estado —, mas tinha uma situação atípica, porque na SGPS estava nomeada pela HPGB.

Sabendo eu que a HPGB tinha saído do capital da empresa, entendi que era ética e institucionalmente correto mostrar a minha disponibilidade para continuar na empresa — até com o ânimo reforçado, porque o plano de reestruturação tinha sido aprovado muito poucos dias antes —, caso fosse essa a vontade do Sr. Ministro e do Sr. Secretário de Estado; caso não fosse essa a sua vontade, eu estaria disposta, naturalmente, a sair da empresa... a fazer uma renúncia àquele mandato.

O Sr. **Presidente**: — Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, é só para repetir a questão, muito rapidamente, porque há pouco já gastei tempo a perguntar três vezes a mesma coisa. Era só para saber o que é que mudou, então, naquelas três semanas, visto que isso não foi respondido.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira, se puder dar um esclarecimento mais claro ao Sr. Deputado, ficaremos gratos.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não tive resposta a essa comunicação. Não tive resposta e continuei a fazer o meu trabalho, no dia a dia, com o mesmo empenho e rigor.

Semanas depois, a CEO informou-me de que queria que eu saísse da empresa. Entendi aquele pedido... Confesso que talvez ainda não entenda perfeitamente, de forma muito clara, as razões que o motivaram, mas entendi que me estavam a pedir para sair da empresa.

Não me estavam a pedir para renunciar a um mandato na SGPS, não estavam sequer minimamente mandatados pelo acionista, isto no sentido em que as razões que me foram apresentadas naquele dia foram relacionadas com o facto de se querer reorganizar a Comissão Executiva. Esse é um cenário diferente: pediram-me para sair da empresa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Quando e como é que a CEO lhe pediu para sair da empresa?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — No dia 25 de janeiro, numa reunião muito curta, a CEO explicou-me que queria distribuir os pelouros que eu tinha por outros membros da Comissão Executiva. Explicou-me que a área de recursos humanos deveria ficar com ela, que a área de *procurement* deveria ficar com o CFO e, a dada altura, interrompi-a e perguntei: «E o que é que eu fico a fazer?». Ela disse-me: «Eu quero que saias da empresa.»

Deixou claro que queria, não só, que eu terminasse o meu mandato como administradora, mas também como colaboradora da empresa, porque eu tinha um contrato de trabalho. Deu-me nota de que iria falar com um

advogado, ou de que já teria falado com um advogado para tratar do processo e pediu-me confidencialidade sobre o assunto.

Foi uma conversa muito rápida e eu respondi-lhe que iria ponderar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Isso foi uma conversa presencial ou foi por...

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Presencial.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Essa informação, pelo menos a de dia 25 e dessa reunião, é nova. Aliás, olhando para outras informações que já temos, isso já foi, claramente, depois de muitas conversas, inclusive com o próprio Governo.

Pergunto-lhe se sabia que o Governo estava a par, ou se soube, pelo menos no fim do mês, que o Secretário de Estado do Governo já estava a par disto.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não tive informação sobre quem do Governo estaria à par.

Na altura, perguntei: «*Is the government ok with this?*» E a resposta foi «sim»... «*Of course, of course*».

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Esta expressão também é boa e também é nova.

Queria perguntar-lhe outra coisa. Numa mensagem da CEO, também um *e-mail*, a que a Comissão teve acesso, a mesma diz que a Sr.^a Alexandra Reis, já naquela última semana, tinha muita pressa em sair, que queria sair na sexta-feira.

Pergunto-lhe se confirma isto e o porquê da pressa, digamos assim, tendo em conta que os documentos jurídicos precisavam, acho eu, de um bocadinho mais do que aquelas poucas horas daqueles dias.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Senti sempre um sentido de urgência em todo aquele processo, por parte da CEO.

O sentido de urgência não era meu e não considero correto dizer que eu queria sair na sexta-feira, dia 4. Aliás, o acordo foi assinado a uma hora muito tardia e eu ainda sugeri que ele só fosse celebrado na segunda-feira seguinte, porque queria muito ter a oportunidade de comunicar às minhas equipas presencialmente, e não por mensagem.

Isso não foi aceite e eu assinei o acordo na sexta-feira, dia 4 de fevereiro, já pelas 10 horas da noite ou algo assim — não me recordo da hora exata —, e foi exatamente nessa altura que enviei também mensagens às minhas equipas a dar nota de que estaria de saída da empresa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, esta informação de que queria sair na sexta-feira foi inventada pela CEO, ou houve alguma conversa sobre isto?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não falei, durante todo esse período, com a CEO sobre esse assunto — todas as conversas foram feitas entre advogados. Eu dei nota dessa minha vontade de querer comunicar às minhas equipas, e de preferência presencialmente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Gostaria também de lhe perguntar se o processo foi acompanhado, ou não, pelos serviços jurídicos da TAP, porque o Ministro Pedro Nuno Santos disse que sim; a Sr.^a CEO, ontem, esteve cá e disse que não; a IGF também diz que acha que não...

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não tenho como saber.

Todo o processo foi tratado entre mim e os meus advogados, e sei que os meus advogados falaram com os advogados, com os assessores externos da TAP.

Não tenho nenhuma informação — nunca me foi dito, em momento algum, pelos meus advogados — de que haveria algum tipo de contacto com o Departamento Jurídico da TAP. Não tenho essa informação e, mais, não tenho como saber.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E não acha estranho que os serviços jurídicos da TAP não estejam envolvidos em nada deste processo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Confesso que não.

Aquela sociedade de advogados já assessorava a TAP desde há algum tempo, e era um tema que a CEO deixou, de forma muito explícita, que queria que fosse muito reservado, com muita confidencialidade.

Não sei com quem ela terá falado, mas não vi... Não achei estranho, confesso — a resposta é essa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Gostava de ter a sua opinião sobre várias das alegadas divergências que há pouco mencionou entre si e a Sr.^a CEO e que potencialmente levaram à sua saída.

A primeira é que foi ontem noticiado, também com base aqui em algumas perguntas dos Srs. Deputados, que teria sido afastada da TAP por bloquear negócios com o marido da Sr.^a CEO. Pergunto se confirma isto.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu nunca falei com a CEO sobre as propostas que uma empresa Zamna fez à TAP. Nunca comentei esse assunto com a CEO e a CEO nunca me fez nenhum comentário sobre esse assunto.

Foi um processo que terá sido iniciado em outubro com apresentações de propostas e o esforço comercial normal de uma empresa que tenta vender uma solução a outra empresa. Eu mantive a minha equipa em sobreaviso, porque não faria sentido avançar com aquela aquisição e dei instruções muito claras à minha equipa — até porque, entretanto, o tema arrastava-se, a certa altura, já não era uma solução, era um piloto —, em dezembro de 2021, sobre nenhuma contratação àquela empresa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A CEO, possivelmente, teve essa informação, não por si, mas por alguém?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Como referi, não comentei nunca este tema com a CEO, nem a CEO me fez algum comentário, algum tipo de sugestão ou recomendação sobre esse assunto.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Chegou-lhe alguma informação de que a CEO poderia estar descontente com essa sua decisão?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não, não tive informação nenhuma nesse sentido.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A segunda alegada divergência é sobre a mudança da sede. Gostava que nos pudesse explicar, se possível.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — A dada altura foi discutida em sede de Comissão Executiva a potencial necessidade de mudar a sede do edifício

atual, o Edifício 25, na zona do aeroporto, para uma localização fora do *campus*. Eu mostrei sempre imensas reservas e muitas reticências sobre esse assunto, por várias razões.

A primeira das quais é que a TAP paga zero pelo edifício onde tem agora as suas instalações. É um edifício próprio. Mudar iria exigir sempre pagar uma renda numas instalações diferentes. Haveria sempre, muito provavelmente, um custo extra com o *fit out* dessas instalações. Não se consegue encontrar um edifício no qual não seja preciso fazer algumas obras.

Adicionalmente, era uma mudança que eu entendia como penalizadora para os colaboradores da empresa. Porquê? Porque não se iria conseguir encontrar um edifício em Lisboa com uma cantina com dimensão suficiente, e o subsídio de almoço na TAP tem um valor relativamente reduzido. Num momento em que há cortes de salários na empresa, seria difícil pedir, onerar ainda mais os colaboradores com um custo extra.

Haveria também a questão do estacionamento. O *campus* tem espaço para a generalidade dos colaboradores poder estacionar. Iam perder essa opção. Não seria possível encontrar um edifício com dimensão para 1200 pessoas a estacionar a sua viatura, se fosse esse o número.

Adicionalmente, também me causava alguma estranheza porque é que, num momento em que a empresa iria ou virá a ser privatizada, se iria estar a estabelecer um contrato de arrendamento de longo prazo que só onera a empresa. Ou seja, não havia uma necessidade objetiva, porque as instalações atuais da TAP, apesar de não serem muito modernas e atualizadas — eu costumava chamar-lhes *vintage* —, são perfeitamente funcionais e todos os colaboradores estão perfeitamente adaptados.

De qualquer das formas, tentei encontrar alternativas porque o objetivo era ter umas instalações mais modernas e mais apelativas. Tentei encontrar alternativas e fizemos uma pesquisa em Lisboa para perceber que opções é que poderia haver e para perceber os custos. Na altura não foi

identificado o edifício dos CTT (Correios de Portugal), que foi muito comunicado na comunicação social, mas encontraram-se outras soluções, a um custo também mais baixo.

Tentei perceber se seria possível fazer obras no edifício para o renovar, se seria possível fazer um *sale and leaseback* do edifício, porque poderíamos ter uma renda de futuro, mas pelo menos haveria um encaixe financeiro logo no início. Nenhuma destas soluções foi bem acolhida e, entretanto, saí da empresa e não acompanhei mais o projeto, naturalmente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A terceira alegada divergência era sobre o caso da frota dos carros. Eu aqui gostaria de saber também qual é que foi a sua opinião e porque era contrária à da CEO ou a da CEO era contrária à sua?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Aí, Sr. Deputado, clarificava que, enquanto estive na TAP, não fiz nenhum concurso. Tinha a responsabilidade das compras e não fiz nenhum concurso para renovar a frota ou a totalidade da frota.

O que foi feito no ano de 2021 foi a extensão dos *leasings* que já existiam. Trabalhou-se uma adenda com a empresa de *leasing* dos carros para que aquele acordo pudesse acomodar viaturas usadas e foi feito na altura um concurso para comprar 11 viaturas usadas, *Peugeots*, iguais aos que já havia na empresa. Todos os colaboradores que tinham direito a carro tinham um carro daqueles. Não sei se eram o modelo 308 ou 3008, eu de carros não percebo muito, mas eram *Peugeot*, e o objetivo seria comprar 11 viaturas usadas, a um custo inferior, em bom estado, tentando que fossem com poucos quilómetros, porque entendia que era uma medida de bom senso, ou seja, que os colaboradores que precisavam das viaturas não iam ficar minimamente ofendidos e que todos os colaboradores da empresa iam entender aquela

medida como uma medida de contenção. Isto foi em 2021, logo a seguir às medidas duríssimas de redimensionamento e de redução salarial. Mas não fiz nenhum concurso para renovar a totalidade da frota e não o acompanhei. Soube desse tema pela comunicação social já após ter saído da empresa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A última pergunta sobre divergências é sobre o processo de reconversão da dívida do Estado dos 1200 milhões em capital, com a conseqüente diluição dos acionistas minoritários da TAP, aqueles 5 % dos trabalhadores. O CFO disse que a Sr.^a Alexandra Reis votou contra a designação do ROC (Revisor Oficial de Contas) do aumento de capital, que era essencial para o plano de reestruturação. Qual é que era aqui a sua grande divergência?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Deputado, clarificando: eu nunca fui contra o aumento de capital. Nunca. Aliás, fui eu que o escrevi no plano de reestruturação, o plano entregue a Bruxelas no dia 10 de junho de 2021. Esse aumento de capital, essa conversão do empréstimo acionista, está refletido nessa versão do plano e fui eu que o escrevi, isto ainda antes da entrada da nova equipa de gestão, por isso nunca fui contra.

Mas um tema é estar materialmente de acordo com essa decisão e outro tema é a forma como ela é tomada e, na altura, eu tinha várias preocupações. Eu entendia que aquela decisão da conversão do empréstimo em capital poderia ser tomada após a aprovação do plano de reestruturação, porque era algo que estava lá previsto e, por isso, o Conselho de Administração da TAP SGPS estaria mandatado para o fazer, porque, se não fosse esse o caso, essa decisão deveria ser tomada, na minha opinião, em Assembleia Geral de Acionistas da TAP SGPS.

Porquê? Por duas razões. Por um lado, porque havia acionistas minoritários, nomeadamente os 5 % que estavam pulverizados pelos

colaboradores, e também porque não havia ainda, naquela altura, visibilidade sobre a situação da TAP SGPS ou sobre como é que a TAP SGPS iria ser suportada. Porquê? A TAP SGPS, após o aumento de capital, iria ficar totalmente separada da TAP SA e a TAP SGPS iria ficar com um conjunto de ativos, nomeadamente a Manutenção Brasil, que necessitava de aporte financeiro para se poder encerrar. Havia um conjunto de responsabilidades — eu penso que o valor eram 115 milhões de euros — que teriam de ser aportadas à M&E Brasil (Manutenção e Engenharia Brasil SA) para se conseguir fazer o encerramento da empresa.

Ora, com uma separação total entre a TAP SA e a TAP SGPS, sem haver um plano de reestruturação aprovado, a TAP SGPS iria ficar numa situação frágil. É uma empresa que não tem receitas e que tinha um conjunto de ativos com alguns desafios.

Por isso, era muito importante que houvesse uma clarificação de qual seria o mecanismo pelo qual a TAP SGPS poderia continuar a ser suportada para poder encerrar a Manutenção Brasil. Entre os outros desafios que todos os ativos tinham, por exemplo a Groundforce... Era um conjunto de ativos francamente desafiante.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Voltando aqui ao momento da sua saída, quando perguntou à CEO se o Governo estava *ok* e ela lhe disse «*of course*», queria saber se, nessas semanas, depois, falou com alguém do Governo, seja o Ministro Pedro Nuno Santos, Hugo Mendes ou algum chefe de gabinete?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Enviei mensagem ao Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação depois de dia 4. Terá sido no dia 6 ou 7, tanto quanto me recordo. Enviei-lhe mensagem a apresentar os meus cumprimentos e a despedir-me dele.

Mensagens semelhantes enviei ao Secretário de Estado Adjunto das Comunicações, o Dr. Hugo Santos Mendes, e também ao Secretário de Estado do Tesouro. No dia seguinte a essas mensagens recebi telefonema do Sr. Secretário de Estado Adjunto das Comunicações. Pudemos falar durante dois ou três minutos, uma conversa cordial a apresentar cumprimentos e a despedir-me dele, o mesmo tendo acontecido com o Secretário de Estado do Tesouro, que me ligou.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nenhuma destas mensagens fazia menção ao sucedido, ao processo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não, estas mensagens eram mensagens institucionais, a agradecer e a desejar muitas felicidades.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então o próprio Governo também nunca lhe deu uma explicação ou uma opinião sobre a sua saída?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não, não deu. Posso partilhar que, quando falei com o Sr. Secretário de Estado do Tesouro, ele me pareceu francamente surpreendido com a minha saída; muito surpreendido com a minha saída.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Já agora, os outros dois governantes não lhe pareceram assim tão surpreendidos?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não falei com o Sr. Ministro das Infraestruturas, falei apenas com o Sr. Secretário de Estado Adjunto das Comunicações, que não estava surpreendido.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas, não estando surpreendidos, não falaram do processo em si? É isso que também me está a causar estranheza. Como é que percebe que ele não estava surpreendido?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — O processo estava encerrado.

Foi ele que me ligou e disse-me: «Alexandra, recebi a sua mensagem, queria-lhe dar uma palavra.» E eu: «Olhe, Sr. Secretário de Estado...»

Já não me recordo das palavras exatas, mas terá sido algo como: «Olhe, para lhe dar os meus cumprimentos, desejar-lhe boa sorte, muito sucesso para a empresa e para si também em termos profissionais e pessoais.» Foi isto. Perfeitamente...

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira, pode continuar, se quiser.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não, já tinha dado a resposta. Já estava terminada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar a perguntar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A minha dúvida aqui é exatamente perceber o conteúdo dessas comunicações, porque nós, na prática, não recebemos nenhuma destas comunicações, Sr. Presidente. Por isso, se calhar seria bom a Comissão pedir estas comunicações, na medida em que podem ter interesse para apurar aqui os factos.

Sr.^a Alexandra Reis, pergunto-lhe depois muito diretamente como é que foi o processo de ida para a NAV, porque, do que disse a IGF, o Sr.

Secretário de Estado, Hugo Mendes, convidou-a informalmente em março, certo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — No dia 22 de março, eu recebi um telefonema do Sr. Secretário de Estado, Hugo Santos Mendes, uma conversa muito exploratória, onde me deu nota de que o futuro Ministro das Infraestruturas e o futuro Secretário de Estado das Infraestruturas tinham ali alguns desafios na NAV que iriam precisar de resolver.

Penso que tentou perceber o meu nível de conhecimento sobre a empresa. Foi uma conversa muito preliminar, muito exploratória. Foi aí a primeira vez que ouvi falar da NAV. E, na altura, até brinquei e disse: «Então, mas...» É que a conversa foi tão preliminar que eu até perguntei: «Mas o doutor vai mudar de pasta?» E ele respondeu-me: «Quem nomeia é o Governo, quem convida os membros do Governo é, naturalmente, o Sr. Primeiro-Ministro.» E ficámos por aí.

Após a nomeação do Governo, no início da semana — não consigo precisar o dia, mas terá sido numa terça ou quarta-feira, mas não consigo, de todo, precisar o dia —, então, sim, recebi um convite formal, ponderei e decidi aceitar. E depois seguiu-se o processo da CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública) e entrei em funções no dia 1 de julho.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O Sr. Secretário de Estado Hugo Mendes disse que o processo de substituição só tinha sido iniciado após a tomada de posse do novo Governo, mas o que nos diz é que claramente foi antes da tomada de posse do Governo.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Foi uma conversa exploratória. Não faço sequer ideia se o Sr. Secretário de Estado fez esta conversa com outras pessoas. Não faço ideia. Ou seja, não foi um convite.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo. Ele também não falou em convite, falou no início do processo de substituição. Aliás, ao longo das audições, já percebi que a palavra «processo» para o Governo é muito maleável, tal como a palavra «mentira», que agora passou a ser também uma «evolução de pensamento».

Deixe-me perguntar-lhe outra coisa. O Sr. Secretário de Estado Hugo Mendes também disse que tinha havido conhecimento informal das finanças. Gostava de saber se, de alguma forma, tem conhecimento disto.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Deputado, conhecimento informal de quê?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Desculpe. Da sua ida para a NAV, de ter sido convidada.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não tenho essa informação. O convite foi feito pelo Sr. Secretário de Estado Hugo Santos Mendes e, depois, o processo normal da CReSAP foi com apoio do chefe de gabinete, dos Açores... Por isso, não tenho informação sobre como é que foi feita essa gestão.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O Sr. Ministro Fernando Medina tinha dito que não conhecia a indemnização, mas sabia das razões da sua saída. Tem alguma ideia de como é que ele sabia destas razões?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não sei. Na verdade, quando fui convidada para Secretária de Estado do Tesouro, pelo Sr. Ministro das Finanças, nós não falámos no meu processo de saída da TAP e não falámos da indemnização.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Queria perguntar se não achou estranho que os consultores jurídicos que não viram problemas na sua saída da TAP, depois, fossem os mesmos que também não viram problemas na sua entrada na NAV. Não achou até uma grande coincidência serem os mesmos?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Os assessores jurídicos que assessoraram a TAP responderam, tanto quanto sei, a um concurso que a NAV elaborou, porque a assessoria jurídica externa e o contrato que tinham estava a terminar. E a NAV fez um concurso em que esta sociedade de advogados que estava a assessorar a TAP foi convidada. Essa sociedade de advogados ganhou o concurso e, por isso, quando cheguei à NAV, era essa a sociedade de advogados que lá estava.

Na altura, relativamente ao tema, ao enquadramento jurídico da NAV, as principais conversas foram duas. Primeiro, pedi-lhes apoio para a elaboração das minhas declarações ao Tribunal Constitucional e para a redação da minuta do contrato, que depois foi mais tarde submetida à UTAM (Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial), para os contratos de gestão dos três membros do Conselho de Administração da NAV.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pelo que percebi há pouco, a TAP ainda não lhe comunicou nada no sentido de devolver a indemnização. Certo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Estou a aguardar *feedback*.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Foi definido em decreto-lei que a NAV é uma entidade imparcial, apta para ser a entidade gestora das *slots*.

Tendo sido ex-administradora da TAP, antes de tomar posse na NAV — e tendo a TAP interesse em manter as *slots* —, e tendo sido membro do Governo que tutela a TAP, gostava de saber qual foi o seu papel na NAV e se não vê aqui um possível conflito de interesses.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Penso que o processo de atribuição das *slots* já estaria concluído quando eu entrei na NAV. De qualquer forma, a atribuição das *slots* da TAP — as 18 *slots* que estavam indicadas no plano de reestruturação — não foi feita pela NAV, foi feita diretamente por Bruxelas.

Também lhe dou nota de que a atribuição de *slots* é altamente regulamentada, ou seja, o método de candidatura e a forma como os candidatos são seriados está extremamente bem regulamentada, por isso não acredito que tenha havido, mesmo sendo o caso — que não foi —, algum conflito de interesses nessa situação, porque há regras muito claras, muito específicas.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Alguma vez recebeu uma instrução do Governo sobre alguma decisão nesta matéria?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — Alerto o Sr. Deputado de que o seu tempo está prestes a chegar ao limite.

Faça favor, Sr. Deputado. Pode continuar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Disse ainda que em julho de 2022 tinha comunicado à TAP a sua nomeação para a NAV. Pergunto-lhe: a quem é que essa comunicação foi feita?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Quando iniciei as minhas funções na NAV, tive contacto com os serviços da TAP para cancelar os seguros, para fazer a entrega da viatura. E, adicionalmente, enviei uma carta institucional ao Presidente do Conselho de Administração e à CEO a dar nota de que eu era a nova responsável, a nova Presidente do Conselho de Administração da NAV.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Peço, mais uma vez — a primeira não pedi, mas espero que tenha anotado, que tenha estado atento nas audições —, o terceiro grupo de documentos a que nós não tivemos acesso e que são, obviamente, relevantes. Até é pouco prático, diria isto. Estamos a ter uma audição com a ex-Secretária de Estado Alexandra Reis e não temos na nossa posse boa parte da documentação aqui referida.

Sr. Presidente, faço esse requerimento para que esta documentação da comunicação à TAP seja também enviada, depois, à Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Faremos com certeza menção. Penso que na próxima reunião faremos até um ponto de situação sobre os documentos que nos faltam. Quer dizer, os documentos que foram pedidos praticamente chegaram todos, diria eu. Mas, em relação a esses, agradeço; acho que essa é uma boa metodologia de trabalho.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado, com o tempo que lhe resta.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para terminar, gostava de saber, porque não percebi há pouco, na sua opinião, no fundo mesmo, porque é que considera que saiu da TAP? Foi uma exigência da CEO, era vontade do Governo, o que é que levou à sua saída da companhia?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não tenho dúvidas de que foi a vontade da CEO. Esta é a minha convicção pessoal: a CEO queria que eu saísse da empresa. Confesso que tenho dúvidas sobre os motivos, porque não terá ficado claro para mim na altura.

Entretanto, tive a oportunidade de ler o relatório da IGF, onde li «diferenças ou divergências irreconciliáveis». Ontem, ouvi falar de «reorganização», ouvi falar de «perfil», por isso confesso que, para mim, não são claras as razões da saída da TAP. O que posso dizer é que, relativamente à minha atuação na empresa, sempre tive uma relação cordial e de trabalho com todos os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Parece-me normal que haja algumas diferenças de opiniões sobre alguns assuntos — parece-me, até, salutar. Por isso é que um Conselho de Administração tem 11 pessoas, por isso é que uma Comissão Executiva tem cinco. E sempre o fiz de forma muito construtiva.

O Sr. Deputado falou-me de três temas, provavelmente terá havido outros. Havia temas relacionados com a contratação de pessoas, o tema do *procurement*, que também era uma preocupação da CEO, e um tema que também já foi referido, que é o meu provável desalinhamento — diria a CEO — com o plano de reestruturação, o que eu não considero que seja, de todo, verdade, muito pelo contrário.

O plano de reestruturação foi entregue em dezembro de 2020 pelo Conselho de Administração, do qual eu fazia parte, e eu estive diretamente envolvida na elaboração daquele plano. Foi entregue uma revisão ao plano em junho de 2021, e fui eu também que trabalhei, naturalmente, com as

equipas todas, tendo sido essa a versão do plano que foi aprovada em dezembro de 2021.

Houve uma análise de sensibilidade ao plano que foi discutida em Conselho de Administração no dia 3 de novembro de 2021. Era uma análise de sensibilidade ambiciosa, tinha mais 30 % de receita face à versão de junho, mas o tema não é receita, o tema é perceber como é que se operacionaliza aquela receita. E eu tinha preocupações, e as minhas preocupações estavam relacionadas com essa operacionalização, porque eu não acreditava — o que, depois, também se veio a verificar — que fosse possível voar toda aquela capacidade. Não ia haver aviões para toda aquela capacidade, seria muito difícil, tendo em consideração o contexto dos trabalhadores, conseguir ter capacidade para entregar toda aquela operação.

E tinha havido uma alteração ao plano de frota que me deixava preocupada e, por isso, de forma muito transparente — e entendendo que eram aqueles os meus deveres, as minhas responsabilidades enquanto administradora da empresa —, naturalmente levantei as minhas dúvidas e deixei claro que a empresa teria de ter mecanismos de flexibilidade e de gestão de risco adequados para poder acomodar toda aquela capacidade.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Passamos agora ao Sr. Deputado Bruno Dias, do Grupo Parlamentar do PCP. Dispõe de 7 minutos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento todos. Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis, boa tarde.

Ao longo desta audição é natural que haja perguntas repetidas, há um encadeamento de questões que cada um de nós tem para esta reunião, e, se isso acontecer, certamente, não estranhará que o façamos.

A Eng.^a Alexandra Reis, já aqui referiu, foi contratada para a TAP durante a gestão privada da empresa, vinda de outra empresa privada, com um ordenado mensal base de 12 000 €. Certo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Certo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A Eng.^a Alexandra Reis foi cooptada para a administração da TAP por indicação do acionista privado com um ordenado mensal base de 25 000 €. Certo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Certo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Depois, foi eleita pela Assembleia Geral da TAP para essa função. Certo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Certo. Fiquei nomeada, nessa altura, na TAP SGPS pela HPGB e na TAP SA pelo acionista Estado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Quando a companhia passou a integrar o setor empresarial público, a 2 de outubro de 2020, a senhora apercebeu-se dessa mudança e do conjunto de implicações que trazia?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu diria que sim. Primeiro, desde logo, porque tivemos de tratar de todas as declarações do Tribunal Constitucional, etc. Mas, mais do que isso, no dia a dia da empresa, houve alterações para poder acomodar, naturalmente, os preceitos da nova situação da empresa, nomeadamente um conjunto de autorizações para alguns atos da empresa, junto da DGTF, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, que eram feitos de forma muito regular.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pode, já agora, dar mais alguns exemplos de mudanças que foram operadas no dia a dia da empresa? Ou seja, no vosso dia a dia, em função disso.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Por exemplo, quando assumi a pasta financeira, apercebi-me de que havia um tema pendente, e fui eu diretamente a tratar — com as equipas, naturalmente —, que foi o respeito pelo princípio da unidade de tesouraria, porque a TAP, enquanto entidade privada, não utilizava o IGCP (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública) e foi necessário fazer toda essa migração das contas bancárias e ter ali uma série de reuniões muito produtivas com o IGCP, porque a TAP, depois, também, tem um contexto complexo. Tem uma loja *online* que vende bilhetes no mundo inteiro e voa para 90 destinos, ou seja, tem um grau de complexidade em termos da gestão da sua tesouraria, do tipo de moedas que aceita, etc., que foi preciso ajustar, com o IGCP, exatamente para respeitar o princípio da unidade de tesouraria.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E para além daquelas declarações todas para o Tribunal Constitucional, que outras alterações, em termos do dia a dia, para os próprios titulares desses cargos, é que aconteceram?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Para além das declarações... Para os titulares dos cargos?

Confesso que, de momento, não tenho presente mais nenhuma.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Decreto-Lei n.º 39-B/2020 é aquele que autoriza o Governo a adquirir participações sociais, direitos económicos e prestações acessórias relativas à TAP, é, digamos, o diploma legal que foi

o instrumento para aquela operação.

Certamente que conhece este diploma e o leu. Peço-lhe só que confirme.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sim, lá atrás.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ora, lá atrás, apercebeu-se das exceções que continha? É que artigos não tem muitos — na verdade, são três e o 3.º é o de entrada em vigor, o 1.º é o objeto e o artigo 2.º tem o essencial do assunto aqui tratado —, e pergunto-lhe se se apercebeu das exceções que continha este decreto-lei, nomeadamente, por exemplo, que permitiam que mantivesse um salário base quase cinco vezes superior ao máximo legal para o setor empresarial público.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sim, era do meu conhecimento que o Capítulo VI do Estatuto do Gestor Público estava excecionado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem, o Capítulo VI era uma das exceções que eram criadas relativamente ao Decreto-Lei do Estatuto do Gestor Público.

Ora, ao ver aquilo que era excecionado por este decreto-lei, pergunto-lhe se não teve interesse, ou se não sentiu curiosidade, de conhecer aquilo que não era excecionado.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sim, quando iniciei as minhas funções como administradora da TAP e gestor público, informei-me sobre quais eram os meus deveres e obrigações, enquanto gestor público.

No momento da minha saída, assessorei-me de apoio jurídico, efetivamente para garantir que todos os preceitos legais eram cumpridos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Essa resposta é muito relevante e já voltaremos a ela.

Pergunto — para confirmar se a informação que temos é correta ou não — se assinou o contrato de gestão a que a lei obrigava.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Na TAP, não, não assinei contrato de gestão.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não assinou?

Pois, era a ideia que tínhamos.

Ora, que implicações retira desse facto? Isto é, desde logo, reconhece a nulidade da nomeação, conforme determina o regime jurídico, dada a ausência desse contrato de gestão três meses após a nomeação?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não, na altura não foram elaborados os contratos de gestão. Quando chegou a nova equipa de gestão foi um tema de que o Presidente do Conselho de Administração, a dada altura, terá falado. Não tenho o detalhe dessa informação, sei que houve conversas sobre isso, mas não foram diretamente comigo.

Mas havia também... Na altura, confesso que não... Quando foi discutido o contrato da CEO, uma das questões que se colocava era um dos anexos ao contrato, que é uma parte fundamental no contrato de gestão, que são os objetivos que a empresa tem de atingir, quais são os indicadores, quais são as métricas.

O contrato da CEO previa também um anexo no qual deviam ser refletidos esses indicadores, essas métricas, esses objetivos. Na altura, entendi pela resposta que tive, em conversa que tive com a tutela, que esses indicadores seriam definidos após a aprovação do plano de reestruturação.

Por isso, não havendo, ainda, uma ferramenta fundamental do contrato de gestão, que seria a definição de indicadores, de métricas e de objetivos, que estariam dependentes da aprovação do plano de reestruturação, acabei por não relevar. E, entretanto, eu saí. O plano de reestruturação foi aprovado a 21 dezembro de 2021 e eu saí, como sabe, no final de fevereiro de 2022.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É interessante, porque, mesmo nesse período temporal, entre dezembro e o final de fevereiro, surge a tal questão dos três meses e das iniciativas e das diligências feitas para o contrato de gestão, que era obrigatório três meses após a nomeação. Os meses foram passando. Mas a resposta é esclarecedora e julgo que o quadro está traçado.

A sua saída da companhia dá-se por ter sido demitida, por se ter demitido, ou por acordo entre as partes?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — A minha saída da empresa dá-se no seguimento de a CEO da empresa me pedir para sair da empresa e de me ter dado nota da sua vontade não só de terminar o meu mandato mas também o meu contrato de trabalho, porque eu era colaboradora da empresa.

Deu-me também nota, naquela reunião do dia 25 de janeiro, que referi, de que, naturalmente, se iriam respeitar os meus direitos e que deveríamos chegar a acordo quanto às condições da saída.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O que veio a acontecer?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — O que veio a acontecer.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, foi por acordo entre as partes, em termos do final do processo...?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Chegou-se a acordo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Deputado, com o devido respeito, não tomei a iniciativa de sair da TAP, eu acedi — acedi! — a uma solicitação da TAP.

Na altura, a formulação jurídica encontrada pelos advogados da TAP — e, naturalmente, corroborada pelos advogados que me representavam na altura — foi a de uma «renúncia precedida de um acordo».

Um ano depois, mais de um ano depois, verifico através da Inspeção-Geral de Finanças, e após ter-se levantado toda esta questão sobre o enquadramento jurídico do contrato e da indemnização, que o entendimento da Inspeção-Geral de Finanças é distinto e que entende que aquela formulação jurídica não seria válida.

Mas, também lhe posso afirmar que, tanto eu como os advogados que agora me representam, não nos revemos no parecer da Inspeção-Geral de Finanças. É que se aquela formulação jurídica, encontrada na altura, não é válida, então trata-se, claramente, de uma «destituição por conveniência», razão pela qual eu teria direito a uma indemnização, porque também não concordo com o entendimento da Inspeção-Geral de Finanças, de que eu não tenho direito a indemnização. E porquê? Porque o Estatuto do Gestor Público diz, de forma muito clara, na alínea c) do artigo 26.º, que é devida uma indemnização, com limite até 12 meses de salário, desde que tenham sido cumpridos 12 meses em exercício de funções — o que era claramente o caso, porque era administradora há 17 meses.

Não há nenhuma referência, nesse artigo do Estatuto do Gestor Público, dizendo que esses 12 meses têm de ser no respetivo mandato; mas, mesmo que houvesse, esse requisito também está cumprido, porque, quando

fui nomeada, fui nomeada para o quadriênio de 2021 a 2024 e a 1 de janeiro de 2021 eu já era administradora. E, mais ainda: não fiz um acordo de saída parcial para um contrato de trabalho e para um contrato de mandato, fiz um acordo global para as condições da minha saída. E se uma parte do acordo é considerada nula, então a totalidade do acordo deveria ser considerada nula, pelo que eu teria direito a solicitar a reintegração na TAP, até porque eu era colaboradora da empresa.

Mais ainda, mesmo não concordando, reitero o que já disse: eu vou devolver; aguardo apenas que me indiquem os montantes líquidos, não quero receber um euro que não me seja devido. Mesmo sendo, de um ponto de vista jurídico, na minha opinião e dos advogados que agora me representam, altamente discutível que, decorridos mais de 12 meses, sobre a atribuição da indemnização, eu tenha a obrigação de a devolver. Mas mesmo assim, como afirmei, irei devolvê-la.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Eng.^a Alexandre Reis, repare que a minha pergunta foi se se tinha demitido, se tinha sido demitida, ou se tinha sido por acordo entre as partes. E a Sr.^a Engenheira disse que não foi nenhuma destas: a Sr.^a Engenheira cessou o mandato na sequência de uma solicitação da CEO.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sim.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Entretanto, a formulação que tinha sido formulada pelos advogados, os seus e os da TAP, também não era essa; era uma renúncia seguida de um acordo.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Precedida.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Uma «renúncia precedida de um acordo», muito obrigado.

E, entretanto, nesta reunião, desenvolve, digamos, a tese conducente à correspondência ao regime de «demissão por conveniência», nos termos do Estatuto do Gestor Público.

Portanto, já vamos na quarta formulação, sendo que, ao abrigo deste regime, que muito bem citou — e, portanto, conhece bem a norma habilitante —, o que está em causa é, pelos vistos, uma indemnização máxima a que teria direito, no caso da demissão por conveniência, que seria de 210 000 € e não um milhão e meio de euros.

Portanto, o acordo global que, inicialmente, estava a procurar obter era de 210 000 € como titular de cargo de administração e, depois, mais 1,2 milhões ou 1,3 milhões de euros como antiga diretora? É isso?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Deputado, a indemnização seria de 210 000 €, deduzida, das retribuições da NAV, etc.

Ou seja, tudo isso foi apresentado no meu contraditório à Inspeção-Geral de Finanças. E aqui, de uma forma muito clara e objetiva, porque se a formulação da «renúncia precedida por acordo» não... é considerada como inválida, então, tratou-se de uma «destituição por conveniência» e aplicaram-se outros valores.

Relativamente à questão que levanta sobre os 1,4 milhões de euros e ao valor da indemnização que foi, efetivamente, atribuída, os 1,4 milhões de euros tinham um racional e o racional era obter as mesmas condições que foram propostas a todos os colaboradores, em duas vertentes: na vertente do contrato de trabalho e a mesma fórmula de cálculo para o mandato.

As condições propostas para o contrato de trabalho a todos os colaboradores foram aquilo que é de lei, calculado sobre o valor do salário sem cortes, sem aquela redução dos 25 %, e majorado em 25 %, acrescido

de 2,5 salários. Isto, *grosso modo*, era a fórmula de cálculo da indemnização dos colaboradores que saíram quando terminaram o seu vínculo à empresa.

Para o mandato, o racional era o mesmo, mas considerando todas as remunerações vincendas até ao final do mandato. E porquê? Porque — era naquela altura esse o meu entendimento —, de acordo com a lei, seria esse o montante devido.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Qual lei, Sr.^a Engenheira?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — De acordo com a lei que se aplicaria à formulação jurídica que estava a ser proposta pelos advogados.

Com toda a transparência, Sr. Deputado, não estou a falar do Estatuto do Gestor Público, porque não se tratava sequer de uma destituição por conveniência.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pois!

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Certo? Tratava-se de uma formulação diferente.

Na altura, aquele era o meu entendimento. E, sendo esse o meu entendimento, tendo sido aquela a formulação jurídica proposta pelos advogados da TAP, foi feito o cálculo, e o cálculo apontava para um valor com aquela ordem de grandeza. E foi essa a conversa que eu e os meus advogados da altura tivemos e foi esse o valor que foi submetido à TAP para discussão.

Este valor foi submetido, penso eu, pelos meus advogados aos advogados da TAP no dia 27 de janeiro. No dia 29 de janeiro, sábado, recebemos logo informação da TAP de que o valor se deveria situar na casa dos 500 000 €. Na altura, aquele valor foi interpretado como sendo um valor

respeitante à componente do mandato, não à totalidade, não incluindo os créditos laborais e não incluindo a cessação do contrato de trabalho. Na altura, foi também clarificado que não deveriam ser consideradas todas as remunerações vincendas até ao final do mandato, porque esse valor, a totalidade das remunerações, era apenas um valor máximo, era um limite. Certo? Não haveria obrigatoriedade legal de considerar a totalidade das remunerações e, por isso, seria um valor inferior e, na altura, o valor que se colocou em cima da mesa, que a TAP colocou em cima da mesa — a contraproposta da TAP —, foi de 500 000 €.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Vamos voltar um bocadinho atrás.

Mesmo não considerando todas as remunerações vincendas até ao final do mandato e ficando a compensação limitada a apenas — entre aspas — 500 000 € referentes ao mandato, afinal, era esta formulação das remunerações vincendas até ao final do mandato que ficava por 500 000 €, e não nos termos dessa formulação da outra lei, que não era o Estatuto do Gestor Público, ou eram os 210 000 €, que era menos de metade disto, que ainda agora invocou no caso da demissão por conveniência?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Deputado, na altura, toda esta discussão foi feita com os meus advogados e também entre os meus advogados e os advogados da TAP.

Numa fase preliminar, para identificar os valores que seriam submetidos à TAP para discussão, foi esta a fórmula de cálculo, e estou a dizê-lo aqui, com toda a transparência. A TAP apresentou uma contraproposta de 500 000 €, que eu decidi aceitar. Reafirmo ainda que, havendo dúvidas sobre a legalidade da mesma, vou devolver a componente que é para devolver — líquida, naturalmente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Falou de uma fórmula de cálculo para apurar a indemnização aos trabalhadores da TAP, e eu pergunto se não havia, no final desse cálculo, uma limitação, um teto máximo a esse valor.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Havia. Era de 250 000 €.

Mas eu não estava a ser indemnizada por terminar um contrato de trabalho; eu estava a ser indemnizada por terminar um contrato de trabalho e por terminar um mandato. Repare, estava a ser indemnizada por terminar um mandato sem que houvesse uma razão objetiva para que isso acontecesse. Não houve justa causa, nada me pode ser apontado na minha atuação na empresa, muito pelo contrário.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, como estou quase a esgotar o meu tempo, vou deixar as perguntas sobre a NAV para a segunda ronda.

Queria apenas concluir com uma questão. Tudo o que ouvi, relativamente à forma como foi conduzido o processo, até a própria negociação e a própria fundamentação e as formulações legais que deram origem ao apuramento da proposta e da contraproposta, é típico da gestão privada, e o Estatuto do Gestor Público, naquele momento, está completamente fora da fotografia.

Só se lembra do Estatuto do Gestor Público, desculpe a expressão, aqui dentro da sala. De certeza que não é só aqui dentro da sala, é um pouco mais tarde, depois daquelas negociações.

Isto não confirma que a forma como são conduzidos os processos, nomeadamente no que diz respeito aos titulares dos cargos de administração — pelo menos no seu caso, já para não falar dos anteriores que estavam naquela fase —, é típica da gestão privada e completamente alheia à gestão pública?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Deputado, a celebração deste tipo de acordos é comum na gestão privada, é um facto.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exato!

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Na altura, havendo uma vontade da TAP de que eu saísse da empresa, assessoriei-me de advogados; a TAP assessorou-se de advogados. E eu, de boa-fé, assinei aquele acordo.

Não sou advogada, não sou jurista. Mesmo lendo a lei, há que interpretá-la, há que perceber a jurisprudência, há que perceber como toda ela deve ser usada. E, repare, mesmo hoje, havendo um parecer da Inspeção-Geral de Finanças que aponta num determinado sentido, outros advogados, por exemplo os que me representam agora, têm uma visão diferente daquele parecer. Por isso, a lei é sempre sujeita a interpretações. E essas eu não as faço, porque não é essa a minha formação base, não é essa a minha área de *expertise*. O que lhe posso dizer é que, naquele momento, fui diligente, assessoriei-me; estava tranquila, porque do lado da TAP também estavam assessorados. E assinei aquele acordo de boa-fé, sem nunca imaginar, sem nunca suspeitar ou alguma vez pensar que houvesse algo que pudesse estar, não vou dizer errado, menos bem.

O Sr. **Presidente** (Jorge Seguro Sanches): — Passamos agora à terceira intervenção desta ronda.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis e começo com uma pergunta lateral, digamos — mas, ainda assim, quero fazê-la. Há um contrato de prestação de serviços, de

consultoria, na verdade, com a Free Flight Consulting, de Fernando Pinto, pelo qual a TAP pagou 1,6 milhões de euros, mais de 60 000 € por mês. Sabe dizer a que título é que foram prestados estes serviços e se há prova deles?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não conheço esse contrato, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em outubro de 2020, David Neeleman sai do capital da TAP, Humberto Pedrosa fica, mas tanto Humberto Pedrosa como David Pedrosa saem da administração. Sabe-me dizer as razões dessas saídas da administração?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não. Na altura, fui convidada para assumir o lugar de uma das pessoas que referiu na Comissão Executiva e a minha questão foi, sobretudo, a de perceber se iam ficar no capital da empresa. A resposta foi positiva e eu aceitei com muito gosto. Aquele convite honrou-me muito e aceitei com muito gosto o convite que me foi feito.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há uma notícia, precisamente de 10 de outubro de 2020, que diz que estes dois administradores saem por causa das regras do Estatuto do Gestor Público, uma vez que a empresa tinha passado a ter de estar ao abrigo do Estatuto do Gestor Público. Soube que essa era a razão para a saída dos administradores? Digo isto porque eles disseram publicamente, e está escrito no *Expresso*.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sim, mas eu não tive nenhuma conversa específica com o Sr. Humberto Pedrosa ou com o Dr. David Pedrosa sobre esse assunto. Não me recordo de ter tido uma conversa sobre

esse assunto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Bem, vou passar à frente da questão do contrato de gestão que tinha de ser assinado, porque penso que essa questão já foi aqui respondida.

No dia 29 de dezembro de 2021, apresentou a sua disponibilidade para sair a Pedro Nuno Santos, Miguel Cruz e Hugo Mendes, tendo em conta a alteração acionista. Não obteve resposta de nenhum deles relativamente a essa disponibilidade?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No dia 4 de janeiro de 2022, a CEO da TAP teve uma reunião com Pedro Nuno Santos, em que foi apresentada uma reestruturação da TAP. Teve conhecimento dessa reunião e da reestruturação proposta?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No dia 18 de janeiro de 2022, a CEO da TAP envia um *PowerPoint* com a reestruturação. Pergunto-lhe se sabia desse *PowerPoint* ou se teve acesso a ele.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No dia 25 de janeiro há a reunião em que a CEO admite, dizendo que o Estado, ou a tutela, está de acordo — penso que foi isso, aliás, que disse à IGF e que está relatado — e a CEO da TAP falou-nos aqui em tensões entre a Eng.^a Alexandra Reis e, para já, o

CFO. Existiam essas tensões na relação de trabalho?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Como referi anteriormente, sempre tive uma relação cordial com todos os meus colegas da Comissão Executiva e com todos os membros do Conselho de Administração da TAP.

Ontem, ouvi com atenção essas palavras e recordo-me apenas de um momento em que possa ter havido alguma tensão com o CFO. Foi um evento muito específico.

No dia 27 de janeiro de 2022, umas horas antes da reunião da Comissão Executiva, a minha equipa, a equipa de *procurement*, informou-me de que estava um pouco confusa porque teria recebido uma solicitação direta do CFO para desempenhar algumas tarefas, algumas atividades. Não era comum que isso acontecesse. Se um dos administradores precisava de algum apoio de uma equipa da responsabilidade de outro administrador, normalmente falava com o colega e dizia: «Olha preciso de ajuda nisto. Achas que posso falar com A, B ou C?». Ou seja, havia sempre esta cordialidade.

A equipa de *procurement* estranhou, até porque tinha prazos conflitantes com outras tarefas que eu própria lhes tinha entregado e, nessa reunião da Comissão Executiva, partilhei com o CFO que estas situações deviam ser bem articuladas, porque deixavam as equipas muito confusas. É o único momento, que me lembre, de alguma tensão que possa ter havido nalgumas palavras. De resto, não tenho indicação de que houvesse algum tipo de tensão na minha relação com ninguém da Comissão Executiva, e muito menos com o CFO.

Reformulando, talvez alguma tensão no tema da sede ou de algumas contratações de pessoas, etc. Eram sempre conversas um bocadinho mais ponderadas com a CEO, mas o normal, não? O normal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A CEO deixou-nos aqui a ideia de que as tensões começaram a *build up*, a acumular-se, a partir de uma tensão com o CFO, nomeadamente por causa da questão da frota e do *procurement*, que, acho, eram duas áreas com que o CFO queria ficar. Portanto, não reconhece essas palavras?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não reconheço. Houve este evento relativamente à frota. Pouco depois de o CFO ter chegado — não sei se terá sido em novembro ou no início de dezembro, não consigo precisar a data —, numa reunião com o CFO, ele informou-me que, a pedido da CEO, a frota deveria passar para ele. Isto aconteceu a uma sexta-feira por volta da hora de almoço. Na segunda-feira seguinte, agendei uma reunião com o CFO, com a equipa da frota, e fiz a migração de todos os dossiês e das pessoas necessárias para a equipa da frota. Por isso, não houve nenhum tipo de atrito ou de tensão naquela altura. Deram-me a indicação de que a frota deveria passar para o CFO, e eu operacionalizei. Dias depois, a CEO teve também uma conversa comigo sobre esse assunto e pediu-me que eu, de alguma forma, acompanhasse o CFO naqueles primeiros tempos, para garantir uma transição suave. Respondi-lhe que, naturalmente, sim, que sempre o faria.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em que data é que se dá essa transição? Peço desculpa, posso não ter percebido.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não tenho presente a data exata. Terá sido em novembro ou no início de dezembro. Penso que o CFO terá entrado em outubro de 2021...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, sim.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — ... e foi algum tempo depois. Não consigo precisar essa data, mas posso dizer-lhe que não foi um momento de tensão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já referiu aqui várias vezes que havia uma tensão relacionada com a contratação de pessoas. Pode dizer-nos exatamente do que é que está a falar?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu diria que a empresa passou por um período muito duro no primeiro semestre de 2021, não só com o tema das reduções salariais, mas com um redimensionamento muito duro para a empresa.

A partir de junho de 2021, estando o redimensionamento da empresa feito, tendo sido atingidas as métricas necessárias e que estavam previstas no plano de reestruturação — quando muito, a operacionalizar uma saída ou outra, mas estávamos a falar de decisões que já estavam tomadas —, a minha expectativa, o meu entendimento, era de que, a partir daquela data, era muito importante que a empresa tivesse estabilidade e tranquilidade, ou seja, que as pessoas que tinham decidido ficar na empresa, mesmo com um corte de salário, tivessem a tranquilidade necessária para saber que o redimensionamento tinha terminado. Por isso, para mim era importante, e entendia que era um ponto importante para garantir estabilidade aos colaboradores.

Por outro lado, havia três ou quatro posições abertas na empresa em que seria necessário recorrer a contratação externa — porque, sem dúvida, seria necessário —, mas, a dada altura, mostrei alguma preocupação, porque já não eram só três ou quatro, havia talvez um número crescente, e também, na minha opinião, era muito importante garantir um processo de recrutamento de acordo com as boas práticas, naturalmente — penso que a

CEO também deveria estar de acordo com esse tema —, e equidade interna dentro da organização, ou seja, conseguirmos assegurar que conseguiríamos capturar o talento necessário, mas dentro daquelas que eram as balizas que a empresa tinha.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, o conflito, exatamente, era sobre...?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Como referi, a minha preocupação era garantir que todo o redimensionamento tinha sido concluído e que não era pedido a mais ninguém para sair da empresa, por um lado, e, por outro lado, garantir que todas as necessidades de recrutamento externo eram minimizadas e garantidas, dentro das bandas aceitáveis e que garantiriam equidade dentro da organização.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Compreendo a sua preocupação. Não compreendo é porque é que isso era um conflito.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Porque houve algumas situações onde, potencialmente, pode ter sido sugerido que a pessoa A não era a pessoa certa e, se calhar, tínhamos de a fazer sair, e eu, na altura, entendia que tínhamos de encontrar uma solução para aquela pessoa dentro da organização.

Se há alguma razão pela qual esta pessoa não é a mais indicada para esta função, então vamos perceber objetivamente qual é que é a razão pela qual essa pessoa não é a mais indicada e tentar perceber, dentro da organização, que outros caminhos e que outras soluções pode haver.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas estamos a falar de um caso

específico?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Houve algumas situações.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quer relatar-nos essas situações? Não tem de colocar nomes nas situações, mas é só para nos ajudar a compreender exatamente qual era a natureza do problema.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Quanto a uma pessoa ou outra ouvia-se: «porque esta pessoa não é a pessoa certa.» Perguntava: «Mas porquê?» «Não é a pessoa certa. Mas, objetivamente, porquê?»

Eram situações desta natureza.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E quais eram as motivações da CEO, assumindo que as discussões eram com a CEO, para querer afastar essas pessoas?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Porque entendia a CEO que aquelas não eram as pessoas certas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas com que motivações? Porque tinha um conflito pessoal com elas? Porque achava que não eram competentes?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não. Porque achava que não era a pessoa adequada à função, porque o nível de inglês não era o mais apurado, porque precisava de uma pessoa com um perfil diferente, era preciso uma pessoa com um perfil diferente.

Estas situações aconteceram. São situações pontuais. E mostrei

alguma preocupação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Existe alguma outra situação em que tenha havido um conflito de interesses que tenha sido detetado por parte de alguma atuação da CEO?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não tenho presente nenhuma situação dessa natureza.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Existe alguma situação em que tenha detetado uma atuação que tenha sido de abuso de poder ou de pouca razoabilidade, por parte da CEO, que tenha motivado o seu descontentamento?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — São juízos de valor que são muito difíceis de fazer.

Penso que a CEO estava empenhada em executar o seu trabalho, com a sua forma de estar, naturalmente. Ela era a líder da Comissão Executiva e penso que estava focada, naturalmente, em garantir uma implementação bem-sucedida do plano de reestruturação.

Não consigo emitir nenhum tipo de juízo de valor ou fazer nenhum comentário dessa natureza. Penso que havia um compromisso da Comissão Executiva e do Conselho de Administração com a implementação do plano.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi aqui mencionada, ontem, uma questão interna, um problema com a utilização indevida de um motorista por parte da CEO ou de seus familiares. Acompanhou essa situação? Tem conhecimento dela?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — A dada altura, o Presidente do Conselho de Administração estabeleceu uma regra de que os motoristas apenas poderiam ser utilizados para motivos profissionais.

Penso que poderá estar relacionado com alguma situação, mas não conheço os detalhes. Não sei qual é que era a prática da utilização que a CEO dava ao carro, ao motorista. Não tenho detalhe.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tem conhecimento de ter havido alguma queixa específica ao Presidente do Conselho de Administração, relativamente a uma utilização indevida dos automóveis?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Houve uma situação com um motorista, porque o motorista provavelmente terá partilhado, com alguma candura, que outro motorista estaria a fazer alguma deslocação não diretamente para a CEO, e penso que esse poderá ter sido o *trigger*.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E isso motivou algum tipo de retaliação por parte da CEO?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Por essa altura, também, em dezembro de 2021, a CEO deu-me nota de que um dos motoristas não estava vacinado contra a covid-19 e que, nessas circunstâncias, não poderia continuar na empresa a exercer aquelas funções. Mas essa situação foi contornada, porque fiz ali alguma gestão do tema e o rapaz decidiu vacinar-se, e a situação foi ultrapassada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E há uma relação entre essa pessoa e a pessoa que terá falado ou feito alguma denúncia sobre uma utilização?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eram a mesma pessoa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada.

Relativamente a um outro tema, que também foi bastante falado, que tem a ver com o facto de David Neeleman ter contratado oito aviões ATR com a Azul, operados pela White, a TAP decidiu reduzir oito desses aviões para dois, retirando o contrato à White — que, aliás, fez publicamente saber do seu desagrado face a esta decisão — e para entregar o *leasing* dessas empresas — o *leasing* não, enfim, a operação desses aviões — a uma empresa da Estónia com um perfil, uma reputação, questionável.

Pergunto-lhe, para já, se acompanhou esta decisão e se concordou com ela, e, em segundo lugar, se houve algum tipo de retaliação, enfim, de David Neeleman, tendo em conta que tinha ainda na sua posse um conjunto de obrigações convertíveis da TAP.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — A TAP utilizava oito ATR. Para seis desses aviões, o *leasing* era com a Azul e depois a Azul tinha um *leasing* com *air lessor*.

Na versão inicial do plano de reestruturação de dezembro de 2020 e junho de 2021, o que estava previsto era que esses oito aviões ATR fossem mandados embora, era terminar aquela relação contratual e substituir os ATR por aviões Embraer, que são aqueles fininhos da Portugália. Isso era o que estava previsto; e estava previsto por uma série de razões, de carácter operacional e financeiro.

Houve uma alteração, com a análise de sensibilidade de novembro de 2021, ao plano de reestruturação, no plano de frota. O que estava previsto era, inicialmente, 13 aviões Embraer, que iriam duplicar para 26, mandando embora os oito ATR. Esta alteração, em novembro, apontou para manter os

ATR e trazer apenas mais cinco Embraer.

Na altura, foi um tema muito discutido. Fiquei, francamente, preocupada com essa situação. Porquê? Porque os aviões ATR tinham alguns desafios. Quais eram eles? É um avião que, operacionalmente, é pouco fiável, avaria muito, tem muitas avarias, e isso causa muita interrupção na operação. Depois, é um avião lento, no sentido em que consome muita pista no aeroporto.

Há uns anos atrás, a TAP deixou de usar o ATR para fazer a ponte aérea exatamente por isso: porque é um avião mais lento, consome capacidade do aeroporto. Um avião a jato consegue aumentar a capacidade do aeroporto.

Mas, acima de tudo, era um avião caro, no sentido em que foi possível, no primeiro semestre de 2021, reduzir o valor dos Embraer para metade. Ou seja, houve uma negociação em que a equipa da frota — na altura, uma equipa sob a minha responsabilidade — conseguiu reduzir as rendas dos Embraer para metade. Os ATR tinham rendas muito semelhantes às primeiras rendas dos Embraer.

Por isso, eu tinha uma convicção de que o ATR era um avião mais caro, tinha uma renda muito cara, e não acreditava que fosse possível renegociar essa renda com a Azul. Porquê? Porque a Azul, de forma inteligente, poderia — quem tem muita experiência em negociação sabe que as coisas acabam por se passar assim — dizer, entreter uma conversa com a TAP a dizer que sim, que ia reduzir o valor das rendas, mas iria exigir sempre uma contrapartida. E a contrapartida seria a prestação de uma garantia que não foi dada quando se fez o empréstimo obrigacionista.

Por isso, a TAP, em junho de 2021, tinha a possibilidade de terminar o contrato com a Azul com os ATR e executou essa cláusula, porque o contrato previa essa possibilidade. Tinha seis meses para devolver os ATR, mas houve uma alteração ao plano, em novembro de 2021, e, nessa alteração

ao plano, considerou-se manter os ATR.

Outra desvantagem dos ATR também é que a operação era em ACMI (*Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance*) e, na altura, havia uma grande vantagem para a empresa, depois de um processo de dimensionamento tão grande, em apostar nos Embraer, porque eram frota e tripulação da TAP, ou seja, queríamos continuar a utilizar o *in-house* e não tanto externalizar.

Com esta alteração, houve discussões, na altura, entre — penso — a CEO e o CFO — não sei, não estive envolvida com a Azul — para fazer reduzir as rendas para os novos valores dos Embraer. Estamos a falar de reduções... Não quero entrar aqui em informação reservada da empresa, mas a redução de 50 % — a título de exemplo — que foi feita em seis Embraer representou uma poupança de 17 milhões de euros, ou seja, isto tinha materialidade, eram contratos com materialidade. Eram 16 vírgula qualquer coisa — estes números, por favor, estou a falar de memória, não quero induzir os Srs. Deputados em erro.

Mas, por isso, mantendo os ATR, seria muito importante fazer reduzir o valor das rendas. A Azul deixou passar aqueles seis meses, para os quais havia um prazo para devolver os aviões, e, no limite do prazo, disse: «não, eu só reduzo a renda, os valores de que falámos, eu só reduzo se forem prestadas as garantias», o que a empresa não podia fazer.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Como é que se resolveu a questão?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Penso que os aviões — eu depois saí da empresa, não é? — se mantiveram em funcionamento, até que, pelo que li na comunicação social em outubro do ano passado, a própria TAP percebeu o alcance daquela decisão de ter ficado com os ATR. De facto, os aviões são pouco fiáveis em termos operacionais e, além disso, são caros,

porque se manteve a renda original, não se conseguiu reduzir o valor da renda, e, como não se cumpriu o prazo da entrega dos seis meses para devolver, há o risco — não sei, não estou na empresa — de estarem a pagar penalidades por não terem cumprido aquele prazo da entrega dos aviões.

Quando se discutiu o otimismo do plano de reestruturação — e eu fiz alguns comentários —, este foi um tema que levantei, porque acreditava ser muito difícil cumprir toda aquela capacidade para voar, ainda por cima com alterações de frota que tinham materialidade.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No primeiro *e-mail* que temos do pedido de indemnização que a Eng.^a Alexandra Reis fez e enviou à TAP por sua iniciativa e do seu advogado, o valor que lá está é de 1,3 milhões de euros, e pede também acesso à viatura de serviço até 2024.

A minha pergunta é bastante simples: acha que uma indemnização de 1,3 milhões de euros respeita o esforço dos trabalhadores, que tiveram um corte de salário, e é razoável face às dificuldades da empresa de que nos falou, ao longo desta audição?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr.^a Deputada, só uma pequena clarificação: eu não tomei a iniciativa, foi a TAP que me pediu para apresentar um conjunto de valores para discussão, ou seja, isso foi-me dito logo na reunião com a CEO; eu não saí daquela reunião para fazer contas. O que aconteceu foi que a CEO me disse «vê, por favor, quais serão as condições» e as condições foram aquelas que eu já tive oportunidade de explicar. Expliquei aqui já o racional, posso voltar a explicar.

Relativamente ao acesso à viatura, o que estava considerado era o valor, o custo da viatura, e não continuar a aceder à viatura. É só para clarificar, porque penso que posso ter percebido mal.

De qualquer das formas, respondendo à sua questão, na altura, os

cálculos foram feitos de acordo com aqueles critérios e havia uma convicção de que estariam alinhados com as condições que foram propostas aos colaboradores. Foi uma proposta que foi submetida para discussão. Em menos de dois dias, a TAP fez uma proposta de 500 000 €, que eu decidi aceitar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Compreendo isso. A minha pergunta é se não achou que 1,3 milhões de euros era desajustado face à situação da empresa.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Era um valor elevado, sem sombra de dúvida, era um valor significativo, mas também o eram, e são, as responsabilidades de um administrador, que são muito elevadas.

No caso de uma companhia aérea — não gosto muito de dar este exemplo, porque é sempre um bocadinho alarmista —, se cai um avião, a responsabilidade por isso pode ser imputada pessoalmente a cada um dos administradores da empresa.

Entendo que é, de facto, um valor muito expressivo. Era um valor para discussão. Eu aceitei uma contraproposta com um valor muito mais baixo, estamos a falar de 500 000 €, que, mesmo assim, também é um valor expressivo, quando comparado com a média nacional, não há dúvida, mas isso é porque as responsabilidades inerentes ao cargo eram muito elevadas.

Não é só pelas responsabilidades do administrador; é também por todo o percurso, por todo o trabalho que foi feito naquela altura. Repare: a TAP ficou com uma comissão executiva de duas pessoas durante largos meses. Não foi uma situação de *business as usual*, muito pelo contrário. A parte difícil da reestruturação, a parte dura, foi feita naqueles meses. Por isso, o nível de responsabilidade, o nível de entrega, de compromisso, também foi muito elevado.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu pensava que era por isso que os administradores eram pagos a peso de ouro, o que não quer dizer que, depois, vejam a razoabilidade de uma indemnização de 1,3 milhões de euros, tendo em conta a situação da empresa.

Mas há dois comentários que são feitos assim que esse valor é recebido, o primeiro pelo advogado da TAP e o segundo pelo Secretário de Estado das Infraestruturas. E ambos dizem o mesmo. O advogado da TAP diz: «Esse valor é política e economicamente inaceitável.» O Secretário de Estado das Infraestruturas, numa troca de *e-mails* ou de mensagens com a CEO, diz: «Esse valor é politicamente inaceitável, porque, se se souber dele publicamente, vai gerar problemas.»

Pergunto-lhe se não achou que este valor era politicamente inaceitável, caso fosse conhecido.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Na altura, confesso que as minhas preocupações não foram sobre se o valor ia ser conhecido ou não. Na altura, foi-me pedido para sair da empresa, perguntaram-me quais seriam as condições, utilizei um racional que, na altura, me pareceu ajustado — sabendo sempre que era um valor para discussão — e aceitei um valor diferente, dois ou três dias depois. Aliás, dois dias depois, a TAP fez uma contraproposta diferente.

Na altura, também lhe confesso que se tratou de um período complicado, ou seja, foi uma situação da qual não estava à espera. Eu não estava à espera de que a empresa me pedisse para sair.

Mas, de qualquer das formas, é como digo: havia um racional, esse racional foi explicado aos advogados da TAP, foi-me feita uma contraproposta e, tendo-me sido feita uma contraproposta, eu decidi aceitar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É um valor que não é desajustado ao tipo de práticas privadas que se deram na TAP durante a gestão dos acionistas privados, mas que é incompreensível — repito, é incompreensível — para qualquer trabalhador que, numa vida, não ganha 1 milhão de euros. Mas isso é o reflexo das desigualdades entre os cargos de administração e os próprios trabalhadores, entre eles, os da TAP, que têm vindo a sofrer tanto, com tantas responsabilidades também.

Mas há uma outra questão que já foi colocada e que gostaria de repetir. A Sr.^a Engenheira diz-nos aqui que acabou por ter acesso à indemnização, que considera legal, de 500 000 €. Se a considerarmos uma demissão por mera conveniência, ela cabe no Estatuto do Gestor Público. O que não cabe no Estatuto do Gestor Público é 1,3 milhões de euros.

Portanto, se nos está a dizer que a indemnização que acabou por receber é legal — exceto aquilo que tem de devolver por causa da NAV —, porque é que pediu o dobro?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Mas, Sr.^a Deputada, apenas para clarificar, eu não disse isso. O que eu disse foi que aquela foi a formulação jurídica que os advogados identificaram e a TAP fez-me uma proposta de 500 000 € que eu decidi aceitar. Ponto.

Se essa formulação jurídica não é aceitável, então, trata-se de uma destituição por conveniência, e, tratando-se de uma destituição por conveniência, há um limite de 12 meses. Certo?

Por isso, eu não estou a fazer um juízo de valor sobre a legalidade dos 500 000 €. O que lhe posso dizer é que, quando eles me foram propostos e eu os aceitei, nem por um instante pensei que alguma vez pudesse haver alguma dúvida sobre aquele valor.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, alerto-a para o facto de estar

prestes a esgotar o seu tempo.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Disse-nos, há pouco, que conhecia o Estatuto do Gestor Público, o que é uma diferença face tanto ao CFO como à CEO, que nos disseram que não o conheciam, ou que não o tinham lido, ou que não o tinham presente.

A minha pergunta é se sabia que, de acordo com o Estatuto do Gestor Público, só há três formas de sair de uma empresa.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu conhecia as minhas obrigações e responsabilidades, ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, quando iniciei funções tanto na TAP, como na NAV. Lembro-me de ter lido pareceres jurídicos e lembro-me de o ter lido.

Mas, como disse, eu não sou jurista e, havendo uma interpretação dos advogados que, na altura, assessoraram a TAP e dos que também me assessoraram de que não estava taxativamente explícito no Estatuto do Gestor Público que poderia ser utilizada outra figura, eu não tive como duvidar disso. Na altura, o tema não foi discutido, sequer. Não foram discutidas quais são as formas de cessação de funções do Estatuto do Gestor Público. Aliás, eu agora já estudei o assunto com mais profundidade, como deve imaginar. Há situações que também não estão previstas e que acontecem, não é?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas esta não é uma delas.

Sabendo que estava ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, nunca fez esse pedido ao seu advogado?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Para ver, à luz...? Não, nunca fiz

esse pedido. Não é suposto.

Repare, é um pressuposto. Quando eu peço a um advogado para me assessorar num processo de saída de uma empresa como a TAP, é um pressuposto, é um dado adquirido que ele tem de garantir que todos os preceitos legais são cumpridos. Repito, todos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Qual foi a sociedade de advogados?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Penso que já é do conhecimento público.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Se, ainda assim, nos puder dizer...

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Foi a **Morais Leitão**.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Termino, com uma questão.

Foi convidada para Secretária de Estado do Tesouro. Quem é que a convidou? Em que momento é que a convidou? Alguma vez teve contacto com o Ministro das Finanças antes do momento desse convite? Quando o convite foi feito, transmitiu, a quem fez o convite, ou ao Ministro das Finanças, as tensões, conflitos, que tinha com a administração — uma vez que tinha sido demitida pela CEO — que agora ia tutelar?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Fui convidada pelo Sr. Ministro das Finanças. Aconteceu uns dias antes da minha tomada de posse. Não falei com ele sobre o meu processo de saída da TAP, nem sobre a indemnização. Falei com ele sobre os projetos, os desafios que a Secretaria de Estado

precisava de endereçar.

De qualquer das formas, para que fique muito claro, eu sempre tive uma relação muito cordial, dentro da comissão executiva, com todos os seus membros. Ter uma visão diferente, ter uma opinião diferente não é uma situação de antagonismo, não é uma situação de tensão ou de divergências irreconciliáveis. É normal que assim seja. Por isso, eu manifestava as minhas preocupações, porque entendia que era meu dever fazê-lo.

É apenas para clarificar esse ponto, porque pode não ter ficado suficientemente claro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Falta responder só à pergunta sobre se falou com o Ministro das Finanças antes desse convite, se teve contactos com o Ministro das Finanças antes desse convite.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira, a pergunta era se falou com o Ministro das Finanças antes desses contactos.

Faça favor.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu tive uma reunião uma vez na Câmara Municipal de Lisboa com o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Passamos agora à quarta intervenção desta primeira ronda e, pelo Grupo Parlamentar do PS, usa da palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento a Eng.^a Alexandra Reis e também quem a acompanha do ponto de vista jurídico.

É do conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito que, em dezembro de 2021, enviou um *e-mail* a colocar o seu lugar à disposição. Pelo

que disse aqui, já em respostas anteriores, seria basicamente por mera cortesia, porque tinha o objetivo de continuar na TAP e nunca esteve em causa uma saída sem qualquer tipo de contrapartida.

É isso, Sr.^a Engenheira?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sim, entendi que era ética e institucionalmente correto enviar essa comunicação.

Confesso que, tendo em consideração todo o trabalho desempenhado ao longo de muitos meses na TAP, tendo em consideração o facto de ter sido nomeada pelo acionista Estado seis meses antes para assumir funções na TAP SA, a minha expectativa era, naturalmente, de continuidade.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Então, não estaria disponível a sair sem qualquer tipo de contrapartida?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Se, na altura, o Sr. Ministro ou um dos Srs. Secretários de Estado me tivessem dito que preferiam que eu renunciasse, eu teria renunciado, sem contrapartida.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Em relação ao processo, à informação de que sairia da empresa, quem é que colocou, em primeiro lugar essa questão? Foi a CEO que lhe colocou a questão em primeiro lugar?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sim, foi numa reunião no dia 25 de janeiro que a CEO me informou de que queria que eu saísse da empresa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — E foi sempre a CEO a liderar esse processo, ou seja, nos contactos consigo, a decisão da sua saída veio da parte da CEO?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu depois dessa data não...

No dia 25 a CEO falou comigo, no dia 26 eu dei-lhe nota de que acedia a sair da empresa, no dia 27 ela mostrou preocupação, porque eu ainda não tinha identificado os meus advogados — porque tive de os ir contratar —, e depois disso eu não voltei a falar com a CEO sobre o tema, foi sempre tudo discutido entre advogados.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — A Sr.^a Engenheira coloca aqui claramente a decisão na parte da CEO, mas nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, ontem, por exemplo, ouvimos da parte da CEO que foi uma decisão de equipa, nomeadamente colocando também no administrador financeiro responsabilidades pela sua decisão.

Não foi uma decisão de equipa, foi uma decisão única e exclusivamente da CEO, tanto quanto lhe é conhecido?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Tanto quanto sei, a CEO quando falou comigo não me disse que era uma decisão da equipa, disse-me que era... Falou na 1.^a pessoa, ela falou na 1.^a pessoa, não me disse que era uma decisão de equipa, e pediu-me confidencialidade.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Já aqui se falou de um conjunto de divergências da Sr.^a Engenheira, nomeadamente na mudança da sede, nas soluções alternativas sobre a frota de carros.

Falou também da questão do *procurement*, e eu queria que explicasse o que é que estava em causa nessa matéria do *procurement*.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Deputado, mais uma vez, a palavra «divergência»... É normal que haja visões diferentes.

Relativamente ao *procurement*, penso que a CEO me deu nota, nessa reunião de 25 de janeiro, de que queria migrar a área de *procurement* para a responsabilidade do *Chief Financial Officer*, mas, antes disso, ela já tinha mostrado alguma preocupação com o tempo que os processos de *procurement* demoravam. Entendia que eram demorados.

Mas, na verdade, um processo de *procurement*, para ser bem feito, tem os seus prazos. É preciso garantir que há um orçamento aprovado, é preciso que exista uma especificação técnica *standard* para se poder ir ao mercado, os fornecedores têm de ter tempo para responder de forma adequada, para esclarecer as suas propostas, para haver uma negociação, etc. Ou seja, por isso é um processo que tem os seus prazos e, para garantir competitividade e concorrência, tem sempre de passar por estes temas.

Ela mostrava alguma frustração, dizia que eram lentos, e acabou por fazer uma sugestão sobre como é que poderíamos agilizar mais os processos, mas, na altura, também entendi que talvez essa sugestão... Entendi que não faria sentido seguir esse caminho.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Em relação à mudança da sede, questiono se seria a única pessoa na Comissão Executiva que estava contra a mudança da sede ou se havia outras pessoas na Comissão Executiva que também estavam contra uma mudança da sede.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Relativamente à mudança da sede, eu penso que na Comissão Executiva não houve uma discussão muito alargada.

Recordo-me de uma discussão mais alargada no Conselho de Administração, e nessa altura, enquanto eu estive na empresa, não foi tomada nenhuma decisão sobre esse assunto, porque houve um conjunto de administradores, sobretudo os não executivos, que levantaram muitas

questões.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Quem foram esses administradores não executivos?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — A generalidade dos não executivos.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.^a Engenheira, em relação a essa mudança, e percebendo a questão financeira que aqui também já colocou, questiono se havia *business plan* para essa mudança, se estava prevista economicamente essa mudança, do ponto de vista das contas da TAP.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não estava prevista no plano de reestruturação e não estava orçamentada. Isto no orçamento de 2021, mas a mudança iria acontecer em 2022, mas não estava prevista no plano de reestruturação.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.^a Engenheira, em relação à questão que aqui também já foi colocada sobre a empresa em que tinha participação o marido da CEO, questiono — até porque estamos a falar de algo que aconteceu em dezembro, e depois todos estes procedimentos e cronologia dos factos enviam-me para janeiro — se lhe parece que pode estar aqui uma das razões para as questões que levaram também à sua saída da TAP.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não tenho nenhuma evidência disso, aliás, para mim continuam ainda um bocadinho difusas as razões da minha saída.

Já li no parecer da IGF «divergências insanáveis», ou incontornáveis, irreconciliáveis — peço desculpa, não estou a acertar no adjetivo —,

«divergências irreconciliáveis», já ouvi falar de «perfil» ontem, já ouvi falar de «reorganização da equipa», por isso para mim não é muito claro.

Mas, de qualquer das formas, eu não tive nenhuma conversa com a CEO sobre esse assunto e nunca fiz nenhum tipo de associação entre um tema e outro, não consigo fazer nenhuma avaliação dessa natureza ou esse tipo de ligação.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.^a Engenheira, outro tema que também é citado, por vezes, tem a ver com o recrutamento de novos diretores, de novos assessores, da parte da CEO.

Aconteceu algum conjunto de processos de contratação de novos diretores e de novos assessores durante este período, anterior à sua saída da TAP?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Antes de eu ter saído da TAP, foi contratado um conjunto de recursos, sim.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Que tipo de recursos, com que remunerações?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Para algumas posições-chave, para várias áreas da empresa, algumas das quais acabava por ser um bocadinho mais difícil de balizar.

Pessoas que não têm a nacionalidade portuguesa e que têm de mudar a sua vida para Portugal acabam sempre por ter de ter um conjunto de custos extra, não é? Neste tipo de contratos de expatriação há sempre um conjunto de custos extra, os *allowances* para a casa, despesas de *relocation*, etc. Ou seja, isso foi algo que aconteceu.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.^a Engenheira, falou de expatriados, falou de pessoas que vinham do estrangeiro para trabalhar na TAP. Questiono de que países é que vinham essas pessoas.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sobretudo UK (United Kingdom), França, e penso que, na altura, houve uma pessoa da América do Sul.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.^a Engenheira, eram pessoas com relações próximas com a CEO da TAP, que a CEO da TAP já conhecia, não eram? O que é que lhe parece, Sr.^a Engenheira?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Algumas dessas pessoas não o escondiam. Algumas não o escondiam.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Que pessoas é que não escondiam a sua proximidade com...

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Alguns diretores para algumas áreas eram relativamente transparentes no tipo de relação que tinham com a CEO.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Essas eram pessoas de que nacionalidade?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu penso que era francês... Franceses.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.^a Engenheira, e a remuneração desses expatriados era substancialmente diferente de pessoas que estavam na TAP ou era uma remuneração equivalente às pessoas que já estavam na TAP em funções semelhantes, ou anteriormente na TAP?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Tendencialmente, os novos recrutamentos foram sempre mais difíceis de fazer e, por isso, ficaram um pouco mais caros.

O facto de a empresa estar com o corte de salário dificultava, aliás, tornava a empresa menos atrativa, por isso, alguns desses recursos, de facto... Quando se está a competir num mercado de talento internacional, acaba por ser assim.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Em relação ao processo de acordo, questiono se tem conhecimento de que o Presidente do Conselho de Administração tenha tido, em algum momento, algum envolvimento neste processo.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu soube que o Presidente do Conselho de Administração teve conhecimento de que o processo estava a correr. O que é que ele sabia sobre a discussão do acordo, os detalhes do acordo, não tenho essa informação.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Nestas audições, uma das pessoas que já ouvimos foi o CFO da TAP.

A Sr.^a Presidente da Comissão Executiva, a CEO da TAP, diz que parte das divergências também vieram dele. Tinha divergências com o CFO da TAP?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Como referi, sempre tive uma relação perfeitamente cordial e de trabalho com o CFO da TAP.

Recordo-me apenas daquele momento a 27 de janeiro de 2022, mas foi por um tema de articulação com as equipas, porque, na altura, foi pedido

trabalho diretamente a pessoas da minha equipa que estavam a desempenhar tarefas que eu lhes tinha solicitado. Não me pareceu cordial e dei nota disso ao CFO.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Ele teve envolvimento direto neste processo da sua saída da TAP, nomeadamente na negociação de valores?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não tenho como saber, sequer, se isso aconteceu ou não. Todo o processo foi tratado entre os meus advogados e os advogados da TAP. Quem sabia eu não tenho como saber.

Posso-lhe dar nota de que a CEO me solicitou confidencialidade e eu só falei com a Comissão Executiva no dia 4 à noite, depois de ter assinado o acordo. Aí liguei a cada um deles.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Em relação ao acordo, claramente, desta audição já percebemos que a CEO liderou este processo. Da sua parte, o processo foi acompanhado pela sociedade de advogados que já aqui mencionou, na resposta à pergunta da Deputada Mariana Mortágua, a empresa Morais Leitão.

Pergunto se lhe pareceu que este processo na TAP foi tratado como um processo urgente.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu senti sempre um sentido de urgência muito grande por parte da CEO.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Então sentia, provavelmente, que para a CEO era uma pessoa incómoda na TAP, ou não?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu confesso que fiz outra leitura na

altura, mas é uma leitura minha apenas, não tenho nenhuma evidência de que tivesse sido essa razão.

Eu entendi que a CEO tinha algum sentido de urgência — mas isto é uma leitura totalmente pessoal e não sei se tem alguma adesão à realidade — porque iria haver eleições e ela não sabia qual seria o resultado das eleições.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — E não lhe parece também que, existindo divergências conhecidas, poderia ser uma pessoa que fosse um problema para a TAP, no entendimento da CEO?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu penso que a CEO nunca terá pensado que eu fosse um problema para a TAP.

Sempre tive dossiês relevantes e nunca senti que ela tivesse falta de confiança na qualidade do meu trabalho ou nos resultados que eu entregava. Talvez ela também tivesse urgência para reorganizar a equipa como entendia que devia reorganizar, não sei.

É uma questão que deveria ser colocada à CEO, na minha opinião.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Passando agora ao cálculo de indemnização, teve uma primeira proposta superior a 1,3 milhões de euros, que aceitou baixar e que, quer o Secretário de Estado Hugo Mendes, na altura, quer os consultores jurídicos colocaram logo como inaceitável.

Até porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito surge de uma percepção pública de que o valor da indemnização de 500 000 € era moralmente inaceitável, queria questionar se lhe parecia normal alguém sair de uma empresa que era tida pelo Estado português com uma indemnização no valor de 1,3 milhões de euros. Parecia-lhe moralmente aceitável?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Como referi, essa indemnização teve

uma base de cálculo que tinha um conjunto de pressupostos e um racional, e era um valor a submeter à TAP para discussão.

A TAP, em dois dias, fez uma contraproposta de 500 000 €, contraproposta que eu decidi aceitar.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Estas dúvidas que são colocadas no valor de 1,3 milhões de euros foram-lhe transmitidas pelos seus representantes jurídicos na altura? Foram-lhe transmitidas estas dúvidas da parte dos consultores jurídicos da TAP e da parte também do Governo, foram-lhe transmitidas estas dúvidas pelos seus consultores jurídicos?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas penso que não entendi a questão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode repetir a pergunta por favor?

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — As dúvidas que foram colocadas pelo Governo em relação ao valor de 1,3 milhões de euros, assim como por parte dos consultores jurídicos da TAP, foram-lhe transmitidas pelos seus consultores jurídicos?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não tive informação naquela fase sobre nenhum tipo de dúvidas e se essas dúvidas... Vamos lá a ver: não tive informação sobre, do lado da TAP, quem é que teria dúvidas e que dúvidas seriam.

O que havia era conversas entre advogados. O advogado da TAP não... Se fez algum *disclosure* sobre isso, eu não tenho conhecimento, e duvido muito que o tenha feito.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Então, em momento algum deste processo, mesmo quando aceitou baixar o valor para cerca de 500 000 €, a Sr.^a Engenheira percebeu ou teve a noção do risco que seria aceitar esta indemnização?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Na altura, não associei nenhum tipo de risco à indemnização. Era uma indemnização que estava a ser proposta pela TAP, proposta essa que eu decidi aceitar. E, de boa-fé, com todo o apoio jurídico que houve na elaboração daquela proposta e daquele acordo, não tive razão para acreditar que houvesse algum tipo de risco ou de dúvida sobre aquele acordo.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — A Sr.^a Engenheira, ao contrário da CEO ontem, já transmitiu nesta audição que conhecia o Estatuto do Gestor Público. Por isso, tinha conhecimento, naturalmente, de que, a partir do momento em que a TAP passa a ter intervenção pública, passa a estar abrangida pelo Estatuto do Gestor Público.

Assim, pergunto-lhe se os seus advogados, se o seu apoio jurídico alguma vez a avisou de que esta indemnização podia violar o Estatuto do Gestor Público.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Nas minhas conversas não tive nenhuma discussão específica sobre o Estatuto do Gestor Público. O que para mim foi sempre um pressuposto e um dado adquirido é que todos os preceitos legais teriam de ser cumpridos, e estariam a ser cumpridos.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — A Sr.^a Engenheira sabe que, segundo o Estatuto do Gestor Público, a renúncia ao cargo não confere o direito de indemnização?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sim, mas eu não renunciei ao cargo de livre vontade. A formulação jurídica que foi definida foi uma «renúncia precedida de um acordo». Não foi a Alexandra Reis que, no dia 25 de janeiro, se lembrou de querer sair da empresa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.^a Engenheira...

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Peço desculpa.

Risos do Deputado do PS Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.^a Engenheira, mas o Estatuto do Gestor Público prevê, em algum ponto, a renúncia por acordo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — O Estatuto do Gestor Público prevê, de forma clara, algumas formas de cessação de mandato. A formulação jurídica que foi identificada pelas sociedades de advogados, nomeadamente a que foi proposta pela TAP, foi aquela.

Eu não sou jurista, eu não tenho como avaliar a bondade, o mérito ou as falhas, se algumas houve, da proposta que foi formulada pelos advogados.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.^a Engenheira, eu também não sou jurista, mas, ao ler o Estatuto do Gestor Público, não encontro lá nenhum ponto em que se fale de renúncia por acordo. E a Sr.^a Engenheira afirma que, em relação a si, não concorda com o relatório da IGF, porque, na sua opinião, tem direito à indemnização, mas saiu por renúncia do acordo, quando esta não estava prevista no Estatuto do Gestor Público.

Por isso, pergunto-lhe se considera hoje que foi mal aconselhada do

ponto de vista jurídico.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — O Estatuto do Gestor Público também remete, em tudo o que lá está omissa, para o Código das Sociedades Comerciais. E, na verdade, mais uma vez digo: eu não sou jurista; posso ler a lei, mas não sou a melhor pessoa para a interpretar e para garantir a totalidade da sua aplicação.

É exatamente por isso que nos assessoramos e que temos apoio jurídico para estas situações, que são mais atípicas na nossa vida, no nosso dia a dia, e até mesmo a nível profissional. Por isso nos socorremos de quem tem esse conhecimento.

Relativamente à sua questão, o que eu entendo é que na altura houve uma formulação jurídica de duas sociedades de advogados — nomeadamente a da TAP, que a propôs — que se entendeu ser perfeitamente legítima e legal, sem levantar nenhum tipo de questão.

Um ano — mais de um ano — depois, vem a Inspeção-Geral de Finanças discordar dessa formulação. Hoje, como também já referi — assim como o Sr. Deputado — eu própria e os novos advogados que agora me representam temos uma interpretação diferente quanto à forma de aplicação no caso de se considerar uma destituição por conveniência — a considerar-se —, caso não houvesse fundamento legal para a formulação jurídica que foi proposta na altura.

Por isso, é como lhe digo: não consigo fazer este juízo de valor, porque não sou advogada.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Obrigado, Sr.^a Engenheira.

Ainda sobre essa premissa da destituição por conveniência de serviço, que não está, em momento algum, colocada no acordo que celebrou, questiono se ela obriga ou não à deliberação do acionista e se houve alguma

deliberação sobre essa matéria.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Essa premissa de que, no caso de o acordo não ser válido, se aplica uma destituição por conveniência está prevista e foi explicitada no contraditório que apresentei à Inspeção-Geral de Finanças.

De qualquer das formas, eu estava de saída da empresa e não tenho conhecimento — nem tinha como saber — se houve alguma deliberação do Conselho de Administração ou qualquer outro tipo de deliberação, noutro fórum, sobre a minha saída.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Então, Sr.^a Engenheira, não tendo havido, não existindo essa deliberação, também nos parece que o estatuto por conveniência não se aplica. E também este estatuto obriga a 12 meses.

Bem sabemos que pode haver interpretações jurídicas diferentes, mas o atual mandato apenas tinha começado a 24 de junho de 2021 e nessa altura ainda não tinha cumprido 12 meses. Como é que...?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Se a destituição por conveniência deveria ter sido formalizada, o próprio relatório da Inspeção-Geral de Finanças afirma que se trata de uma mera formalidade que pode ser feita.

De qualquer das formas, e já tive aqui a oportunidade também de referir, a razão da minha discordância do teor do parecer da Inspeção-Geral de Finanças é o facto de a alínea 3) do artigo 26.º dizer, de forma taxativa, «12 meses seguidos de exercício de funções», e eu era administradora há 17 meses. Não há uma única referência ao mandato em curso.

Mas, mesmo que houvesse, apesar de eu ter sido nomeada em junho, a nomeação do mandato, a nomeação na Assembleia Geral de Acionistas é muito clara e objetiva: fui nomeada para o mandato de 2021 a 2024, e a 1 de

janeiro de 2021 já era administradora.

Por isso, eu e os meus advogados temos uma visão diferente do teor do parecer da IGF. Mas, mesmo tendo uma visão diferente, eu vou devolver. aguardo apenas que me indiquem quais são os montantes líquidos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, alerto-o só para o facto de o seu tempo estar praticamente a esgotar-se.

Faça o favor, Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sobre a NAV, quem a convidou foi, pelo que disse, o Dr. Hugo Mendes. Existiu, da parte da sociedade de advogados que já foi aqui citada, algum convite para a NAV?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não, eu não falei sobre o meu convite para a NAV com nenhuma sociedade de advogados.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Existiu, no seu convite para a NAV, alguma relação com o acordo de saída da TAP?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não. Quando soube da NAV já tinha saído da TAP. Soube a 22 de março que isso poderia ser uma possibilidade, não se tratou sequer de um convite formal. Esse convite formal só aconteceu depois da nomeação do Governo.

O único aconselhamento jurídico que tive na altura, pela sociedade de advogados — curiosamente, exatamente a mesma pessoa que assessorou a TAP no meu processo de saída —, foi relacionado com a elaboração do contrato de gestão de gestor público na NAV; pedi a essa sociedade de advogados, que na altura trabalhava com a NAV, para fazer a redação desse contrato e também pedi apoio na elaboração das minhas declarações ao

Tribunal Constitucional.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr.^a Engenheira, termino, ainda sobre este tema da NAV, questionando se tem conhecimento de quando é que começou esse processo de contratação pública. Há pouco disse que era um processo que já vinha do passado dessa empresa. Sabe quando é que começou este processo?

Para terminar, em relação ao parecer da IGF e à situação que coloca, da demissão por conveniência, pergunto se o facto de não ter havido Assembleia Geral para decidir esses termos também implica que não há direito a indemnização, embora saiba que disse que irá devolver.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu peço desculpa, se pudesse só repetir ...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça o favor de repetir.

E pedia mesmo que criássemos condições dentro da sala para que nos pudéssemos ouvir todos uns aos outros.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Duas perguntas. Em relação ao consultor jurídico da NAV, tem conhecimento de quando é que começou a sua contratação pública? Porque, tanto quanto nos disse, quando chegou à NAV, já existia, entre a NAV e esse consultor jurídico, um processo.

E a outra pergunta tem a ver com o facto de, não existindo a Assembleia Geral, a saída por conveniência, como a coloca, também não poder existir, independentemente de já ter dito que devolvia a indemnização, porque isso também coloca a questão de poder não ter direito a ela.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Relativamente à data, não tenho

precisas as datas: não sei a data em que foi lançado o concurso, não sei a data em que foi feita a proposta de adjudicação, não tenho informação detalhada.

Sei apenas que foi algum tempo antes de eu ter entrado e que era um contrato relativamente recente. Mas não tenho informação sobre as datas desse concurso.

Relativamente ao tema da saída por conveniência e a necessidade de convocar uma Assembleia Geral: repare, eu não tive informação dos órgãos de que a decisão da minha saída tivesse discutida ou aprovada. De qualquer das formas, trata-se de uma mera formalidade, uma declaração unânime por escrito resolve isso com tranquilidade. Não é preciso sequer um grande prazo legal para marcar uma Assembleia Geral.

Mas é informação que não tenho.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr.^a Engenheira.

Passamos agora ao Grupo Parlamentar do PSD. Sr. Deputado Paulo Moniz, está inscrito para falar?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD vai entregar um requerimento a V.^a Ex.^a, na qualidade Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Na sequência dos trabalhos de ontem, tivemos conhecimento, através da Sr.^a CEO, de ter ocorrido uma reunião no dia 17 de janeiro, véspera da vinda da Sr.^a Christine Ourmières-Widener à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação.

Nesta reunião participaram pessoas do gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Sr.^a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares. E soubemos também, *in loco*, no decurso da audição, da participação do Sr. Deputado Carlos Pereira e da advertência do grupo parlamentar para que não fizesse a intervenção, por razão de ter participado nesta reunião. Contudo, não só o fez, como depois foi confirmada a sua presença através de afirmação explícita e inequívoca da Sr.^a CEO.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD entendeu dar entrada na Comissão de Transparência e de Estatutos dos Deputados, a 14.^a, nos próximos dias, de um pedido de avaliação do cumprimento do disposto em três vetores macro: o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, o Estatuto dos Deputados conjugado com o Código de Conduta.

Para ser conseqüente a entrada deste requerimento, torna-se absolutamente imprescindível que nos seja fornecida, com carácter prioritário, a extração da ata da audição da Sr.^a CEO da TAP, bem como a exportação do áudio da reunião, para que acompanhe este requerimento que vamos submeter à 14.^a Comissão, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Com certeza, logo que entendam que o devam fazer.

Pedia, então, que criássemos condições para continuarmos a ouvir a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis, que é precisamente o ponto que temos na ordem do dia, e que colocassem todas as questões que entendam ou no início ou no fim da reunião, para que as pessoas presentes possam estar aqui o menos tempo possível e as nossas audições sejam o mais eficazes possível.

Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento

os Srs. Deputados, a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis e o seu advogado.

Sr.^a Engenheira, nosso tempo é limitado, o de V. Ex.^a não é, o que é uma vantagem. Até agora temos ouvido muita preocupação com a aparente ligeireza de quem recebeu, ainda não vi muita preocupação com a ligeireza de quem pagou. Mas vamos começar por aí.

A Sr.^a Engenheira, no dia 29 de dezembro, envia um *e-mail*, de que já falamos aqui e que tenho à minha frente, ao Sr. Ministro das Infraestruturas bem como ao Secretário de Estado, em que diz — depois de expor a questão da alteração da estrutura acionista da TAP — «...no entanto, caso considerem ser do melhor interesse da sociedade uma solução diferente para estes cargos, estou disponível para renunciar aos mesmos, de acordo com a vossa vontade.»

V. Ex.^a acrescentou, aliás, que estaria disponível para renunciar sem contrapartidas. Isto parece-me, independente de tudo o resto, um ato eticamente inatacável. E depois termina dizendo «Na expectativa das vossas notícias»; ou seja, se durante o mês de janeiro o Sr. Ministro das Infraestruturas tivesse chamado V. Ex.^a ao gabinete dele para dizer que, por motivos vários — fossem eles quais fossem —, iria pedir-lhe que essa renúncia se concretizasse, V. Ex.^a teria saído sem contrapartidas. É assim?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — É assim.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Eu entendo que uma coisa é uma renúncia a pedido do Ministro, outra coisa é uma renúncia a pedido da CEO, e que, portanto, do seu lado seja diferente. O que me espanta é do lado do interesse público não ser diferente, ou seja, tem conhecimento — pergunto-lhe — da intervenção do Ministério das Infraestruturas na negociação do seu próprio acordo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não, não tenho essa informação. Como referi, toda a discussão foi feita entre advogados.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr.^a Engenheira, sou advogado há 30 anos e as conversas com os clientes são profundas e explicam tudo o que se está a passar. O seu advogado não lhe disse com quem estava a negociar realmente?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — O meu advogado disse-me que estava a negociar com os advogados da TAP.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Nunca fez referência à existência, ou participação, ou acordo do Ministério das Infraestruturas?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Nunca.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Então, para si, o acordo era só entre a CEO e a Sr.^a Engenheira?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Para mim, o acordo era entre a Alexandra Reis e a TAP, porque era a TAP que ia assinar aquele acordo.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Disse que lhe pediram confidencialidade. Comentou com alguém o facto de existir este processo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não. Com algumas pessoas, sim, não é? Quando saí da sala falei com o meu marido, normal.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Convinha!

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Mas não comentei... Comentei com os meus advogados este processo, não falei sobre este processo com nenhum membro do Governo, até à data em que, após ter aceitado o acordo, enviei as mensagens a apresentar os meus cumprimentos e a despedir-me.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr.^a Engenheira, tem sido difícil perceber — não sei porquê — a forma de recrutamento para a NAV e a forma de entrada no Governo, do Secretário de Estado.

E por isso ia-lhe pedir, com toda a calma, com todo o rigor, todo o pormenor e todo o tempo do mundo, se nos pode explicar como é que foi abordada, por quem, com quem se encontrou, enviou o currículo, quem é que a abordou primeiro e o que aconteceu nas conversas. A ver se percebemos, com naturalidade, como é que se deu esse recrutamento, tão difícil de explicar por outros.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — No dia 22 de março, o Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações telefonou-me e falou-me sobre... Disse-me que a NAV iria precisar de liderança, que o próximo Ministro das Infraestruturas e o próximo Secretário de Estado das Infraestruturas teriam de endereçar esse tema.

Perguntou-me se eu conhecia a empresa, quais eram os desafios que eu entendia que a empresa tinha, e eu entendi aquela conversa como uma conversa exploratória, na qual ele queria perceber o meu nível de entusiasmo por um projeto daquela natureza.

Após a nomeação do Governo, dois ou três dias depois — eu não consigo precisar a data —, o Sr. Secretário de Estado ligou-me, na sequência daquela conversa, e disse-me «Gostava de a convidar formalmente, se a Alexandra decidir aceitar, depois, a partir de agora, temos de passar por um

processo da CRESAP, etc...»

E foi isso que aconteceu, eu aceitei e, passado uns dias — não me recordo exatamente quando —, a Chefe de Gabinete do Sr. Secretário de Estado alertou-me para a documentação que eu tinha de enviar. Havia um questionário para preencher junto da CRESAP, havia que enviar o currículo com um conjunto de regras — tive de atualizar o currículo —, e depois foi agendada uma reunião com a CRESAP, uma entrevista. Essa entrevista foi feita por meios telemáticos, não foi presencial.

Depois disso, umas semanas depois, fui informada, não me recordo exatamente como, de que a CRESAP tinha dado o parecer positivo. No início de junho, falei com a Chefe de Gabinete, porque se aproximava o verão e eu queria perceber uma data expectável de entrada — questão de logística familiar —, e foi-me apontada a data de 1 de julho. No dia 1 de julho, eu apareci na NAV.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Não falou sequer com o ministro?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Como sabe, a NAV tem duas tutelas. Também não falou com ninguém do Ministério das Finanças?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito bem. Em relação à saída da NAV, ou mais bem dito, em relação ao convite para a Secretaria de Estado, como é que esse se processou? Espero que tenha falado com alguém, desta vez.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Também falei quando fui para a NAV.

O Sr. Ministro das Finanças falou comigo uns dias antes da tomada de posse e deu-me nota de que iriam fazer uma reconfiguração no Ministério das Finanças, que a pasta de Secretário de Estado do Tesouro tinha sido extinta e que agora iriam voltar a implementar a Secretaria de Estado do Tesouro. Falou-me do projeto, das empresas que tutela, dos desafios que aquela pasta acarreta, das responsabilidades.

Eu fui fazendo questões, fui colocando as minhas dúvidas, e ele, nessa conversa, antes de me explicar todos estes desafios, os projetos, deu-me nota de que gostaria de me convidar para Secretária de Estado do Tesouro.

Eu, na altura, tive de fazer a minha ponderação. Tinha entrado há pouco tempo na NAV — há cinco meses —; estava muito contente com os resultados que estávamos a atingir; estava contente por estar a trabalhar naquela empresa; havia um conjunto de projetos que estávamos a iniciar, e outros a continuar, que eram importantes e que me motivavam; e eu tive de fazer essa ponderação. E eu decidi aceitar o convite do Sr. Ministro das Finanças.

Após isso, renunciei à NAV, apresentei a minha renúncia, de livre vontade, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da NAV.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Na saída, não falou com o Ministro das Infraestruturas? Não falou com o Secretário de Estado? Mandou um SMS (*short message service*)? Como é que foi?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Falei, liguei ao Ministro das Infraestruturas e disse-lhe que tinha aceitado aquele convite.

Ele estava a par de que eu tinha aceitado aquele convite, já o saberia e

desejou-me muitas felicidades; e, naturalmente, desejou-me sucesso no cargo.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Disse que essa conversa com o Sr. Ministro Fernando Medina foi uma conversa longa.

Considerando o percurso que tinha feito, nomeadamente a saída da TAP, pergunto-lhe se ele não chamou a atenção para o facto de uma das matérias ou empresas sobre a qual teria influência vir a ser a TAP. Ele não perguntou como é que saiu, não perguntou o que achava da TAP, não perguntou o que achava do Conselho de Administração? O que é que falaram da TAP, exatamente?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Nessa conversa, nada.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Falaram dos desafios todos do cargo, menos da TAP, que era exatamente onde a Sr.^a Engenheira tinha estado, foi isso?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Nós não revimos as 143 empresas públicas do setor empresarial do Estado. Nós falámos, no geral, dos desafios que as empresas públicas têm, ou seja, não fomos uma a uma.

A conversa não foi longa assim, foi uma conversa, alguns minutos, não consigo precisar quantos, mas onde falámos dos principais desafios das empresas que iria tutelar. Não falámos especificamente sobre a TAP, nem sobre a minha saída da TAP, nem sobre as condições da minha saída da TAP.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Não achou importante referir-lhe esse percurso, o que é que tinha acontecido na TAP? Sendo uma empresa... nas outras 142 não tinha trabalhado, acho eu.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não...

Falei do meu currículo em traços gerais, respondendo a algumas questões, não me recordo de ter sido feita nenhuma pergunta específica sobre a TAP, não foi; não falei sobre o meu processo de saída da TAP, nem das condições da minha saída.

Falámos de desafios, de temas de gestão da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de endereçar alguns projetos que teriam de ser elencados, da responsabilidade das empresas públicas, mas não falámos sobre situações específicas, sobre nenhuma empresa em particular.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito obrigado.

Uma das questões que também já se levantou aqui e que provocou, estranhamente, alguma dúvida, foi quando a Sr.^a Engenheira disse que só tinha falado uma vez com o Dr. Fernando Medina, uma vez na Câmara de Lisboa.

Ele não disse como é que chegou ao seu nome, como é que a convidou, quem é que a indicou, como é que ele conhecia o seu currículo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não lhe coloquei a questão e ele também não mo referiu.

Confesso que não estranhei, porque eu conhecia relativamente bem as equipas do Ministério das Finanças, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, e também pessoas que trabalhavam lá, de todo o tempo em que discutimos intensamente o plano de reestruturação.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Portanto, admite que tenha sido alguma das pessoas com quem trabalhou que possa ter indicado o seu nome?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Foi uma assunção minha, uma convicção pessoal minha, ou seja, fiz esta ligação; entendi que seria esta a ligação.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr.^a Engenheira, voltando à TAP, foi aqui dito ontem, pela CEO, que se sentia uma enorme pressão política naquilo que era o dia a dia da TAP. Pergunto-lhe se também a sentia?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Confesso que não.

Sentíamos, enquanto Comissão Executiva e Conselho de Administração, um grande escrutínio público — uma empresa que tem sempre um nível de atenção muito grande pelos *media* —, mas nunca senti interferência política para a decisão de negócio A ou a decisão de negócio B. Não posso dizer, de forma alguma, que o tenha sentido.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Daquilo que é a sua experiência, como é que se dava a ligação entre as duas tutelas e o próprio Conselho de Administração da TAP? Quem é que fazia isso e como?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — No momento em que a Comissão Executiva estava reduzida a dois elementos, havia, para temas mais operacionais, conversas com a tutela setorial, e os temas financeiros eram todos tratados — ou temas que, mesmo que não fossem financeiros, tivessem impacto financeiro — com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, ou até mesmo com o gabinete, se não mesmo diretamente com o Sr. Secretário de Estado do Tesouro.

Havia, até, algumas decisões que eram tomadas pelo Sr. Ministro das Finanças. E era dessa forma. Ou seja, temas mais operacionais, e estamos a

falar de temas como uma Groundforce, como temas mais laborais, com a área setorial, com a tutela setorial; temas mais financeiros com o Ministério das Finanças.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — E qual era a regularidade desses contactos?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — A regularidade dependia muito do tema em questão.

Por exemplo, lembro-me de um período muito intenso sobre a Groundforce em que, de facto, a regularidade das conversas era relativamente frequente, porque o assunto assim o exigia.

Essas conversas eram também sempre tidas com o Presidente do Conselho de Administração, ou seja, o Presidente do Conselho de Administração, na altura, estava muito envolvido nestes temas e não havia contactos diretos regulares da Comissão Executiva com a tutela setorial e com a tutela financeira.

Havia, naturalmente, por escrito, pelos canais formais, via Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Mas, se fosse preciso ter de dar uma palavra um Sr. Secretário de Estado, nós naturalmente articulávamos sempre com o Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr.^a Engenheira, já nos explicaram, na semana passada, que o CFO não é um bufo — que é uma coisa que não percebemos muito bem —, mas ficamos então a perceber que, no conjunto de tarefas ligadas à área financeira, eram muitos os contactos feitos com a tutela, quer com uma quer com outra, em função das responsabilidades de cada administrador. Portanto, era isso. Quer com a Sr.^a Engenheira, no papel que tinha, quer, mais tarde, com o seu sucessor.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Havia um conjunto de temas que tinham de ser tratados e precedidos da autorização prévia da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, por isso, claramente, havia um contacto muito regular com a DGTF. Com o Secretário de Estado do Tesouro, normalmente, eram temas mais relacionados com a reestruturação da empresa ou temas societários.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Dado que estavam a cumprir um muito ambicioso plano de reestruturação, de grande alcance não só económico mas político e estratégico, admite, ou não, a hipótese de que os contactos feitos com o Ministro das Finanças não fossem também acompanhados pelo próprio Ministro das Finanças a cada momento?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Como referi, havia um conjunto de decisões que necessitavam da autorização explícita do Sr. Ministro das Finanças. Mas essas autorizações tinham um âmbito específico, não eram generalidades; não era a TAP que decidia quem é que deveria endereçar o pedido. Os pedidos eram endereçados à Direção-Geral do Tesouro e Finanças ou à Secretaria de Estado do Tesouro. Ao Ministro das Finanças não eram enviados pedidos diretos, mesmo quando sabíamos que aquela ia ser uma decisão final, uma aprovação, ou não, do Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr.^a Engenheira, a operação do Brasil foi sempre um problema cada vez mais grave na TAP. Afinal, quanto é que custou, no total, a operação do Brasil à TAP?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu...

Há um crédito entre a TAP SGPS e a TAP SA que totaliza — à data de hoje não sei, não acompanho as contas da empresa hoje com tanto detalhe — cerca de 900 milhões de euros. Esse empréstimo é, quase todo ele, injeção de capital na manutenção. Há uma parte que são dotações de capital para Portugal, porque penso que, nalguns anos — antes, sequer, de eu estar na empresa —, a Portugal também precisou de algum tipo de *apport* financeiro. Por isso, há alguns montantes que são relativos à Portugal, outro montante diz respeito à capitalização de juros, mas a grande maioria desse montante está relacionada com injeções de capital na Manutenção Brasil.

De qualquer das formas, relembro que eu fui administradora de outubro de 2020 a fevereiro de 2022 e não acompanhei essa fase da vida da empresa.

A informação que lhe estou aqui a dar é um conhecimento verbal que me foi sendo passado dentro da empresa. Não é factual. Para que os Srs. Deputados tenham a informação factual e rigorosa será, sugiro eu, melhor solicitar informação detalhada sobre todas essas injeções de capital que foram feitas na Manutenção Brasil.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito obrigado.

A certa altura, pareceu-me que referiu — e parece que é exatamente isso — que a TAP nacionalizada chegou a ter apenas dois administradores. É verdade?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Executivos.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Executivos.

Porque é que foi assim? O que aconteceu para chegarmos a isto?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — O que lhe posso referir é que, quando fui convidada para assumir uma posição na Comissão Executiva, em outubro de 2020, estava também na administração o CFO que se manteve na Comissão Executiva, que tinha sido nomeado pelo acionista David Neeleman, e estava também nomeado como CEO interino o atual COO (*Chief Operating Officer*) da empresa.

Em janeiro de 2022, terminou o mandato do CFO nomeado pelo David Neeleman — ele tinha outro desafio profissional, decidiu abraçá-lo e saiu da empresa. Nessa altura, a empresa ficou com a Comissão Executiva com dois elementos.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — A Sr.^a Engenheira também referiu há pouco, em instância não sei exatamente de quem, que quando falou com o Secretário de Estado do Tesouro, Miguel Cruz, ele pareceu surpreendido.

A sua relação com ele era uma relação próxima ou distante?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Era uma relação profissional. Eu não tinha por hábito ligar diretamente ao Secretário de Estado do Tesouro, apesar de que, se houvesse uma emergência, e pelo que conhecia dele, entendia que ele teria essa abertura. Eu articulava sempre com o Presidente do Conselho de Administração, caso houvesse alguma necessidade de endereçar um contato ao Sr. Secretário do Estado do Tesouro.

Naquela altura, entendi por bem fazê-lo, mas era uma situação diferente. Eu estava a despedir-me e estava a apresentar cumprimentos, pelo que tomei a liberdade de lhe enviar a mensagem diretamente, e ele depois devolveu-me a chamada.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Também referiu há pouco que, quando falou com o Ministro Pedro Nuno Santos, ficou com a convicção de que ele saberia do convite e saberia para onde é que iria seguir.

Confirma isso?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Está-me a falar da transição para a Secretaria de Estado do Tesouro?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sim, sim.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Quando falei com o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, ele sabia que eu tinha sido convidada para Secretária de Estado do Tesouro.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr.^a Engenheira, uma outra questão, que foi talvez das primeiras a dar aqui alguma polémica, foi a forma como foi fechado e comunicado o acordo — até porque, conforme já ouviu, havia quem considerasse que o acordo não era legal, ou não era moral, ou não era politicamente sustentável — e, como imaginará, do ponto de vista da nossa apreciação, interessa-nos perceber quais foram os atos praticados, especialmente pelos atores políticos e se eles são legais, morais ou politicamente censuráveis, e daí tirar algumas conclusões.

Na manifestação, na exteriorização deste acordo, é feito um relatório, nomeadamente à CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), que é um hino de cinismo, porque é um relatório todo feito de meias-verdades e de meias-mentiras. Teve alguma participação nesse relatório, tomou conhecimento anterior, ou posterior, ao envio do mesmo de forma pública?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Relatório à CMVM?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — O comunicado, perdão.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Tive conhecimento do comunicado, o comunicado é um anexo que faz parte integrante do acordo, foi redigido pelos advogados da TAP, que o propuseram, e eu, de boa-fé, tendo sido preparado por advogados, entendi que não deveria haver nenhum tipo de questão ou dúvida, sendo que, para mim, também não foi uma prioridade olhar para aquele tema, porque a responsabilidade pela comunicação ao mercado não é do administrador que sai, é do emitente.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito obrigado.

De facto, aparentemente, neste processo todo, os advogados não saem exatamente com grande brilhantismo, porquanto esse comunicado, tão curto, diz tantas coisas que são todas meias-verdades.

Primeiro, diz que era a administradora e que tinha entrado com os administradores, os acionistas privados, o que era verdade, mas já não era verdade. Dizia que renunciou para abraçar outros projetos pessoais, o que era verdade, mas não era verdade. E tudo isso foi das primeiras coisas que gerou enorme confusão.

Nunca sentiu necessidade de corrigir essa declaração? Digo-lhe isto porque — e até entendo porquê — V. Ex.^a esteve longo tempo a ser «morta na praça pública» e hoje seria, ou será, ou é, o dia para poder defender-se e defender o seu nome. Portanto, gostaria de lhe perguntar se, relativamente à forma como foi relatado o processo para fora, o que é que acha que não foi mesmo verdade e deveria ser corrigido, antes de lhe fazer qualquer outra pergunta, nomeadamente da saída.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Só para clarificar, Sr. Deputado. Está a falar-me do comunicado e sobre se eu deveria clarificar o comunicado?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Da saída até ao fim.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Da saída até ao comunicado?

O processo de saída foi aquele que referi. No dia 25 pediram, no dia 26 eu acedi, no dia 27 iniciou-se uma conversa, no dia 2 de fevereiro houve um acordo — no dia 31 já estava tudo balizado para os 500 000 €, parece-me —, no dia 4 é assinado um acordo, esse acordo é comunicado ao mercado, é comunicado à empresa. Este foi o meu processo de saída. Não quero reduzi-lo a isto, mas foi basicamente isto.

Não entendo, precisamente, a sua questão, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Aquilo que nos causa maior estranheza — mas que admitimos que possa ser verdade — é o seguinte. É relativamente pacífico para esta Comissão, pelo menos, do ponto de vista do PSD, que a interação não se limitou a ser entre a CEO e a Sr.^a Engenheira e entre os advogados de ambas. Houve, claramente, uma intervenção da tutela, que era quase expectável que não iria acontecer de outra forma.

Já lhe perguntei, e não deixei de estranhar que não tivesse percebido, na interação com o seu próprio advogado, que isto estaria a acontecer, ou seja, que a solução final, quer nos valores quer na autorização, não iria ocorrer por iniciativa apenas da CEO. Teria de ter necessariamente a autorização de tutela, como acontece noutros casos. Por isso lhe perguntei se, em algum momento, tinha conhecimento, através do seu advogado — e os advogados conversam com os clientes e explicam como é formada à vontade —, de que, na intervenção, ou por causa da data ou por causa do

valor, estaria a ser negociado, e que os advogados da parte da TAP também tinham contactado a tutela.

Isto para nós é extremamente importante para percebermos a intervenção da tutela sobre este acordo que depois foi tão criticado pelo relatório da IGF.

Daí a minha preocupação.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Deputado, não tenho memória de alguma vez me ter sido dito: «Ah, porque é o Governo que não quer» ou «Porque é A, B ou C que não quer». A resposta que eu ia tendo dos meus advogados era: «O valor está aqui. Falta isto, falta aquilo. Vou falar com a sociedade de advogados da TAP». Era um pouco isto. Não me recordo sequer de se falar do nome da CEO, isto é, de ser a pessoa A, B ou C.

Ou seja, a informação, a dada altura, também era muito factual, até porque aquele período foi um período particularmente difícil para mim. Não só por esta situação, mas por um tema de saúde que, na altura, eu estava a enfrentar. Isto aconteceu na semana em que eu tinha uma cirurgia agendada, com anestesia geral, etc. Ou seja, isto dificultou muito também todo o processo, até mesmo de comunicação, por isto, porque houve alturas em que estive indisponível e porque de saúde não estava na minha melhor forma.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr.^a Engenheira, talvez a minha última pergunta.

Já tentámos apurar, porque nos parece importante, a forma como o Sr. Ministro das Finanças chegou ao seu nome e ao recrutamento ou ao convite que lhe fez para a Secretaria de Estado.

Numa audição feita no Parlamento, o Sr. Ministro entendeu desatar a dizer quem é que não foi que fez o convite, o que só dificulta e, principalmente, só coloca mais sombra em cima do assunto.

Por isso lhe pergunto, à falta de muitas outras alternativas, como é que era a sua relação com a mulher dele na TAP? Ela tinha responsabilidade nos serviços jurídicos. Conhecia-a, lidava com ela? Qual era a sua relação com ela?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — A minha relação com a esposa do Sr. Ministro das Finanças era estritamente profissional e muito boa, no sentido em que a tenho na conta de uma excelente advogada. Por isso, sempre trabalhei muito bem com ela. Mas era uma relação profissional.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, tem a palavra. Alerto-o só para o facto de que tem já pouco tempo.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Daí decorre que a relação, sendo «meramente profissional», não era social nem era pessoal, logo, presumo que não eram «visita de casa» uma da outra?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sem dúvida, não sei onde mora.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Mas, garantidamente, na difícil função de cortar custos, se bem entendi, a sua relação com os serviços jurídicos também era relevante. A sua relação com ela era só profissional, é isso?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Estritamente profissional.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, então, às últimas questões da nossa primeira ronda. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Deputados, a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis e o advogado que a acompanha.

Sr.^a Engenheira, deixe-me perguntar-lhe abertamente: gostava do que fazia na TAP?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Muito.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sentia-se realizada?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sim.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Alguns depoimentos, de pessoas da empresa, deram-nos conta de que a senhora era *workaholic*. Confirma essa expressão?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Trabalho muito, sempre.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Pode dizer-nos, em média, qual era a sua dedicação horária diária à TAP?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Durante o período da pandemia, acho que trabalhei 7 dias por semana, 12 a 14 horas por dia.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E no período pós-pandemia?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Abrandou um pouco, tínhamos mais recursos, tínhamos uma equipa mais alargada, mas um trabalho como administrador — sobretudo numa companhia aérea — é um trabalho muito

exigente. Há sempre um desafio, há sempre um problema com um avião, há sempre um problema para resolver e, por isso, nunca se desliga totalmente. Ou seja, o ritmo abrandou, mas não resultou num trabalho das 9 às 5, muito longe disso.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Podemos concluir que a sua vida profissional na TAP, a sua dedicação à TAP, não lhe permitia ter mais tempo para grande coisa. Podemos afirmar isso?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Naturalmente que tentamos sempre ter uma vida fora da empresa, tentamos sempre o normal, não é? Ou seja, não vivemos única e exclusivamente em função da empresa.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Eu pergunto em termos profissionais, naturalmente.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Em termos profissionais, a minha dedicação à TAP era muito intensa. Para além da TAP, aquilo que faço, desde há muitos anos, de forma esporádica, mas já com alguma cadência, é dar algumas palestras, algumas ações de formação. Vou recebendo alguns convites nesse sentido. Também gosto de me manter atualizada e, por isso, é o que vou.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A Sr.^a Engenheira conhece ou tem conhecimento de um documento publicado no *Diário da República* eletrónico, o Despacho n.º 5/2022, do Governo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Assim de memória, não, mas se me quiser ajudar...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sim, vou-lhe ler só um parágrafo: «Determina-se, ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 3 do artigo 20.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, o seguinte:

1 - É concedida a Alexandra Margarida Vieira Reis autorização para, no ano letivo 2021/2022, acumular as funções executivas no Grupo TAP com atividades de docência, na AESE Business School.»

Este é o despacho. Havia aqui alguma coisa? Quer dizer, a Sr.^a Engenheira diz-me que tinha o dia preenchidíssimo, que respirava TAP, pouco tempo tinha para outras coisas, mas, ao mesmo tempo, pede que seja concedida licença para acumular outras funções, funções essas de docência, que levam bastante tempo?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sim, trata-se da realização de pequenas ações de formação, que são esporádicas, são pontuais. Isso ocupa, no máximo, 20 ou 30 horas por ano. Ou seja, não estamos a falar de... não são sequer... não é uma instituição de ensino público, não tem sequer uma regularidade nas ações de formação. São temas que vão surgindo, alguns temas mais específicos, e é algo que já faço há muito tempo, mas estamos a falar de uma carga horária que não impede, de forma alguma, o meu cumprimento, com zelo, quer seja na TAP ou noutra empresa.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, eu não pus em causa — jamais — o zelo e o brio profissional. O que ponho em causa é o despacho, que é publicado no dia 3 de janeiro de 2022. São datas muito próximas às ocorrências que temos vindo a falar, ao longo desta audiência. O que é que nos pode dizer sobre isto?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Esse pedido de autorização foi feito com alguma antecedência. Não lhe consigo, agora, de memória, precisar a data, mas aconteceu, não sei se em novembro do ano anterior, ou em outubro. Ou seja, não me recordo, mas foi algo que aconteceu, não foi um pedido que tenha sido feito e que, em dois ou três dias, tenha tido provimento, ou que tenha tido uma resposta positiva, pois era algo que já tinha sido pedido há algum tempo. Foi publicado nessa data, mas isso dependeu das assinaturas dos Srs. Ministros, não é?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Tanto quanto sabemos, este processo terá iniciado em finais de novembro de 2021?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sim, é provável.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Altura essa — se a informação que temos não está errada — em que começaram os grandes desaguizados com a Sr.^a CEO. Confirma isso?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não consigo identificar desaguizados dessa forma tão específica.

Risos do PSD.

Acredito que houve algumas situações a partir de junho, a partir da data de entrada da CEO, quando fui fazendo os meus alertas, fui fazendo as minhas sugestões, fui fazendo as minhas recomendações sobre os temas que já foram aqui falados, nomeadamente nos temas da reorganização da empresa e dos recursos humanos, ou nos temas de *procurement*, que a CEO queria agilizar, mas de uma forma que eu entendia não ser a mais adequada.

Era algo que não poderíamos fazer daquela forma, certamente. Contudo, isso foi algo que foi acontecendo ao longo do tempo. Refiro, mais uma vez, que não estamos a falar de desaguizados, estamos a falar de ter uma discussão franca e transparente, profissionalmente, sobre visões diferentes para alguns temas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Podemos concluir, com total garantia, que mesmo com a proximidade de datas com o *e-mail* que a Sr.^a Engenheira enviou, no dia 29 de dezembro de 2021, não estava a ser preparada — isto é uma questão, não é uma afirmação — uma saída pacífica da Sr.^a Engenheira, caso o Ministério tivesse aceite o seu pedido de demissão, ou a sua sugestão, ao que parece, não foi um pedido, foi uma sugestão, de demissão e a colocação do lugar à disposição?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu enviei aquele *e-mail* exatamente porque me pareceu, ética e institucionalmente, o mais adequado de fazer, tendo em consideração uma alteração acionista. Esse *e-mail* também deixa muito claro o meu compromisso em manter-me na empresa, se fosse essa, naturalmente, a vontade do acionista.

Essas ações de formação, essas palestras, é algo que já faço há muitos anos e que tem uma carga horária muito reduzida. Estamos a falar de situações muito pontuais, agendadas de forma *ad hoc*. Não vejo que haja a mínima possibilidade de haver algum tipo de relação entre uma coisa e outra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, teve algum contato, mesmo que informal, com algum Deputado presente nesta Sala, de qualquer grupo parlamentar, ou com um membro do Governo? Nem que fosse uma mera curiosidade de a Sr.^a Engenheira querer saber como é que decorriam estas comissões de inquérito?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Absolutamente nenhum?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não tive.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Quando veio a público a notícia da indemnização, o Chega apresentou um requerimento para ouvir — entre várias entidades e personalidades — a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis. Estaria disponível para vir cá prestar esses esclarecimentos?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Está a referir-se? Peço desculpa, pediu o quê e quando?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, peço que não seja contabilizado o tempo.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, quando foi tornada pública a sua saída, com a indemnização, o Grupo Parlamentar do Chega fez um requerimento, enviado à Comissão de Economia, a solicitar a presença da Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis, da CEO, do Ministro das Infraestruturas e do Secretário de Estado, para tentarmos perceber os contornos disto.

O que lhe pergunto é se a Sr.^a Engenheira teve conhecimento e, se tivesse tido esse conhecimento, se estaria disponível para prestar esclarecimentos?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não recebi nenhuma notificação para comparecer em nenhuma comissão. Se tivesse recebido, certamente que compareceria, tal como estou a fazer aqui, agora.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — São situações diferentes, Sr.^a Engenheira...

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sim, eu entendo, o enquadramento jurídico é diferente, mas, naturalmente, se tivesse recebido uma notificação, eu viria.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Entende a Sr.^a Engenheira que, de alguma forma, o Partido Socialista a impediu de vir prestar esclarecimentos que, na altura, podiam ter abafado um caso que, mesmo pessoalmente — para a sua integridade pessoal, para a sua honra —, podiam ter estancado por ali, se o processo tivesse sido esclarecido e resolvido, e não tivesse sido arrastado por meses? Portanto, considera que o Partido Socialista a impediu de prestar esclarecimentos?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Nunca tive essa visão, nunca fiz essa leitura. O que sempre zelei para que acontecesse era que prestasse os meus esclarecimentos nos fóruns próprios e, por isso, aqui estou hoje, e estou na data em que me pediram para estar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não foi exatamente isso que lhe perguntei, Sr.^a Engenheira, desculpe. Eu perguntei se, na altura, não obstante o Partido Socialista não ter permitido que a Sr.^a Engenheira tivesse vindo prestar esses esclarecimentos — que, na nossa opinião, seriam bastante positivos para o País, numa primeira análise, e, depois, também para a Sr.^a Engenheira, pois

estamos a falar da honra de uma pessoa que foi largamente exposta, na comunicação social —, se isso fosse posto à sua consideração, se aceitaria, já disse que sim, que aceitaria, mas o que é que acha que levou o Partido Socialista a recusar? Foi para se proteger de alguma coisa, para não querer que a Sr.^a Engenheira falasse do conhecimento que tinha do processo? O que é que terá acontecido?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Deputado, não consigo fazer essa avaliação, foi tema sobre o qual nunca me debrucei.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, isto não é uma questão, isto é uma afirmação: houve incumprimento, por parte da Sr.^a Engenheira, do Estatuto do Gestor Público. Quais foram os governantes que a forçaram a incumprir?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não reconheço que tenha havido um incumprimento do Estatuto do Gestor Público. O que entendo é que foi feita uma formulação jurídica para o meu processo de saída, que a IGF (Inspeção-Geral de Finanças), mais de um ano depois, contesta.

Não consigo fazer nenhum comentário sobre que governante é que me obrigou a fazer o que quer que seja, pela simples razão de que foi feito um acordo de boa-fé, preparado pelos advogados, que naquela altura se pensava cumprir todos os requisitos legais. Por isso, não consigo rever-me nessa afirmação, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não me referia a isso, Sr.^a Engenheira. Refiro-me ao momento em que há uma troca de *e-mails* para autorizar que a Sr.^a Eng.^a Christine Widener pudesse acumular os cargos. Uma vez que foi a Sr.^a Engenheira e o Dr. Ramiro Sequeira que assinaram o contrato, isso é

uma violação do Estatuto do Gestor Público, ponto final.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Ah, está-se a referir a esse título...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isso é uma violação. Só não seria violação se houvesse um despacho a autorizar, despacho esse que não houve. Tanto quanto sei, e não sou jurista, uma troca de *e-mails* a autorizar — e posso-lhe dizer que também não seriam, à data, o Ministro Pedro Nuno Santos ou o Secretário de Estado Hugo Mendes — não são ou não seriam jamais superiores à lei. A lei determina um despacho, não houve despacho. A Sr.^a Engenheira foi levada a incumprir. Portanto, quem foram os governantes que a levaram a incumprir?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Tanto quanto me recordo, essas duas empresas estavam previstas na *term sheet* acordada entre a CEO e a tutela.

O acordo foi preparado pelos advogados e de boa-fé. Acredito que cumpriasse todos os requisitos legais. Por isso, tendo havido uma *term sheet* com todas as condições de compensação, de remuneração e, essas, acordadas com a tutela, os advogados verteram essas condições num acordo. Não foi referido, em momento algum, que houvesse alguma dúvida, alguma questão, sobre as condições que estavam vertidas naquela *term sheet*.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, considera que, não obstante a responsabilidade e o trabalho, a função de um membro da administração da TAP é bem remunerada?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não vou discordar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sendo uma empresa pública está,

naturalmente, abrangida por regras diferentes de uma empresa privada, uma delas, que tem de ser cumprida, é o Estatuto do Gestor Público. Não acha a Sr.^a Engenheira que ganhava suficientemente bem para saber e conhecer de cor e salteado o Estatuto do Gestor Público e não incumprir, independentemente das *term sheets* e do que havia para lá do suporte informático? Não interessa, objetivamente, a Sr.^a Engenheira incumpriu, não há um despacho, há incumprimento.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Deputado, com todo o respeito, que é muito, como sabe, não considero que exista uma relação direta entre o salário auferido por um administrador e o seu conhecimento jurídico sobre um diploma. Não considero, tenho uma visão diferente.

Considero, sim, que é relevante que um gestor de uma empresa pública conheça as suas obrigações, responsabilidades e deveres ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, entre outras — não apenas ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, mas sobretudo.

Mas, também, não se espera que seja um administrador de uma empresa que não tem formação jurídica a fazer redação de contratos e a fazer interpretações sobre a lei. É por isso que existem serviços dentro das empresas e é para isso, também, que existe assessoria externa para suportar os decisores, os diretores, os *managers*, qualquer pessoa dentro da organização naquelas que são as decisões que precisam de ser tomadas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Concorda com a afirmação do CFO que, na semana passada, disse aqui, a respeito da sua indemnização: «Sou responsável porque assino, não sou responsável porque não estou no processo de decisão»?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não tenho de comentar essa

declaração do CFO. Não me recordo dessa afirmação, não consigo aferir o contexto em que foi dita e, por isso, lamento, mas não a consigo comentar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Engenheira, foi uma pergunta óbvia que tinha a ver com o seu pagamento indemnizatório e o CFO, quando foi confrontado se tinha responsabilidade ou não direta nesse pagamento, respondeu: «Sou responsável porque assinei o pagamento, não sou responsável porque não participei no processo de decisão». Acha que é uma resposta cabal? Tem razão?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Tenho dificuldade até em entendê-la, porque ou algum procedimento mudou ou não houve uma assinatura do CFO para o pagamento. Isto porque está informatizado, ou seja, porque há ali uma série de temas. Sinceramente, tentando e querendo responder, não consigo entender essa afirmação no contexto do pagamento.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É o comunicado da CMVM!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Estamos a falar no contrato que foi enviado à CMVM, em que há o acordo de renúncia, em que há o acordo de pagamento. Portanto, o CFO assume-se responsável porque pagou, não se assume responsável porque não participou no processo de decisão e da preparação do contrato.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não vou conseguir comentar as palavras do Sr. CFO, não sei em que contexto é que ele as queria dizer, qual era a sua intenção relativamente a esse tema, presumo que esteja a falar do comunicado da CMVM.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Voltaremos a isto na segunda ronda. Sr.^a Engenheira, mas pergunto-lhe: o motorista que não estava vacinado contra a covid-19 foi despedido?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Porquê?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Porque se vacinou.

Risos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Quem é que lhe disse para se vacinar, senão seria despedido?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Houve uma conversa. Pedi a membros da equipa para ter uma conversa com a pessoa em questão para saber porque é que a pessoa não se queria vacinar, se tinha alguma visão mais fundamentalista sobre a vacinação ou se seria algo simples. Era algo simples, resolveu-se.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Entende que foi apenas e só a questão da vacinação que iria implicar o despedimento deste motorista?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Então, vamos lá: ele nunca seria.... Peço desculpa pela minha resposta, há pouco, tão cândida.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedia só que criássemos condições de silêncio para todos nos conseguirmos ouvir, nomeadamente

para ouvirmos a Sr.^a Engenheira.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — A pessoa em questão nunca seria despedida por não se ter vacinado, porque a vacinação em Portugal não é obrigatória e por isso a TAP nunca iria despedir ninguém por não se ter vacinado. Isso não iria acontecer.

O motorista manteve a sua posição, a sua função naquele lugar porque muito rapidamente entendeu que a vacinação ia ser importante para que ele pudesse continuar a desempenhar aquelas funções.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não terá sido porque este motorista, cujo nome naturalmente não vou revelar, terá comentado com alguém que estava constantemente, ele e outros, ao serviço da CEO para transporte do marido, de irmãos, para restaurantes, para fazer *guided tours* pela cidade de Lisboa e afins?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — O que me foi pedido na altura foi para se avaliar a possibilidade de este motorista sair da empresa. Foi alertado de que não seria possível promover a saída desse motorista.

Em paralelo, também iniciei as minhas diligências internas para sanar rapidamente a situação e quando foi considerada a possibilidade de o mudar de funções isso também não foi necessário porque, nessa altura, o argumento da vacinação já estava exaurido e tal não aconteceu. Foi uma situação que aconteceu naquela altura.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Reconhece alguma relação familiar entre este motorista e algum presidente de algum sindicato da TAP?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu sei dessa relação, mas soube dessa

relação depois de já não estar na empresa, ou seja, não tive conhecimento dessa relação enquanto fui colaboradora ou administradora da empresa.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ao que parece, esta ameaça de despedimento terá sido porque o familiar em questão é presidente de um dos maiores sindicatos da TAP. Teria sido como represália para com as constantes reivindicações — justas —, por parte deste sindicato. Confirma?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não tenho essa informação. Nunca ninguém falou comigo sobre esse assunto enquanto estive na empresa e eu não tinha conhecimento, sequer, da situação familiar enquanto estive na empresa.

O que aconteceu foi aquela questão que comentei. Em dezembro de 202, aconteceu de facto isto, mas o Sr. Presidente do Conselho de Administração impôs muito rapidamente uma regra relativa à utilização das viaturas e dos motoristas para situações pessoais. A generalidade dos administradores não o fazia, por isso não era um tema. Ficou resolvido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faltam mesmo muito poucos segundos para terminar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, tenho duas questões muito rápidas para concluir.

O Sr. **Presidente** (CH): — Tem de ser uma, Sr. Deputado.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Foi o Sr. Presidente do Conselho de Administração confrontado com esta questão?

A expressão bufo tem sido muito muito utilizada ao longo destes dias

na gíria. Podemos dizer que neste caso o bufo seria, com todo o respeito, a Sra. Engenheira ou o motorista, que levaram essa informação ao Dr. Manuel Beja e que, por sua vez, começa aqui um dos grandes problemas entre a Alexandra Reis e a CEO?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Eu não tive a iniciativa de fazer comentários, sobre a utilização das viaturas ao Sr. Presidente do Conselho de Administração porque eu desconhecia essa situação. Por isso, nunca fiz nenhum comentário.

Apercebi-me de que poderia haver algo para além da vacinação, tendo em consideração alguma insistência, mas o tema ficou logo sanado porque muito rapidamente se encontrou uma solução.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Terminámos agora a primeira ronda e iremos para a segunda, mas eu sugeria que, entretanto, fizéssemos um intervalo retemperador, especialmente para a Sr.^a Engenheira, pelo que voltávamos aos nossos trabalhos às 21 horas.

Eram 20 horas e 33 minutos.

Srs. Deputados, já temos quórum, vamos então retomar os nossos trabalhos, agradecendo mais uma vez a presença de todos e da Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis.

Eram 21 horas e 7 minutos.

Vamos começar com o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, que dispõe de 5 minutos para fazer uma intervenção. A Sr.^a Engenheira usará 5

minutos a seguir para responder a cada um dos grupos parlamentares, neste caso, à Iniciativa Liberal, seguindo-se o PCP, o Bloco de Esquerda, o PS, o PSD e o Chega.

Há uma mudança em relação àquilo que inicialmente estava estabelecido, que foi consensualizada entre os grupos parlamentares, no sentido de não ser dada uma resposta global a todos os grupos parlamentares num total de 30 minutos. Optou-se por dar 5 minutos nesta segunda ronda a cada um dos grupos parlamentares para fazer perguntas e 5 minutos à Sr.^a Engenheira para responder.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, face a este modelo, Sr.^a Engenheira, o que lhe peço é que tente anotar as perguntas, porque são algumas, mas, depois, aquelas a que não responder irei repetir no fim, se necessário.

A Sr.^a Alexandra Reis, na ronda anterior, disse que a pressa da CEO era porque havia eleições e o Governo podia mudar. Eu queria confirmar se ouvi isto bem e se me está a dizer que a CEO tinha medo de que o PS não vencesse as eleições e que um eventual novo Governo não permitisse que a CEO a mandasse embora.

Em segundo lugar, se fosse uma demissão por conveniência, a sua saída teria de ir à Assembleia Geral. A Assembleia Geral iria demorar umas semanas e isso iria acontecer já depois das eleições, com um Governo que poderia não ser do Partido Socialista. Pergunto-lhe se era por isso que a CEO queria então despachar o processo. Foi isto que entendi das suas palavras, mas peço-lhe também que tente dar algumas explicações.

Depois, face a isto tudo, pergunto-lhe se sabia de alguma coisa, em relação à Sr.^a CEO ou em relação à gestão política da TAP, que tivesse levado a Sr.^a CEO a querer que saísse.

Em relação à, na altura, Diretora Jurídica da TAP, que era mulher do atual Ministro das Finanças, a Sr.^a Alexandra Reis já disse que tinha uma boa relação profissional. Há pouco, quando lhe perguntaram sobre quem poderia ter recomendado o seu nome a Fernando Medina disse que não estranhava que o nome tivesse surgido porque se dava com muitas pessoas do Ministério das Finanças, mas não mencionou que tinha uma boa relação com a mulher de Fernando Medina e eu queria perguntar-lhe: primeiro, porque é que não o mencionou; segundo, se alguma vez se encontrou com a mesma fora do ambiente profissional da TAP; e, terceiro, se falou com ela, alguma vez, durante 2022, ano em que desempenhou o cargo de diretora jurídica — e por isso me parece relevante.

Mas queria perguntar-lhe, ainda, se também tem uma boa relação com o Secretário de Estado das Finanças, João Nuno Mendes. Esteve com ele no grupo de trabalho da entrada do Estado na TAP; esteve com ele na relação entre a NAV e a Secretaria de Estado do Tesouro, que o mesmo ocupava e, depois, esteve com ele no próprio Ministério das Finanças.

Pergunto-lhe se o atual Secretário de Estado das Finanças era uma dessas pessoas que poderiam ter recomendado o seu nome e tem de responder.

Gostaria também de lhe perguntar se falou com ele quando recebeu algum dos convites.

Por fim, tendo em conta que mencionou essas pessoas das Finanças, gostaria de saber quem eram, então, as pessoas do Ministério das Finanças com quem tinha boa relação e que poderiam ter recomendado o seu nome ao Ministro das Finanças — isto baseando-me nas suas palavras, visto que disse que várias delas, com quem se dava bem, o poderiam ter feito.

Ontem, a CEO disse-nos aqui que sentia muita pressão política na gestão da TAP e soubemos de vários casos, como o da mudança do voo do Sr. Presidente, de alterações a apresentações comerciais, de alterações a

comunicados oficiais. Pergunto-lhe se teve algum caso de interferências do Governo nas pastas que tinha.

Por fim, relativamente à sua declaração ao Tribunal Constitucional, tinha sido noticiado que não tinha declarado, como a lei exige, a indemnização dos 500 000 €. Pelo que vi, e também pela sua resposta, efetivamente, face àquilo que foi o resultado líquido, já sem todos os descontos, parece-me que o montante está lá... Mas, primeiro, é de confirmar isso: se o montante estava lá, ou não. Em segundo lugar, mesmo que o montante estivesse lá, faltava depois corrigir a fonte da sua proveniência e eu gostaria de saber se tal já foi corrigido, ou seja, se já procedeu a essa correção.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Bernardo Blanco.

Sr.^a Engenheira, tem — 5 minutos, indicativamente — o tempo que entender para dar resposta a este conjunto de questões do Sr. Deputado Bernardo Blanco.

Se houver depois alguma questão que, eventualmente, não tenha ficado respondida, procuraremos que o seja, pedindo ajuda ao Sr. Deputado Bernardo Blanco.

Faça favor, Sr.^a Engenheira.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Relativamente à sua primeira questão, Sr. Deputado, sobre o tema das eleições, o que referi, de facto, é que era uma convicção pessoal minha — foi uma assunção minha, foi algo que admiti —, mas que não tenho nenhuma evidência sobre esse tema. Nada me foi falado sobre esse assunto, nada me foi sugerido sobre esse assunto e, por isso, tratou-se apenas de uma leitura minha que poderá não estar correta, pode não corresponder à verdade. Disse,

com transparência, que seria uma leitura minha.

Relativamente ao tema da demissão por conveniência e de como seria necessária uma Assembleia Geral de Acionistas para que ela se pudesse realizar, e que seria por isso que se queria — penso que usou a palavra «despachar» — despachar o tema, não tenho nenhuma evidência disso. Na verdade, a formulação jurídica que foi colocada foi sempre a de uma renúncia precedida por acordo e os advogados da TAP entenderam que essa seria a melhor forma de agilizar aquele tema. Por isso não consigo, de forma alguma, ter essa «inferição», ou seja, não consigo inferir que houvesse alguma razão para pensar numa formulação jurídica diferente daquela, nomeadamente nesta que referiu.

Depois, sobre a gestão política da TAP e se havia algum interesse em que eu saísse — pelo menos foi essa a forma como entendi a questão —, a minha resposta é «não». Nunca tive nenhuma indicação, ou entendi por algum momento, de que haveria uma intenção da tutela setorial em fazer-me sair da empresa. Nunca tive razões para acreditar que assim foi.

Relativamente à diretora do gabinete jurídico da TAP, que é esposa do Sr. Ministro das Finanças, não a mencionei, quando referi a lista de pessoas que me poderiam ter indicado, porque, de facto, não pensei no assunto, não o entendi dessa forma. Tinha uma relação profissional com ela muito boa, estritamente profissional, e não tínhamos por hábito falar sobre temas do foro da vida privada dela, do foro da minha vida privada ou de algo que estivesse minimamente relacionado com a situação profissional do marido da Dr.^a Stéphanie Sá Silva.

Não o mencionei por isso, porque não fiz essa associação; nunca, em momento algum.

Se me encontrei com a Dr.^a Stéphanie Sá Silva fora do ambiente profissional? Recordo-me de dois almoços com a Dr.^a Stéphanie Sá Silva, sendo que num deles... nos dois, aliás, tínhamos saído juntas de uma reunião,

fora da empresa, com outras pessoas, e acabámos por, a caminho da empresa, parar para almoçar. Não foi um almoço a dois, sequer, foi um almoço com mais pessoas, porque estávamos a sair de uma reunião, de regresso à empresa.

Perguntou-me também se no ano 2022 falei com a Dr.^a Stéphanie Sá Silva. Recordo-me de, pelo menos, duas situações em que isso aconteceu, numa delas em que tomámos o pequeno-almoço e noutra em que almoçámos. E almoçámos, ou tomámos o pequeno-almoço, da mesma forma que o faço em ambiente profissional, com antigos colegas, com pessoas com quem já me cruzei. Diria que é uma lógica de *networking*, e aconteceu com naturalidade. Aconteceu duas vezes em 2022, e são estas as situações de que me recordo.

Fora da empresa, fora de reuniões de trabalho, recordo apenas estas quatro situações em que estive com a Dr.^a Stéphanie.

Perguntou-me também sobre a minha relação com o Dr. João Nuno Mendes. Eu tive uma ou duas reuniões, no máximo, durante o grupo de trabalho do plano de reestruturação, com o Dr. João Nuno Mendes — reuniões sempre muito participadas, com muitas pessoas, por temas específicos. Não consigo precisar se foi uma reunião ou se foram duas, mas não terá sido mais do que isso, penso eu. Sempre tivemos uma relação cordial, profissional.

Quando assumi a presidência do Conselho de Administração da NAV, solicitei-lhe uma audiência e tive essa audiência com o Sr. Secretário de Estado das Finanças. Falámos da empresa e das preocupações que a Secretaria de Estado do Tesouro teria para a empresa. Isso foi quando iniciei funções, e o objetivo daquela reunião, daquele meu pedido, foi ouvir o acionista na tutela financeira e perceber quais seriam os objetivos para a empresa. Até porque, pouco tempo depois, foi entregue à UTAM, pelo Conselho de Administração da NAV, a nossa proposta de contratos de gestão

para o exercício de funções na NAV.

São estes os momentos em que me recordo de ter falado com ele, antes da Secretaria de Estado do Tesouro.

Quando assumi funções como Secretária de Estado do Tesouro falava com ele com alguma regularidade, sobre temas normais do dia a dia, as conversas normais de colegas de trabalho, sempre de uma forma cordial e tranquila.

Colocou também uma questão sobre quais assessores poderiam ter dado o meu nome, ou quem do gabinete... Pessoas do gabinete do Sr. Ministro das Finanças, algumas que colaboraram, muito de perto, comigo na execução, elaboração e discussão do plano de reestruturação, o chefe de gabinete... Ou seja, havia ali um conjunto de pessoas que me conhecia.

Colocou também uma questão sobre se havia, durante o meu mandato na NAV, muita pressão política das tutelas na TAP, situações de interferência. Como referi, nunca senti que houvesse algum tipo de interferência na gestão do dia a dia da empresa, nas decisões de negócio que a empresa tomava com a tramitação normal.

Relativamente à minha declaração ao Tribunal Constitucional, confirmo que a declaração inclui todos os montantes recebidos da indemnização, que estão lá declarados. E confirmo também — porventura, não terá ficado claro, explícito — que os montantes líquidos que estavam lá indicados incluíam a indemnização, incluíam os montantes líquidos recebidos da indemnização. Assim que essa situação foi detetada, num espaço de 3 a 4 dias, não me recordo efetivamente de quantos, foi entregue no Tribunal Constitucional uma declaração com essa anotação.

Penso que respondi à totalidade das questões.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Sr. Deputado Bernardo Blanco, pediu a palavra, faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer por ter respondido a praticamente tudo, só fiquei com uma dúvida numa das perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Perguntei quem eram, além do Secretário de Estado das Finanças, estas pessoas do Ministério com quem disse ter uma boa relação e que poderiam recomendar o seu nome, e a única coisa que a Sr.^a Alexandra Reis disse foi: «o chefe de gabinete e mais algumas». Pergunto quem eram estas pessoas.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado colocou a questão e se a Sr.^a Engenheira puder, no fundo, identificar de uma forma mais precisa, agradecia.

Faça favor... Se tiver possibilidade de o fazer.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não tenho memória de todas as pessoas com quem me cruzei no Ministério das Finanças.

Referi o chefe de gabinete e alguns assessores juristas da equipa do Sr. Ministro das Finanças, que se mantiveram ainda da equipa do Sr. Ministro, e alguns assessores que trabalhavam lá.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Vai agora usar da palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Engenheira Alexandra Reis.

É muito frequente começar-se, às vezes, por dizer «não irei gastar o tempo todo». Eu estava quase para dizer isso — não sei se o vou fazer — porque tenho poucas questões, e elas são sobre a NAV e a sua entrada na NAV Portugal.

Por um lado, queria pedir-lhe que retomasse a explicação que deu há pouco, que retomasse o relato que fez e que detalhasse um pouco mais, se puder, os contactos que foram feitos, quer naquela «conversa exploratória» — penso que foi essa a expressão que utilizou — quer, depois, mais à frente, no convite em concreto para assumir o cargo, para assumir as funções na administração da NAV Portugal. Quais os momentos em que isso aconteceu e as pessoas que participaram, digamos assim, nesses contactos.

Depois, em segundo lugar, sobre a questão da remuneração, nesse caso, relativamente às funções que desempenhou na NAV Portugal, passou a receber um ordenado menor do que na TAP, obviamente, mas que é o máximo permitido no setor empresarial do Estado e que é igual ao do Primeiro-Ministro, nos termos da lei. Queria perguntar-lhe se assinou um contrato de gestão na NAV, isto a propósito, digamos, de idêntica referência e discussão relativamente à TAP, há pouco, nesta audição.

E, finalmente, uma questão que tem a ver com a própria gestão da NAV Portugal. Isto é, quando a Sr.^a Engenheira chegou à empresa, esta estava sem presidente do CA há bastante tempo. Não era a primeira vez e acho que nem era a segunda. O mesmo já tinha acontecido noutras ocasiões, quer a inexistência de presidente do CA, quer inclusivamente a questão de não funcionar com os três elementos que a lei prevê na administração. Portanto, desde que a Sr.^a Engenheira saiu naquela altura para assumir as funções de Secretária de Estado, a NAV lá ficou e lá ficou até hoje, ao que julgo saber, sem ter um presidente do Conselho de Administração, e isto

numa administração com apenas três elementos.

A pergunta também tem a ver com a forma como se gerem empresas de carácter estratégico, não apenas na TAP — e esta Comissão de Inquérito é sobre a TAP —, mas a propósito da forma como os Governos têm vindo a gerir empresas estratégicas do setor aéreo. Queria perguntar-lhe: na sua visão, na sua leitura e da sua experiência concreta, que efeitos é que tem sobre a NAV esta total falta de respeito para com uma empresa pública estratégica com os seus trabalhadores, com os cidadãos e com as empresas, para quem este serviço tem tanta importância?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira, tem a palavra, se faz favor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não precisei do tempo todo!

A Sr. Eng.^a **Alexandra Reis**: — Relativamente à primeira questão e à forma como eu ingressei na NAV, no dia 22 de março, recebi um telefonema do Sr. Secretário de Estado Adjunto das Comunicações, o Dr. Hugo Santos Mendes. Ele teve uma conversa comigo, na qual me deu nota de que o futuro Ministro das Infraestruturas e da Habitação e o futuro Secretário de Estado das Infraestruturas iriam necessitar de uma liderança para a empresa. Tentou averiguar sobre o meu conhecimento da empresa e sobre os desafios que a empresa enfrenta. Como disse, entendi aquela conversa como meramente exploratória para perceber se aquele tipo de projeto me poderia motivar ou não, não me tendo sido feito nenhum convite para assumir aquela posição.

Dias depois da tomada de posse do Governo, houve novo contacto no qual, então sim, me foi dito que, no seguimento da conversa que tivemos há uns dias, gostavam de me convidar formalmente para assumir a posição de presidente do Conselho de Administração da NAV. Decidi aceitar.

Ele deu-me nota nessa conversa também de que, dias depois, a sua

Chefe de Gabinete me iria contactar para que se desse início ao processo da CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública), porque qualquer início de funções era um convite, mas sempre sujeito ao escrutínio da CReSAP.

Fui depois informada de quais seriam as etapas para passar na CReSAP, que correspondiam a entregar um currículo atualizado num determinado formato e a preencher um longo questionário sobre a minha experiência profissional e de que forma é que essa experiência profissional e formação académica poderia contribuir e acrescentar valor para o desempenho de funções na NAV.

Compreendia também uma entrevista. Não tenho precisa a data em que essa entrevista aconteceu, mas acredito que possa ter sido durante o mês de abril, talvez maio. Não tenho presente a data neste momento. Foi uma entrevista com duas pessoas da CReSAP e teve uma duração de cerca de uma hora, talvez, à volta disso. Respondi a uma série de questões que me foram colocadas. Mais tarde fui informada de que a CReSAP tinha dado parecer positivo à minha nomeação como presidente do Conselho de Administração da NAV.

No início de junho, não lhe consigo também precisar a data, telefonei à chefe de gabinete do Sr. Secretário de Estado para entender qual seria a data expectável para o início de funções. Fui mais tarde informada de que se iria apontar para o dia 1 de julho. O que aconteceu? No dia 1 de julho, iniciei as minhas funções na NAV.

Relativamente à remuneração na NAV, não foi discutida. É a remuneração equivalente à que está prevista para uma empresa do tipo A do setor empresarial do Estado. Eu penso que eram 8035 €, 8000 e qualquer coisa. Sei que era ali colado aos 8000 € por mês. Compreendia uma parte de salário, uma parte de despesas de representação, umas pagas 14 vezes por ano, outras pagas 12 vezes por ano.

Relativamente ao contrato de gestão, não foi celebrado nenhum contrato de gestão da NAV por uma razão: ingressei na empresa no dia 1 de julho e o CFO foi nomeado para entrar na empresa no início de agosto, 1 de agosto. Eu, como presidente do Conselho de Administração, promovi junto dos meus colegas, dos administradores do Conselho de Administração, logo uma conversa no início, quando o CFO entrou na empresa, para que, no prazo de três meses, os três administradores pudessem submeter à UTAM (Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial) uma proposta de contrato de gestão. Para esse efeito, tive também aquela conversa, aquela audiência que tinha solicitado com o Sr. Secretário do Estado do Tesouro, que era também importante, para aferir quais seriam os objetivos. Isto porque há objetivos operacionais de serviço ao cliente, de segurança, no caso da NAV, que são objetivos críticos, e também naturalmente objetivos financeiros. Com base nisso, no prazo de três meses após a entrada do *chief financial officer*, foram submetidas à UTAM as nossas três propostas de contrato de gestão para cada um dos elementos do Conselho de Administração.

Até à data da minha saída da NAV, não tinha sido obtida resposta por parte da UTAM. Sabia que havia um prazo legal de três meses para submeter esse pedido ou para ter o contrato de gestão, mas, na verdade, num Conselho de Administração com três pessoas, era muito importante que os objetivos individuais de cada administrador fossem definidos de forma articulada. Por isso, a entrada do CFO na empresa era crítica para que em equipa, em reunião do Conselho de Administração, esses objetivos pudessem ser definidos, pelo que, num prazo de três meses, foi entregue a nossa proposta à UTAM, não tendo sido obtida resposta.

Relativamente à sua última questão, sobre o facto de a NAV não ter, durante alguns períodos, o presidente do Conselho de Administração, eu acredito que isso se deve também à especificidade da função, pois é um setor

muito específico. É um cargo com muita responsabilidade, por um lado, num setor muito específico em que é importante ter um bom conhecimento da indústria, da forma como uma companhia aérea funciona, da forma como um aeroporto funciona, que entenda o funcionamento, até mesmo o enquadramento regulatório que toda a indústria tem, todo o ecossistema. Acredito que não seja muito fácil encontrar recursos com este conhecimento tão abrangente.

Sobre o facto de a empresa estar alguns períodos sem presidente do Conselho de Administração, acho que isso aplica-se a qualquer empresa. É sempre desejável que os órgãos sociais da empresa estejam completos, porque isso possibilita maior diversidade e melhores práticas de gestão, certamente, mas não tenho como comentar ou como lhe responder sobre os períodos específicos em que isto terá acontecido. Espero ter respondido.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Engenheira, queria só retocar em alguns temas que já foram debatidos.

Em primeiro lugar, relativamente à conversa que teve com Fernando Medina como Ministro das Finanças, indo para o lugar de Secretária de Estado do Tesouro, a Sr.^a Engenheira disse que o Ministério das Finanças tutela mais de 100 entidades, e, portanto, obviamente, não poderiam falar de todas, mas a Sr.^a Engenheira só foi administradora de uma e, portanto, não é de estranhar que essa uma pudesse ter sido objeto de uma conversa, e por duas razões: primeiro, é estranho que o Ministro das Finanças não lhe tenha dito que havia uma privatização, porque, das 100 ou mais de 100, só uma ia ser privatizada e era a TAP. Assim, pergunto-lhe se esse processo de

privatização não foi, de facto, mencionado de forma alguma porque estava em curso e era responsabilidade do Ministério das Finanças.

Em segundo lugar, não achou que era importante — e aqui teria de ser iniciativa sua — mencionar ao Ministro das Finanças a forma como foi demitida? Quer queiramos, quer não, iria tutelar essa empresa e, portanto, tinha de manter uma boa relação com o CFO da empresa. Não é uma informação pouco relevante para dar ao Ministro que está a chamá-la para ser Secretária de Estado do Tesouro, penso que até faria parte dessa capacidade de falar do passado e de mostrar todos os factos importantes do passado.

Em segundo lugar, sobre a indemnização, tenho alguma dificuldade em compreender aquilo que nos diz aqui, porque o que nos disse é que estaria disposta a renunciar abdicando de indemnização se esse pedido fosse feito pela tutela, pelo ministério setorial ou pelo Ministério das Finanças. Mas, como esse pedido é feito pela CEO, então há lugar a um pedido de indemnização de 1,3 milhões de euros. Não percebo qual é a diferença, uma vez que a CEO lhe disse que tinha o acordo da tutela e, portanto, porque é que, num lugar, estaria disposta a rescindir da indemnização e na outra situação, para rescindir, pede 1,3 milhões.

Tenho alguma dificuldade em perceber também o raciocínio do cálculo, porque muitas vezes, na troca de mensagens, é dado o exemplo do antigo administrador, Antonoaldo Neves, que sai da administração e que recebe uma indemnização. Tanto quanto sei, essa indemnização é calculada, e era na altura em que a TAP era privada, pelo valor até ao final do mandato e, como estava até no final do mandato, esse valor foi relativamente reduzido.

No caso da Sr.^a Engenheira, o pedido foi feito pelo valor, até ao final do mandato, de mais 25 %, o que é inédito na forma como são calculadas as indemnizações. Poderia funcionar nos contratos e nas rescisões por mútuo

acordo nos contratos de trabalho, e isso está lá na parte do contrato de trabalho, mas não percebo a lógica de aplicar o mesmo critério à administração, o que queria dizer que seriam todos os salários até ao final do mandato acrescidos de 25 %. Neste caso, pergunto-lhe se o que pesou quando decidiu fazer o pedido de indemnização foi o interesse da TAP ou foi a sua indisponibilidade para sair e a sua falta de vontade ou até irritação com aquilo que se passou e com a decisão da CEO.

Gostaria de lhe perguntar também se, quando integrou a NAV — tendo em conta que teve uma nova oportunidade de ler o Estatuto do Gestor Público, porque a NAV é uma instituição pública, até com umas características diferentes da TAP —, não se apercebeu de que havia esta obrigatoriedade de devolver a parte que não é compensada pelo salário na NAV e se isso não voltou a ser um tema. A sociedade de advogados com que fez o acordo na NAV era a mesma com que a TAP fez o acordo. Tanto quanto sei, foi a Sr.^a Engenheira, até, que fez o contrato na TAP com a Sociedade Rebelo de Sousa na altura, antes da sua demissão. Pergunto-lhe se era o mesmo advogado, presumo que não, mas só para ficar claro, da SRS (Sociedade Rebelo de Sousa) e se, mais uma vez, essa questão do Estatuto do Gestor Público não veio a lume.

Finalmente, no âmbito da sua ida para a NAV, pergunto-lhe se levou consigo alguém ou se integrou lá trabalhadores, diretores, enfim, que tenham sido externos à NAV como sua equipa, como pessoas que levou para a NAV quando foi cumprir as suas funções. E em que modo essa integração foi feita?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr.^a Deputada, relativamente à minha conversa com o Sr. Ministro das Finanças, eu, na verdade, fui administradora de duas empresas, fui administradora da TAP e fui administradora da NAV. Quando tive naquela altura a conversa com o Sr. Ministro das Finanças, não falámos especificamente nem de uma nem de outra. Não falámos sobre o

processo de privatização da TAP, não tenho memória de termos falado sobre isso naquela conversa. De qualquer forma, quando entrei no Ministério, estava claro que os processos de privatização, e havia vários em curso, nomeadamente um de uma empresa do norte do País, seriam sempre da competência do Secretário de Estado das Finanças, nunca seria uma responsabilidade do Secretário de Estado do Tesouro.

Respondendo à segunda questão, se na conversa com o Sr. Ministro das Finanças mencionei a minha forma de saída da TAP, confirmo, como já aqui referi, que não falei sobre o meu processo de saída da TAP nem sobre a indemnização. Esse tema não foi abordado.

Relativamente à terceira questão, sobre a minha disponibilidade para abdicar de uma compensação, de uma indemnização, no seguimento do *e-mail* de 29 de dezembro, caso isso me tivesse sido sugerido, pedido pelo Sr. Ministro das Infraestruturas, ou pelo Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, confirmo que, se fosse esse o caso, naturalmente que o faria. Dei nota exatamente disso na comunicação que lhes dirigi.

A situação que me foi apresentada a 25 de janeiro foi uma situação diferente. Fui informada de que a CEO pretendia reorganizar os pelouros da Comissão Executiva e que não contava comigo na empresa nem sequer como trabalhadora. Por isso, tratou-se claramente de uma situação distinta. Não foi sequer invocado nunca nenhum tema relacionado com a motivação que eu tive para enviar aquela comunicação a 29 de dezembro.

Quanto à quarta questão, relativamente ao raciocínio do cálculo da indemnização, como referi, aqueles 1,4 milhões de euros foram calculados daquela forma, aplicando a mesma regra de cálculo para o contrato de trabalho e também para o mandato. Foi um valor que foi submetido à TAP para discussão, no dia 27 de janeiro. No dia 29, tive informação de que o valor se poderia situar na casa dos 500 000 €, proposta essa que decidi aceitar.

Sobre a minha transição para a NAV, quando ingressei, pedi apoio jurídico para dois temas relacionados com o Estatuto do Gestor Público, nomeadamente as minhas declarações ao Tribunal Constitucional e o contrato de gestão à redação da minuta do contrato de gestão que referi há pouco nas respostas anteriores.

O advogado com o qual me cruzei na NAV era o mesmo que, tanto quanto sei, tratou da discussão da minha saída da TAP, era o mesmo advogado, repito, e confirmo que nada me foi dito, alertado, sugerido ou mencionado sobre alguma necessidade de devolver ou de reduzir o valor da indemnização em qualquer montante.

Sobre a NAV e se levei alguém da TAP, digo que, quando cheguei à NAV, foi identificada, tendo em conta os projetos futuros da empresa, a necessidade de quatro funções adicionais. Dessas quatro funções adicionais, enquanto fui Presidente do Conselho de Administração, duas delas foram preenchidas, uma delas porque o diretor jurídico da empresa se tinha reformado e a solução para o lugar desse diretor jurídico foi uma solução interna, o que deixou um lugar aberto. Esse lugar aberto era para uma função de compras. E, nessa altura, foi feito um processo de *executive search*, no qual foram entrevistados vários candidatos, um dos quais era colaborador da TAP. Essa pessoa foi selecionada por várias razões: destacou-se dos restantes candidatos também pela sua experiência em compras, e a NAV compra, sobretudo, muita tecnologia.

A NAV tem duas atividades relevante: uma é o controlo do tráfego aéreo e a outra atividade também muito relevante é assegurar as comunicações com os aviões, por isso, estamos a falar de telecomunicações, estamos a falar de tecnologia.

Esta pessoa tinha essas competências. Adicionalmente, conhecia muito bem a indústria e o setor e, para além disso, é piloto amador. Sabe o que é um ILS (*instrument landing system*), sabe o que é uma rádio ajuda, ou

seja, destacou-se de forma muito clara de todos os outros candidatos. E por isso foi admitido na empresa exatamente com as condições que qualquer colaborador na NAV teria naquelas funções.

Foi também definida uma nova função para fazer a gestão de alguns projetos transversais na empresa. A empresa tem uma cultura muito própria, como todas as empresas. Havia ali algumas áreas que trabalhavam um pouco em silo e alguns projetos pluridisciplinares que exigiam maior colaboração entre as equipas que tinham algumas dificuldades de articulação. E havia alguns projetos de eficiência e redução de custos que tinham de ser levados a cabo. Foi selecionada uma empresa de *executive search* e para essa função foi identificada uma pessoa que se destacou pelos largos anos de experiência em consultoria e também no setor da aviação. Também foi selecionada uma pessoa da TAP, exatamente nas mesmas condições que qualquer outro colaborador, qualquer outra pessoa seria, e sempre através de um processo de *executive search*.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Passamos agora ao Grupo Parlamentar do PS, tendo a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento novamente a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis.

Começo por um ponto histórico da presença da Sr.^a Engenheira na TAP. Segundo os dados que temos, em setembro, é contratada para a TAP; depois, esse contrato de trabalho é suspenso com a sua designação para vogal do Conselho de Administração; foi cooptada para administradora em 2018; depois, acaba por integrar a Comissão Executiva em 2020; e, a seguir, é reeleita para o mandato 2021-2024, em junho. Este é o historial cronológico que temos.

Há uma questão que resulta da sua intervenção e que não consegui compreender muito bem: como é que alguém com esta ligação à TAP, só pode ter acontecido algo relativamente grave e que coloca em causa não só o facto de deixar de ser administradora, mas também de ter saído dos quadros da empresa da qual pertencia. Acho que é importante percebermos, afinal, o que esteve em causa. É que alguém que é funcionário da TAP e depois passa a integrar o Conselho de Administração.... Será por ter representado os privados? Será por aquela questão dos transportes, que já aqui falou, dos carros? Acha que é um pouco isto tudo? É a questão da própria empresa do marido da CEO?

Já agora, sobre essa matéria, sobre a Zamna Technologies, deixo uma pergunta muito simples: a Sr.^a Engenheira respondeu, penso que à iniciativa Liberal, dizendo que a decisão de não contratação foi sua. Qual foi o motivo da não contratação e do não prosseguimento deste processo? Foi uma questão técnica ou foi por uma questão de idoneidade e de ética pelo facto da empresa ser detida ou ter relações com alguém que era CEO da TAP? Ou era uma questão técnica de a própria empresa não ter essa capacidade? É que são coisas completamente diferentes.

Depois, sobre a questão da opinião das eleições, também acaba por não fazer muito sentido, se me permitem, porque a sua saída já se dá depois do cenário eleitoral e de o Partido Socialista ter ganho com maioria absoluta. O avançado do processo dá-se em janeiro, a meio da campanha eleitoral, e a sua saída efetiva dá-se em fevereiro, depois das eleições. Por isso, o que é que as eleições em si teriam a ver com este processo? Saiu no dia 4 de fevereiro, mas o Partido Socialista tinha elegido, na altura, 119 Deputados. É verdade que ficou por eleger 1 Deputado, porque as eleições no círculo da Europa foram repetidas. Na altura, já seria certo que ia formar Governo. Não vejo uma razão que justifique isso no dia 4 de fevereiro, porque no dia 4 de fevereiro, se tivesse havido outro qualquer resultado eleitoral, ele já seria

conhecido.

Sobre o plano de reestruturação, qual é a sua opinião sobre ele? Continua a ser muito debatido, sei que a Sr.^a Engenheira teve uma importância no plano de reestruturação e na sua execução na TAP. Qual é a sua opinião sobre o plano de reestruturação? Houve dificuldade ou não na sua aprovação? Como foi todo o cenário da negociação do plano de reestruturação? Houve dificuldades na sua implementação? Da parte da CEO da TAP, e esta questão já foi colocada, podiam existir metas demasiado ambiciosas, face ao entendimento da Eng.^a Alexandra Reis?

Outra pergunta que gostaria de fazer tem a ver com os resultados que a TAP apresentou em 2022: um resultado líquido de 105,6 milhões de euros. O que lhe parece esse resultado? Claramente acima daquilo que estava previsto no plano de reestruturação? Parece-lhe normal, pelos dados que tinha? Conhece a TAP certamente melhor do que qualquer um dos Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas aqui presentes, porque foi administradora da empresa um conjunto significativo de anos, além de ter sido quadro da empresa.

Sobre a NAV, pergunto: quando sai de lá, para onde é que envia essa carta de saída? É enviada para o Governo? É enviada para o Ministério das Finanças? Para o Ministério das Infraestruturas? Também é enviada para a própria NAV? Para onde é enviada essa comunicação?

O Deputado do PSD Paulo Moniz fez sinal à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, fui chamado à atenção para o tempo, que está esgotado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Colaboração com a Mesa!

O Sr. **Presidente**: — Agradeço muito esta chamada de atenção.
Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, vou terminar. O Partido Social Democrata está muito ativo a cronometrar o tempo, capacidade essa que agradeço. Espero que sejam sempre eficazes com o vosso tempo também.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, termine, se faz favor.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Faço uma última pergunta.

Já foi aqui dito que a sociedade de advogados em relação à NAV era a mesma, porque já vinha de um processo de contratação anterior. Confiava nessa sociedade de advogados para fazer o processo?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira, tem a palavra, para responder.

Muito obrigado ao Grupo Parlamentar do PSD pela ajuda na condução dos trabalhos.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sempre às ordens! Sempre às ordens!

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Relativamente à primeira questão, e segundo me recordei, recapitulou o facto de eu ter entrado na TAP em setembro de 2017. Penso que terá referido alguma data em 2018, mas em 2018 não consegui apanhar, efetivamente, o que é que terá dito, porque em 2018 não houve nenhuma alteração das minhas funções na empresa.

Eu fui convidada para assumir uma posição na Comissão Executiva em outubro de 2020, tendo ficado nessa altura com o contrato de trabalho

suspenso. Certo? E, por isso, saí em fevereiro de 2022, após as várias etapas de que já falei aqui sobre o meu processo de saída.

Relativamente à iniciativa de terminar o contato de trabalho, foi-me deixado muito claro, como já aqui referi, no dia 25 de janeiro, pela CEO da TAP, que objetivo seria terminar todos os meus vínculos com a empresa, tanto o contrato de trabalho como o mandato.

Colocou-me uma questão sobre as razões, o que é que terá originado essa motivação.

Como também já partilhei aqui hoje, de facto eu ainda hoje não consigo ter uma perceção muito efetiva sobre as razões. Na altura, foi-me apontada uma reorganização dos pelouros da empresa. Considerei, até, na altura alguma daquela reorganização um pouco atípica, mas naturalmente que essa é uma competência da CEO; a CEO se decide redistribuir os pelouros está dentro do seu âmbito de competências.

Confesso que considerei um pouco atípica, porque, se eu fosse CEO, eu nunca abdicaria da área de estratégia, por exemplo, e da área de transformação. São áreas muito críticas, muito *core*, e num processo de reestruturação tão grande que a empresa enfrentava, eu diria — mas isto sou eu, é uma opinião minha, acredito que seja uma prática que muitas empresas seguem — que o CEO acaba por assumir uma responsabilidade, assumir aquelas duas áreas, porque são áreas com uma responsabilidade muito grande. Mas como disse, foi uma decisão da CEO, o tema dos recursos humanos também era um tema que eu sempre senti que lhe era muito próximo e ela decidiu fazê-lo.

Na altura, foi essa a informação que me foi passada. Mas, passado todo este tempo, também já li no relatório da IGF que seriam «divergências irreconciliáveis», ontem ouvi que seria um tema de «perfil». Não consigo entender as questões relacionadas com o perfil, não consegui entender esse racional.

Eu também o poderia dizer — mas não vou dizer —, eu também poderia dizer que a CEO poderia não ter o perfil, mas não o vou dizer, não o vou dizer de forma alguma.

Risos.

Por isso, eu não consigo identificar razões específicas. Já ouvi estas razões, mas entendo, acima de tudo, que esta questão tem de ser colocada à CEO, porque a CEO é que consegue responder por essa razão.

Relativamente à questão da Zamna Technologies, saliento, mais uma vez, que não houve nenhuma conversa minha com a CEO sobre esse tema, em fórum nenhum, de forma alguma. Entendi, na altura, dar aquelas indicações à equipa, porque além de um potencial conflito de interesses, aquela aquisição não estava orçamentada, não estava prevista, não correspondia, sequer, a uma necessidade que a empresa tivesse identificado. E o processo de compras na TAP prevê que exista um orçamento aprovado, que exista um *business case*, uma análise económico-financeira que consubstancie e dê robustez à decisão que se está a tomar, e, naturalmente, a elaboração de especificações técnicas *standard* para se poder fazer uma consulta ao mercado alargada e, com base nas propostas recebidas, clarificá-las, negociá-las e, então, decidir por uma adjudicação.

Estes temas não estavam verificados, por isso achei que não valia a pena ter recursos da empresa a investir em análises muito detalhadas sobre este tema, até porque havia sempre algum conflito subjacente.

Relativamente à sua quinta questão, sobre as eleições, como afirmei, trata-se de uma leitura minha. Senti que poderia haver — mas é uma leitura minha, não tem evidência, não está consubstanciada em nenhum comentário ou nenhuma afirmação que me tenha sido feita — alguma urgência, naquela semana de 25 de janeiro — era uma semana, como também partilhei,

particularmente difícil para mim, por razões pessoais — e entendi a necessidade de ter aquela conversa comigo naquela semana, exatamente para tentar concluir um processo com rapidez. Foi essa a minha leitura.

Relativamente ao plano de reestruturação, qual a minha opinião? Naturalmente que me revejo no plano de reestruturação, a sua implementação foi, sobretudo aquela parte mais intensa no primeiro semestre de 2021, extremamente desafiante. A empresa passou por situações de falta de liquidez muito difíceis.

Recordo-me de, em abril de 2021, ter enviado uma carta — vou reformular, não fui eu que enviei a carta, a carta foi assinada pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo CEO interino, mas fui eu que a redigi — a dar nota de que se não houvesse uma injeção de fundos com caráter de urgência na empresa, a empresa estava em risco de, no mês de maio de 2021, não conseguir cumprir os *covenants* financeiros, pagar impostos, contribuições para a segurança social e salários. Ou seja, foi muito difícil.

Isto num momento em que foi necessário proceder a um redimensionamento duríssimo, o que causa sempre imensa ansiedade, não só às pessoas que são visadas, mas a todas as outras que veem colegas de muitos anos sair da empresa. Por isso foi de facto difícil, num ambiente em que foi possível ter uma relação muito construtiva com as associações representativas dos trabalhadores, mas os acordos de emergência foram uma etapa fundamental para conseguir assegurar a sobrevivência da empresa.

Por isso, repito, foram, de facto, períodos muito difíceis, com uma insolvência da Groundforce e possíveis riscos operacionais não só para a TAP, mas também para todos os aeroportos, porque a Groundforce tem uma quota de mercado no País de cerca de 80%. Se a Groundforce por acaso não sobrevivesse, não seria a TAP a ter um problema, seriam todos os aeroportos do País e com inúmeras outras situações, algumas talvez que parecem menores, mas que, no dia a dia, tinham muito impacto na empresa. Por isso,

foi, de facto, uma altura muito desafiante para a empresa.

Sobre a pergunta se o plano tem metas demasiado ambiciosas quero dizer-lhe que, em novembro de 2021, quando foi feita uma análise de sensibilidade ao plano, na qual a receita tinha uma revisão em alta, a minha principal preocupação quanto ao otimismo daquele plano estava sobretudo relacionada com otimismo — e ontem a CEO referiu isso — porque não é só colocar a receita, depois é preciso ter um plano de rede, é preciso ter rotas, é preciso ter aviões, é preciso ter pessoas, é preciso ter recursos, pelo que a minha preocupação estava aí e, certamente, todos nos recordamos, no verão passado, em 2022, da disrupção que foi causada no aeroporto de Lisboa, que, felizmente para a TAP, não foi apenas a TAP, foi toda a indústria e ainda bem. Não fico satisfeita por isso, mas, de qualquer das formas, foi algo que sempre mitigou.

Sobre os resultados de 2022, fico muito satisfeita que a empresa tenha conseguido atingir as métricas de receita a que se tinha proposto, fico muito satisfeita. Eu sou, por natureza, muito prudente e cautelosa. A receita numa companhia aérea não é estrutural, não é como uma empresa de telecomunicações, que tem contratos de fidelização; não é como um transporte rodoviário, que tem o passe. Ou seja, não é estrutural, é uma receita conseguida porque o PRASK (Passenger Revenue per Available Seat-Kilometer), que é a receita média por cada assento e por cada quilómetro, está muito alta face aos anos anteriores.

Ora, isso é ótimo, porque significa que a empresa está a fazer, na minha opinião, um trabalho muito bom na gestão da sua receita, mas é importante perceber também a conjuntura de quando temos um ambiente inflacionista, como temos hoje e, sobretudo, quando temos também dois temas de conjuntura que são relevantes e que favorecem a TAP *versus* outras empresas do Norte da Europa. Dou como exemplo a política de covid zero, na China, o que fez com que empresas do Norte da Europa vissem as suas

receitas muito mais afetadas, porque ficaram limitadas em mercados muito importantes, como o mercado chinês, e também a guerra na Ucrânia. E porquê? As empresas do Norte da Europa são muito afetadas, porque quando voam para o Oriente, por causa de restrições de tráfego aéreo, têm de fazer uma volta muito maior. Quer dizer, para ir da Finlândia para a China são mais três horas de voo.

Por isso, fico muito satisfeita com os resultados de receita que a empresa atingiu. Fico satisfeita que isso se tenha traduzido num resultado líquido positivo para a empresa. É, de facto, positivo que assim seja.

Tenho apenas uma preocupação relacionada com os custos da empresa e porquê? Porque a empresa, hoje, pelo que eu entendi dos resultados da empresa, está com o CASK (*Cost of Available Seat-Kilometer*), excluindo o *fuel*, aos níveis de 2019.

E o que é o CASK? É o custo por assento por quilómetro. Isto é uma métrica que é utilizada na indústria para comparar a estrutura de custos de uma empresa para a outra e estando, à data de hoje, com uma operação já muito próxima dos níveis de 2019, ter um CASK *ex-fuel* em linha com o de 2019, quando a empresa está com cortes salariais, é uma preocupação. E acredito que a gestão da empresa, certamente, estará a tomar todas as medidas para mitigar isso.

Ou seja, é uma métrica de custo que, mesmo com cortes salariais, está a comparar com os níveis de 2019. Mas, naturalmente, como cidadã, como portuguesa, como ex-trabalhadora e como ex-administradora, fico muito satisfeita que a empresa tenha atingido estes resultados em termos de receita, mesmo tendo em consideração esta conjuntura, porém tenho esta preocupação, e a preocupação futura, de garantir que a empresa consegue gerar liquidez. É uma coisa que ainda não acontece atualmente e, no final de contas, perceber se uma empresa está saudável está muito relacionado com esse tema.

Quanto à questão sobre a quem comuniquei a minha saída, comuniquei-a ao Conselho Fiscal da NAV. Tanto quanto sei, não seria sequer preciso, porque a nomeação para membro do Governo não mo exigiria, mas eu enviei um *e-mail* ao Conselho Fiscal da NAV a dar nota da minha renúncia.

Sobre a sociedade de advogados que acompanhava a NAV, nunca tive razão nenhuma para duvidar da sua competência e nível de profissionalismo.

Aproveito para fazer também um pequeno comentário sobre uma questão que a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua colocou, porque a dada altura, na sua intervenção, disse que tinha sido eu a selecionar essa sociedade de advogados na NAV.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Na TAP!

A Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis: — Na TAP, na TAP. Não é correto. Essa sociedade de advogados foi selecionada pelo Conselho de Administração da TAP, foi uma decisão tomada em Conselho de Administração, à semelhança do que aconteceu com todos os outros consultores e assessores que assessoraram a elaboração do plano de reestruturação da TAP.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Passamos agora à próxima ronda.

Pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Engenheira, esta audição decorre com respostas completas e claras e, portanto, só por isso já vale a pena saudar.

Como sabe, os Deputados não são desconfiados, mas são curiosos, e é

nossa obrigação fazer perguntas.

Vou passar por quatro temas e tentar esclarecê-los um pouco melhor.

O primeiro tem a ver com a mulher do Ministro das Finanças. Resulta dos documentos que temos que ela terá participado, também por convite, em reuniões do Conselho de Administração, sendo mais tarde substituída.

A Sr.^a Engenheira disse-nos — mas pedia-lhe, por favor, que confirmasse, porque foi assim que entendemos — que, em 2022, terá tomado o pequeno-almoço ou terá almoçado com ela num contexto de trabalho. Eu pedia-lhe só que refletisse se foi exatamente assim, porque parece-nos difícil que isso tenha acontecido, até porque, aparentemente, teria entrado de baixa antes, foi mãe, estaria em contexto de trabalho em janeiro, e a Sr.^a Engenheira só esteve lá um mês, em janeiro. Quando é que foi exatamente? Quando é que isto ocorreu?

Segundo, relativamente aos resultados de 2022 — ouvi-a com muita atenção e vamos estar também muito atentos ao que disser —, deixe-me fazer-lhe outra pergunta dentro desse contexto, até para percebermos porque é que a TAP foi impedida de divulgar os seus resultados. Sr.^a Engenheira, qual era o cálculo? Disse há pouco que era importante perceber que, numa empresa com um corte de salários como o que a TAP teve, há resultados que são um bocadinho preocupantes por essa via e eu pergunto-lhe: uma empresa que tem 65 milhões de euros de resultado positivo, qual era o impacto do corte de salários nas contas da empresa? Ou dito de outra maneira, sem o corte de salários, esta empresa teria dado prejuízo novamente ou não?

Terceiro, sobre o plano de reestruturação. Pareceu-me ver, o que é completamente compreensível, um certo orgulho da Sr.^a Engenheira em ter participado profundamente na elaboração e preparação do plano de reestruturação e, portanto, não será a mãe da criança, certamente, mas será alguém que muito se empenhou nele e queria muito que ele tivesse êxito, até aí, compreendemos perfeitamente, agora pergunto-lhe o seguinte: este plano

foi apresentado, foi aprovado, e a Sr.^a Engenheira estava na elaboração do plano, que era um plano a cinco anos ou a quatro anos, até 2025, e que se pretendia que tivesse êxito. Quando estavam a apresentar o plano — recorda-se, certamente, daquele entusiasmo do Sr. Primeiro-Ministro, das caravelas, daquelas coisas que ele dizia quando decidiu renacionalizar a TAP, «isto agora é dos portugueses», e o Ministro das Infraestruturas dizia «o povo é que paga, o povo é que manda», aquelas tiradas que eles tiveram —, alguma vez, neste contexto, lhe disseram: «Olhe que o plano de estruturação não é até 2025, mal isto corra um bocadinho melhor, é para entregar a um privado»? Alguma vez falaram nisso ou isto é um amor tardio do nosso Primeiro-Ministro?

Quarta questão, só para confirmar também se foi assim: aparentemente, disse-nos que existiam sete razões que podiam justificar as divergências com a CEO da TAP, os motoristas, o plano de reestruturação, a mudança da sede, as frotas dos carros, a conversão da dívida ao Estado. Queria, por favor, que me confirmasse se foram estas. Disse sete, mas nós temos alguns políticos que dizem sete e depois explicam três. Eu acho que não será o caso, portanto, faltando aqui duas, pergunto se nos pode dizer quais seriam então essas duas razões.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Relativamente à questão sobre a Dr.^a Stéphanie Sá Silva, ela participava como convidada em algumas reuniões de Conselho de Administração. É normal que assim seja, da mesma forma que participavam outros diretores da casa, quando se tratavam assuntos que eram da sua área de responsabilidade. Agradeço a possibilidade de clarificação. De facto, quando disse que tive um pequeno-almoço e um almoço em 2022, não foi em contexto profissional. Eu, na altura, já não estava na TAP. Tivemos um pequeno-almoço numa lógica de manter um contacto regular, que terá acontecido algures no primeiro semestre, não consigo dizer-lhe em

que data. O almoço terá sido no segundo semestre. Eu não tenho um contacto regular com a Dr.^a Stéphanie Sá Silva, são conversas normais que tenho com antigos colegas de empresas por onde já passei ou pessoas com as quais me encontrei, de alguma forma, em contexto profissional.

Relativamente aos resultados de 2022 e à importância que os cortes salariais tiveram nos mesmos, certamente que os cortes salariais são importantes. Eu não estou na empresa atualmente e não consigo precisar o número, o valor exato ou o montante exato em que se traduzem esses cortes salariais. Aí, o melhor será, de facto, colocar a questão de forma muito objetiva à TAP, porque eu não tenho essa informação. No entanto, serão, naturalmente, várias dezenas de milhões de euros, ...

O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD): — Mais de 65!

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis:** — ... mas, como digo, com a informação que tenho hoje, não consigo quantificar.

Sobre o plano de reestruturação e o êxito do mesmo, não tive, durante a elaboração do plano, conversas — também não tinha por hábito tê-las — nem conhecimento de alguma indicação ou instrução que tenha sido dada relativamente à privatização da empresa e sobre potenciais datas. É um tema sempre subjacente, mas nunca indicado. E digo subjacente porque, naturalmente, até mesmo Bruxelas colocava a questão.

Relativamente às sete razões, eu disse sete, não disse que eram sete. Clarificando, eu falei em sete, mas quando as referi, deixei claro que esse é o número de razões que eu tenho visto serem identificadas. Não fui eu que as apontei. E as razões que eu vi serem identificadas foram: a mudança da sede, a política de viaturas, a contratação de pessoas, os procedimentos de *procurement*, o otimismo do plano de reestruturação — ou o *so-called*, peço desculpa pelo anglicismo, ou suposto otimismo do plano de reestruturação

—, a conversão do empréstimo acionista de 1,2 mil milhões de euros e o tema de que também já falei, relativo à frota de aviões, dos ATR *versus* os Embraer. Foram estas as razões que vi serem referidas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Usa agora da palavra o Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Engenheira, esta ronda é diferente da anterior, o que seria, na minha opinião, expectável. No entanto, fazemos desta forma e apelo à sua excelente capacidade de memória para as questões e para as respostas que vai dar-me, porque algumas delas também se arrastam no tempo.

Na primeira ronda, falámos da relação que existe entre um trabalhador que não estava vacinado, que foi vacinado, evitou o despedimento e de cuja relação familiar a Sr.^a Engenheira terá tido conhecimento depois de ter saído da TAP. Este era o primeiro exercício de memória a que eu queria apelar à Sr.^a Engenheira. Tem a certeza de que, por um mero acaso, uma mera conversa, não teve contacto com essa realidade enquanto exercia funções na TAP?

Depois, pergunto-lhe também qual era a sua relação com esse dirigente sindical. Havia uma relação profissional ótima, estável ou, de todo, positiva? E pergunto ainda — eu faço esta pergunta porque sei que vai saber responder-me — qual é a relação desse dirigente sindical com a CEO. E, no caso de a Sr.^a Engenheira se lembrar de ter tido contacto com essa pessoa enquanto lá estava, se existiu, o que é que a Sr.^a Engenheira terá feito para defender essa relação dentro da companhia? Volto a dizer, no caso de se recordar que se cruzou com essa pessoa e que teve conhecimento desse facto enquanto estava em funções.

Segunda questão, em relação à Zamna, a Sr.^a Engenheira foi perfeitamente esclarecedora na resposta que deu, já nesta segunda ronda, ao dizer que não permitiu que tal avançasse por uma questão simples e correta — na nossa opinião, a sua posição foi extremamente correta, porque havia um claro conflito de interesses. A pergunta que vou fazer-lhe é muito clara, muito objetiva e, recorde à Sr.^a Engenheira, pode ser também uma das chaves deste processo: a CEO queria à viva força fazer este contrato e terão começado aí as grandes desavenças entre a CEO e a Sr.^a Engenheira?

Outra questão concreta e objetiva: o que é que o CFO pediu, concretamente, à sua equipa para fazer e com o qual a Sr.^a Engenheira não concordou, nem com a forma, nem com o conteúdo? A Sr.^a Engenheira disse, e cito, «tinham inclusive prazos e questões fora do normal». Portanto, o CFO pediu à sua equipa, à sua revelia, para fazer algo com que a Sr.^a Engenheira não concordou e que apelidou como fora do normal. O quê, concretamente?

Depois, pergunto-lhe também — são várias questões numa só questão — há quanto tempo conhece Fernando Medina. Qual a relação que tem com ele, excetuando a relação profissional? Porque terá Fernando Medina contratado Alexandra Reis para tutelar precisamente as empresas? Ao que sei, e peço também que me confirme, não seria só a TAP, seriam também o SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal) e os hospitais públicos, todos os hospitais públicos. Seriam estas as três pastas que a Sr.^a Engenheira iria assumir.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está prestes a atingir o seu tempo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Na sua opinião, terá Fernando Medina contratado a Sr.^a Engenheira pelo vasto currículo que tem — porque o tem —, pela sua experiência na TAP? E aquando da sua saída forçada, que, acredito, nem a Sr.^a Engenheira

nem o Sr. Ministro queriam que acontecesse, o Sr. Ministro pediu-lhe, de alguma forma, contenção pública no que viesse a dizer sobre esta matéria?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Relativamente à primeira questão que colocou, eu só tive conhecimento de que haveria uma relação familiar entre o motorista referido e um dirigente sindical muito tempo depois de ter saído da TAP, por isso, nunca associei, em momento algum, não tenho nenhuma opinião sobre esse assunto.

Não tive relação profissional com esse dirigente sindical. Porquê? Eu saí em fevereiro de 2022 e esse dirigente sindical foi nomeado pouco tempo antes como dirigente sindical — houve uma alteração na liderança do sindicato — e numa altura em que a revisão dos acordos da empresa não teria começado ainda. Por isso, não me recordo de ter reuniões com esse dirigente sindical.

Penso que não me está a falhar mais nenhuma questão.

Relativamente à Zamna, como referi, não houve nenhum contacto, nenhuma conversa entre mim e a CEO sobre esse tema. Não tenho nenhuma evidência, não tenho nenhuma indicação de que a CEO quisesse fazer aquele contrato. Nada me foi referido sobre esse assunto.

Relativamente à questão que colocou sobre o CFO e o tema de *procurement* — e agradeço ter colocado a questão, porque me permite clarificar —, o que se passou foi que o CFO pediu à minha equipa de *procurement* a realização de algum apoio, num processo relacionado com frota. A frota tinha passado para o CFO e o CFO socorreu-se de pessoas da minha equipa, para ajudar a equipa de frota nuns temas em que estavam a trabalhar.

Referi o tema dos prazos, apenas porque a minha equipa, que não estava habituada a receber instruções, a receber pedidos de trabalho diretamente de outro administrador sem uma articulação prévia comigo —

que é o normal, aquilo que é cordial entre colegas da Comissão Executiva — , levantou-me esse tema, a dizer «atenção, porque temos estes projetos, temos estes prazos para cumprir, solicitados por mim, e, agora, temos aqui outras solicitações de forma direta para as quais não temos disponibilidade», e pediram-me indicações e orientações sobre como proceder.

Isto aconteceu a 27 de janeiro de 2022 e, na altura, a minha conversa com o CFO — e indiquei-a hoje apenas aqui por uma questão muito específica sobre momentos de tensão e recordo-me apenas deste — foi apenas de lhe dizer que, se houvesse alguma necessidade de algum apoio de alguma equipa minha, articulasse primeiro comigo, porque as pessoas, naturalmente, geriam o seu dia a dia, as suas tarefas e as suas prioridades de acordo com as indicações que eu lhes dava e qualquer apoio que a equipa pudesse prestar ao CFO seria dado, naturalmente, na medida da disponibilidade possível, mas teria de haver uma articulação prévia. Foi esse o sentido das minhas palavras.

Relativamente à última questão, sobre a minha relação com o Sr. Ministro das Finanças, é estritamente profissional. Como lhe disse, tive apenas, antes da minha entrada na Secretaria de Estado do Tesouro, uma reunião com ele, na Câmara Municipal de Lisboa, relacionada com um projeto da TAP. Na altura, eu estava na TAP.

Como Secretária de Estado do Tesouro, iria tutelar as empresas públicas, a gestão financeira das empresas públicas. Isto abrange desde as infraestruturas de Portugal ao setor da saúde, ao setor da cultura, ou seja, seria a panóplia da generalidade das empresas públicas do Estado.

Da conversa que tive com o Sr. Ministro, penso que me terá convidado, tendo em consideração a minha experiência de gestão não só de empresas privadas, mas também de empresas públicas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Damos por terminada esta segunda ronda. Vamos passar à terceira ronda.

Temos seis Srs. Deputados inscritos. Cada um dos Srs. Deputados tem três minutos. Peço o maior rigor no cumprimento do tempo que temos indicado na grelha, de três minutos. Depois, a Sr.^a Engenheira terá, indicativamente, 18 minutos, para dar as respostas que entender, se necessitar desse tempo.

Começamos pelo Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Engenheira, ainda relativamente à Zamna, acredito que sejam inúmeras as propostas de negócio que entram diariamente na TAP. Por algum motivo, esta foi ter à sua mão.

O que lhe pergunto é se pode garantir, nesta Comissão, sob compromisso de honra, que absolutamente ninguém tentou influenciar a decisão que a Sr.^a Engenheira recusou — e bem — e quais as implicações que esta decisão teve. Ninguém chegou à Sr.^a Engenheira com este dossiê, caiu na sua mão só porque sim? É esta a questão.

Segunda questão: não acha muito estranho o despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro das Infraestruturas, de 26 de dezembro, ter sido anunciado com pompa e circunstância, onde se pede uma explicação exaustiva por parte da companhia, e, logo no dia seguinte, pela manhã, a TAP emitir a resposta ao despacho? E uma resposta bastante bem elaborada, bastante complexa.

Acredita que houve aqui um complô entre os dois Ministérios e a CEO da TAP e também o Sr. Manuel Beja, para, de alguma forma, pôr em xeque a posição da Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis? É uma suspeição que possa ter, não é um dado adquirido naturalmente, mas, dado os *timings* e a complexidade da resposta, parece-nos, sem querer fazer juízos de valor, que alguma coisa estaria combinada nesse sentido.

E depois, também, com base no relatório da IGF (Inspeção-Geral das Finanças), em que colocam novamente na rota da TAP a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis, com uma possibilidade de ter de ser readmitida, pergunto à Sr.^a Engenheira: entende que, eventualmente, estará uma motivação política por detrás disto? Entende que, de um momento para o outro, a Sr.^a Eng.^a Christine Widener tenha passado de bestial — não vou dizer o resto, a Sr.^a Engenheira percebeu — e a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis passado de vilão a herói?

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^a Engenheira, são três perguntas muito rápidas.

A primeira é se confirma que, no dia 3 de novembro de 2021, houve uma reunião extraordinária do Conselho de Administração, onde participou, então, a diretora jurídica da altura, a mulher do Ministro das Finanças.

Segundo, disse que com a ex-diretora jurídica da TAP tinha uma muito boa relação profissional. No fim de 2021, a mesma até participou nestas reuniões do Conselho de Administração e disse que esteve duas vezes com a mesma numa lógica de *networking*. Pergunto-lhe se quer explicar um bocadinho melhor o teor destes dois encontros. A expressão «*networking*» é sua, não é minha.

Com base nisto, poderia muito bem dizer que a ex-diretora jurídica da TAP foi quem a recomendou. Poderia fazer, mas não o vou fazer, tal como disse que a CEO também não tinha perfil, também não vou dizer isso, mas há informações que parecem levar nesse sentido.

Em terceiro lugar, uma pergunta muito rápida. A IGF publicou uma auditoria sobre a NAV, em abril de 2022, referindo várias coisas: elevados

desvios entre gastos reais e programados, uma política de salários inadequada, uso de viaturas para fins pessoais sem acordo, entre outros. Pergunto-lhe se, quando chegou à NAV, esta auditoria lhe chegou e se procurou seguir as recomendações dessa auditoria e corrigir estas situações.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

Aliás, usa agora da palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis e o seu advogado.

A determinada altura, enquanto era administradora da TAP, a TAP subscreveu um seguro de *Directors and Officers* e julgo que teve um papel muito relevante na negociação deste seguro. Este seguro era inédito na TAP, julgo que não existia anteriormente e cobre, no fundo, as ações de responsabilidade civil que possam ser interpostas contra os administradores da TAP.

Portanto, a primeira pergunta que lhe fazia era se confirma isto, quando é que foi subscrito o seguro, quanto é que ele custou, qual é o capital coberto, quem é que cobre e porque é que, atipicamente, foi tomada a decisão de deixar de fora o acionista Estado, que poderia também ser protegido por esse seguro.

Portanto, se houver ações sociais interpostas pelo Estado contra administradores da TAP, o Estado não está coberto pelo seguro.

E perguntava-lhe também se este seguro cobrirá as suas despesas, mais as da CEO, do PCA (Presidente do Conselho de Administração) e dos diferentes administradores, relativas a honorários de advogados, relativas a cauções, custas judiciais, nomeadamente nas ações que venham a ser interpostas por causa de tudo isto que aconteceu, isto é, o seu despedimento,

entre aspas, o despedimento da CEO em direto feito pelo Ministro das Finanças e pelo Ministro das Infraestruturas e, eventualmente, o do próprio PCA. Gostava de que me confirmasse se é assim, ou não, e com particularidade aqui para os capitais cobertos e todas as garantias.

Depois, outra questão: quando vai para a Secretaria de Estado, uma vez que ia tutelar o setor empresarial — e já referiu aqui algumas dessas empresas —, ponderou, em algum momento, se haveria ou não conflito de interesses por ter passado quer pela NAV quer pela TAP, e, nomeadamente na NAV, há muito pouco tempo, porque saiu diretamente da NAV para a Secretaria de Estado? Foi pedido algum parecer jurídico interno ou externo ao Governo, no âmbito desse eventual conflito de interesses? E qual foi a data em que foi convidada para a Secretaria de Estado?

Depois, perguntava-lhe também — se estiver a ir muito depressa, diga-me, mas tem a ver com o tempo — se teve, para além da esposa do Sr. Ministro das Finanças, reuniões, pequenos-almoços, almoços, ceias ou, enfim, qualquer coisa que se possa encaixar nesse âmbito, com atuais ou anteriores Membros do Governo, depois de janeiro de 2022, acho que até à atualidade. Portanto, acho que era uma questão importante.

E, por último — aliás, duas últimas questões —: quando é que Manuel Beja, daquilo que é o seu conhecimento, poderá ter sabido do seu despedimento? Qual foi a data concreta?

E, agora sim, por último: se a IGF considera que o acordo celebrado entre a TAP e a Sr.^a Engenheira é nulo, poderemos equacionar, ou não, que ainda se mantém, sem saber, administradora da TAP?

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Engenheira,

cumprimento-a, agradeço a sua factualidade e faço exatamente a mesma pergunta que fiz ontem à Sr.^a Eng.^a Christine Ourmières-Widener: qual é, na sua perspetiva, o momento zero de todo este processo? Que é o mesmo que dizer: quando é que surge, pela primeira vez, quando é que a Sr.^a Engenheira sabe, pela primeira vez, que tem de sair e quem é o paciente zero deste processo, quem é a pessoa que inicia todo este processo?

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Dantas.

A Sr.^a **Patrícia Dantas** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis e o Sr. Dr. Pedro Melo, bem como os demais presentes.

O Sr. Administrador Financeiro da TAP, Dr. Gonçalo Pires, afirmou na CPI que, no final de 2020, a TAP tinha uma provisão para indemnizações de 93 milhões de euros e que, em 2021, era de 37 milhões, sendo que estes montantes seriam para saídas previstas e extraordinárias.

Disse também que o 0,5? milhão de euros pagos à Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis tinha cabimento orçamental dentro das contas da companhia, que, à data do pagamento, a TAP tinha 2,3 milhões de euros para indemnizações não previstas e que, por esse facto, competia à tesouraria da empresa aprovar esta despesa.

Isto justifica, segundo o Sr. CFO, que — por causa disso e porque o ficheiro estava encriptado, não obstante o Dr. Gonçalo Pires ter assinado a transferência bancária para a sua conta — não tenha tido conhecimento do pagamento da sua indemnização?

As questões que lhe coloco, até porque também assumiu a função de CFO na companhia, são: não há limite individual para cada indemnização? Isto é, se houver uma indemnização de 1,5 milhões de euros, 1 milhão e meio de euros, menos do que os 2,3 milhões de euros, o pagamento pode ser

assinado pela administração da empresa nas mesmas condições? Se há limite temporal para cada indemnização, qual é, em valor e em horizonte temporal? Que mecanismos de controlo interno existem na empresa para verificar que, dentro do dito orçamentado e do cabimento orçamental, não existem abusos para indemnizações ou outros processos de compras?

Outras duas questões: na sua altura como CFO da companhia, teria feito as coisas da mesma forma? Sabemos que o Sr. CFO preparava notas para o Sr. Primeiro-Ministro. Também o fazia quando esteve nessa mesma função?

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra à Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis, queria confirmar se não há mais nenhum Sr. Deputado inscrito.

Pausa.

Não há mais nenhum Sr. Deputado inscrito, portanto, Sr.^a Engenheira, para responder a este lote de perguntas, tem a palavra.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Relativamente à questão colocada, Sr. Deputado Filipe Melo, sobre a Zamna, eu não posso acrescentar mais do que já disse. Não tive nenhuma conversa com a CEO sobre esse assunto, a CEO não teve nenhuma abordagem sobre esse assunto comigo e eu não posso de forma alguma dizê-lo de outra forma, porque esta é a verdade. A verdade objetiva é que eu não tive nenhuma conversa com a CEO sobre esse assunto, nem a CEO alguma vez me abordou, influenciou, o que fosse, sobre este assunto.

Mas eu, como já referi, parei o processo. De qualquer das formas, não houve nenhuma conversa entre mim e a CEO sobre esse assunto.

Relativamente ao despacho conjunto de 26 de dezembro, no qual o Sr.

Ministro das Finanças e o Sr. Ministro das Infraestruturas solicitaram esclarecimentos à TAP sobre o meu processo de saída e o valor da indemnização, penso que esse despacho conjunto terá sido feito naquelas que são as suas atribuições e que o terão feito, naturalmente, com o objetivo de obter os esclarecimentos que entendiam ser necessários.

Relativamente à rapidez com que a TAP respondeu, não tenho nenhum comentário. Se a TAP tinha a informação disponível, naturalmente, fê-lo com a maior brevidade possível, tendo sido um pedido efetuado pelo Sr. Ministro das Infraestruturas e pelo Sr. Ministro das Finanças.

Relativamente à questão sobre a minha readmissão na TAP, no contraditório da IGF apresentado por mim e pelos advogados que agora me representam, como expliquei, se a formulação jurídica identificada na altura não é válida, então, trata-se de uma destituição por conveniência. Se se trata de uma destituição por conveniência, então, há direito a indemnização, porque, como referi, não me revejo no conteúdo do parecer da IGF, até porque, adicionalmente, não considero — e os advogados que me representam também não — ser possível considerar a invalidade do acordo parcial. Ou seja, o acordo foi feito de uma forma global, o que, nessas circunstâncias, me dá o direito de solicitar à TAP a minha readmissão como colaboradora da empresa, o que não estou a ponderar fazer.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a Sr.^a Engenheira está a usar da palavra. Depois, no fim, se houver alguma questão, faremos isso.

Faça favor, Sr.^a Engenheira, pode continuar.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sim, iria passar a responder ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Parece-me importante, antes de passar a uma outra resposta, esclarecer...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu queria dizer que a Sr.^a Engenheira está no uso da palavra, com o tempo que eu dei de resposta ao lote de perguntas. No fim, se houver alguma questão, voltaremos.

Faça favor, Sr.^a Engenheira, de continuar.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Darei, então, as respostas ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Presidente**: — Exatamente. Responde globalmente às perguntas que foram colocadas nesta terceira ronda.

Faça favor, Sr.^a Engenheira.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Relativamente à pergunta sobre se posso confirmar que, no dia 3 de novembro de 2021, houve uma reunião extraordinária do Conselho de Administração, sim, é verdade, houve uma reunião no dia 3 de novembro, no final do dia, reunião essa que foi marcada com carácter extraordinário.

Não tenho presente se a responsável do Gabinete Jurídico da TAP estaria presente, teria de consultar as minutas da ata, que não sei de memória e que não tenho, mas existe uma forte probabilidade de isso ter acontecido. Era a responsável pelo Gabinete Jurídico da empresa.... Sim. Em novembro, penso que ainda estaria na empresa, mas não tenho como confirmar isso assim de memória.

Relativamente à expressão *networking*, é, de facto, um anglicismo. É uma expressão muito utilizada na gíria empresarial. Estamos a falar de

contactos regulares, de pessoas que mantêm o contacto ao longo do tempo.

Nada disso implica que eu tenha sido de alguma forma recomendada, sugerida, ou que essa conversa não fosse apenas sobre temas normais de que pessoas que se conhecem em contexto profissional normalmente falam. Repito, não considero que o facto de haver dois contactos pontuais, esporádicos, de alguém com quem já trabalhei se possa traduzir, de alguma forma, na assunção de que houve uma recomendação por causa disso.

Relativamente ao parecer da Inspeção-Geral de Finanças sobre a NAV, de abril de 2022, com toda a franqueza, não me recordo de o ter lido. No entanto, quando iniciei funções na NAV, naturalmente que me informei junto da empresa de temas que deveriam ser endereçados com maior urgência. Referiu o tema das viaturas. Não me recordo de alguma vez me terem falado dele, mas também não lhe consigo precisar isso com todo o detalhe, já lá vai algum tempo. Mas é como digo: informei-me sobre temas que seria mais urgente endereçar. Havia um projeto muito grande na altura, relacionado com a migração do sistema de gestão de controlo de tráfego aéreo, e a principal prioridade foi esse projeto.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, relativamente aos seguros *directors and officers*, esses seguros, tanto quanto sei, sempre existiram. Pelo menos, na gestão privada, existiam de certeza e, tanto quanto sei, já vinham do passado. Não lhe consigo precisar o montante das apólices, sugiro que seja solicitado à TAP.

São seguros bastante complexos. Um administrador, um *director* de uma companhia aérea tem responsabilidades pessoais e criminais caso haja algum acidente. Por isso, na indústria, é uma prática perfeitamente normal. Seria até, eu diria, quase impossível que este tipo de seguros não existisse. Se cair um avião, só o valor da aeronave é de 100 milhões de euros. Quanto às 300 pessoas que estiverem dentro do avião, só a responsabilidade civil relacionada com a potencial perda de vida destas pessoas é enorme. Como

deve imaginar, são temas que as empresas, nomeadamente uma companhia aérea, têm de acautelar.

São seguros bastante complexos e, tipicamente, não são sequer feitos com uma única seguradora, é com um sindicato de empresas seguradoras, porque não há nenhuma seguradora que se atreva a correr o risco na íntegra da totalidade da frota de uma companhia aérea.

Por isso, são seguros normais, uma boa prática na indústria, e acontece assim em todas as companhias aéreas do mundo.

Sei também que o montante foi reduzido ao longo dos anos — mas não lhe consigo precisar os montantes das apólices —, sobretudo durante a pandemia. E porquê? Porque estes seguros também estão relacionados com o nível de risco que a empresa tem e a pandemia foi muito dura para a aviação, para toda a indústria, por isso, a disponibilidade das seguradoras para segurar companhias aéreas também se tornou mais reduzida, daí menores coberturas e apólices com um custo infelizmente não tão favorável.

Relativamente à minha mudança para a Secretaria de Estado do Tesouro e o potencial conflito de interesses na NAV, não foi pedido nenhum parecer jurídico. Não entendo que houvesse um conflito de interesses, porque se trata da gestão profissional pelo Secretário de Estado do Tesouro de uma empresa que vai tutelar. Não vejo esse conflito de interesses, mas, sendo objetiva e respondendo à pergunta que colocou sobre o parecer jurídico, este não foi efetuado.

Quanto à terceira questão, relativamente ao conhecimento do Presidente do Conselho de Administração da TAP sobre o meu processo de saída, eu não tenho informação sobre quando é que o Presidente do Conselho de Administração foi informado, não tenho informação sobre a data específica em que isso terá acontecido.

Relativamente à questão sobre se, no meu entendimento, me mantenho como administradora por o processo, o acordo, a formulação jurídica

encontrada para a minha saída da TAP ser nula, como o teor do parecer da IGF aponta, eu não sou jurista, não consigo ter uma resposta a esse ponto.

Sr. Deputado, penso que terminei.

Relativamente ao momento zero, foi na data de 25 de janeiro que fui informada pela CEO, como já referi hoje aqui, por diversas vezes, de que se pretendia que saísse da empresa.

Sr.^a Deputada Patrícia Dantas, relativamente às provisões de 93 milhões de euros nas contas de 2020 para os custos de reestruturação, essa provisão foi feita considerando todas as saídas que estava previsto realizar no ano de 202 e foi por isso que foram registadas naquelas contas.

Sobre as outras provisões que mencionou, elas foram registadas numa altura em que eu já não estava na empresa. A apresentação de resultados das contas de 2021 aconteceu numa data posterior à minha saída, por isso não tenho informação, não tenho detalhes sobre os números que referiu.

Colocou-me uma questão sobre os limites individuais às indemnizações, certo?

A TAP tem uma delegação de competências para áreas de recursos humanos, para áreas de compras. Eu não tenho totalmente presente, neste momento, o detalhe da delegação de competências no que diz respeito às saídas de colaboradores e saídas com algum tipo de compensação.

Recordo-me de que teriam de ser sempre articuladas entre dois administradores da empresa, e depois o que existe é uma delegação de competências que tem patamares de acordo com os montantes de despesa em que se vai incorrer.

Por isso, relativamente aos valores das indemnizações, naturalmente eles teriam sempre de ter a aprovação do administrador que tem a responsabilidade da área onde estaria aquele colaborador, por exemplo, e do administrador com o pelouro dos recursos humanos.

Segundo me recordo — mas penso que é melhor solicitarem o detalhe

desta informação, porque estou a falar de memória e não quero, de forma alguma, induzir os Srs. Deputados em erro —, sobre o limite temporal para as indemnizações, penso que o que foi definido no programa de saídas do primeiro semestre de 2021, acordando os colaboradores o valor da compensação pela sua saída da empresa, foi um prazo de três anos para que o pagamento da indemnização fosse feito. Ou seja, a indemnização era de 100 000 € e era paga em três *tranches* ao longo de três anos.

Isto foi pensado e definido assim na altura, porque a situação de liquidez da empresa em 2021 era muito, muito frágil e foi uma forma de diferir no tempo estes pagamentos.

Perguntou-me também se eu alguma vez preparei notas para o Sr. Primeiro-Ministro. Não. Não me recordo de alguma vez ter preparado nenhuma nota para nenhum membro do Governo. Naturalmente, tínhamos os nossos deveres de reporte, os canais normais, a formação da empresa, mas tratava-se do reporte normal da empresa às tutelas.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Filipe Melo pediu a palavra há pouco, penso que para pedir a clarificação de alguma resposta.

Faça favor, Sr. Deputado. Se puder, dirija-se a mim e eu coloco a questão à Sr.^a Engenheira.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, eu coloquei três questões à Sr.^a Engenheira.

Se a segunda e a terceira eram de resposta subjetiva, porque as questões também eram subjetivas — a Sr.^a Engenheira respondeu da forma que melhor entendeu, e eu agradeço a resposta —, a resposta que me deu à primeira questão foi precisamente um *replay* da resposta que me havia dado na segunda ronda. E eu reforço que fiz uma questão diferente, que exigiria uma resposta diferente.

Eu não perguntei à Sr.^a Engenheira se a Eng.^a Christine Widener tinha tido influência direta neste processo a pedir que fosse aceite a proposta da empresa da qual o marido é diretor. O que eu perguntei — e penso que seria muito importante clarificarmos este ponto — foi se, de alguma forma, alguém dentro ou fora da empresa pediu à Sr.^a Engenheira Alexandra Reis que aceitasse esta proposta.

Reforço o que já disse anteriormente: a Sr.^a Engenheira teve a atitude mais correta que podia ter tido. Mas é importante nós percebermos de que forma é que este dossiê chegou às mãos da Sr.^a Engenheira Alexandra Reis, porque, ...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... volto a referir — e para concluir, Sr. Presidente —, é perfeitamente normal entrarem centenas de propostas de negócio para a TAP, mas duvido de que todas cheguem às mãos do administrador que tem o pelouro das compras.

Porque é que esta em concreto chegou às mãos da Sr.^a Engenheira? Quem é que a levou? Com que pedido?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É que, para a Sr.^a Engenheira ter recusado a proposta, alguém tem de ter pedido.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira, penso que a pergunta que foi feita pelo Sr. Deputado tem a ver com o seguinte...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já lhe dou a palavra, agora estou eu a usar a palavra. Se puder ser, agradeço. Muito obrigado.

Sr.^a Engenheira, a questão que o Sr. Deputado Filipe Melo colocou tem a ver com o seguinte: em relação a essa proposta que foi aqui referida, como é que ela lhe chegou? Houve alguma influência em como ela lhe chegou? E, já agora, penso que também é importante saber, quais foram as razões por que ela não foi considerada?

Acho que, se responder a estas questões, terá respondido a tudo. Se puder responder, agradeço-lhe, Sr.^a Engenheira.

Faça favor.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Naturalmente, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, agradeço o esclarecimento à questão que colocou.

Eu tive conhecimento de que esta proposta tinha chegado à TAP através da minha equipa de compras, que me alertou para o facto de aquela empresa estar a apresentar uma proposta, uma proposta que não estava enquadrada dentro de um concurso, ou seja, não respondia a um concurso que tivesse sido lançado ao mercado.

De facto, isto acontece muitas vezes, porque é normal que as empresas tentem promover os seus produtos, os seus serviços, é perfeitamente normal, é também uma fonte de conhecimento e de aprendizagem da empresa conhecer as soluções que existem no mercado.

No caso em particular, a equipa entendeu que eu deveria ser alertada sobre este tema, tendo em consideração o potencial conflito de interesses que existiria caso se avançasse com este processo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, também tenho algumas questões que não foram respondidas, e vou dizer exatamente quais é que são de forma muito sucinta.

A primeira é se o seguro Directors & Officers cobre os custos com honorários com advogados, cauções, custas judiciais e custos relacionados da Sr.^a Engenheira Alexandra Reis, e eventualmente da CEO e do Presidente do Conselho de Administração, no âmbito destes litígios que se abriram com a TAP, quer com o despedimento considerado nulo pela IGF, quer com o despedimento, entre aspas, também da CEO e do Presidente do Conselho de Administração. Portanto, é uma questão muito concreta sobre se a apólice feita pela TAP cobre ou não estes custos.

Depois, porque é que excluíram o Estado? O Estado, nas ações sociais que podia interpor contra administradores, foi excluído desta apólice. Porque é que foi tomada esta decisão? A Sr.^a Engenheira Alexandra Reis participou na negociação deste seguro?

Outra pergunta que também não foi respondida foi a da data concreta em que foi convidada para a Secretaria de Estado pelo Dr. Fernando Medina.

Depois, desde o início de 2022 até ao presente momento, que outros eventos de *networking* — vou-lhes chamar assim, portanto, almoços, pequenos-almoços, o que quer que seja — é que se realizaram, nos quais a Sr.^a Engenheira Alexandra Reis tenha eventualmente participado, com governantes atuais ou anteriores? Portanto, quando e com quem?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Engenheira, penso que as perguntas colocadas pelo Sr. Deputado são bastante claras.

Quanto à primeira, não sei se, por qualquer razão, quer fazer chegar o documento, nomeadamente a apólice, para podermos verificar, mas ficará ao seu critério.

A segunda questão é sobre a exclusão do Estado.

A terceira questão é se teve participação na escolha do tipo de contrato.

Finalmente, sobre quando é que foi convidada para Secretária de Estado do Tesouro, penso que, há pouco, já tinha dito que tinha sido uns dias antes da tomada de posse, se bem me recordo. Pronto, mas também posso ter-me enganado aqui em alguma coisa, e não tenho a ata.

Depois ainda há a questão do *networking*.

Para responder a estas questões, se for necessário juntar algum documento ou algum elemento mais tarde, fique à vontade, porque eventualmente pode haver aqui algum elemento que não tenha a informação presente.

Faça favor, Sr.^a Engenheira.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Sr. Presidente, relativamente ao documento, atrevo-me a sugerir que seja solicitado à TAP, porque tem as apólices todas dos últimos anos. Penso que as custas jurídicas estão incluídas na apólice, essa é a minha convicção, mas não lho consigo garantir.

O Sr. Deputado afirmou que o Estado foi excluído. Eu não tenho presente essa informação, não tinha, ou não tenho, conhecimento disso. Por isso, se aconteceu, não posso nem confirmá-lo nem lhe explicar as razões, porque não me recordo de alguma vez ter discutido esse assunto.

Relativamente à minha participação na negociação com o CFO, na altura da renegociação deste tipo de seguros, e tratando-se de um sindicato de seguradores, é muito comum o CFO fazer algo que na gíria se chama «*roadshow*», ou seja, com um *broker* fazer contactos com várias seguradoras, porque as seguradoras têm de entender o nível de risco da empresa. E é normal que o CFO o faça.

Nesse sentido, não lhe consigo precisar a data, mas sei que o fiz — na altura foi por meios telemáticos, com a pandemia, etc. Mas isso aconteceu. São sessões de perguntas e respostas, com algumas perguntas difíceis, mas

às quais a empresa tenta responder para que a seguradora tenha uma perceção adequada do risco da empresa.

Relativamente à data concreta do meu convite para Secretária de Estado do Tesouro, penso que terá acontecido três ou quatro dias antes da minha tomada de posse. Sim, terá sido por essa altura.

Relativamente ao *networking*, o único almoço que eu me recordo de alguma vez ter tido com um membro do Governo não foi um almoço de *networking*, foi um almoço de trabalho com o Sr. Secretário de Estado Hugo Santos Mendes, Secretário de Estado das Infraestruturas, na altura em que eu estava na NAV e nós queríamos marcar...

Foi pouco tempo depois de eu ter entrado na NAV, aliás, penso que foi três meses depois de eu ter entrado na NAV, porque entendi que, ao fim de três meses, após um primeiro contacto com a empresa, deveria ter esta iniciativa com o acionista para lhe dar nota daqueles que eu entendia serem os principais desafios, os principais temas em que a empresa estava claramente acima da *performance* de um comparável do setor, e outros temas naturalmente tinham de ser endereçados.

Por temas de agenda, acabámos por marcar para uma hora de almoço e, sendo uma hora de almoço, tendo em consideração a agenda muito ocupada do Sr. Secretário de Estado, acabámos por almoçar enquanto falávamos de trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, só para clarificar uma coisa: os termos que usei foram «honorários», «cauções», «custas judiciais».

Sei que a Sr.^a Engenheira se referiu a custas, e sei que às vezes pode ser uma forma de se referir a tudo, de forma global, mas queria só precisar se também estão incluídos os honorários dos advogados no âmbito desta

apólice. Portanto, era só para clarificar se também incluímos nesse conceito de custas os honorários.

O Sr. **Presidente**: — Penso que aquilo que a Sr.^a Engenheira nos sugeriu, para que todos nós tivéssemos precisão e soubéssemos exatamente do que é que estamos a falar, foi que pedíssemos uma cópia do contrato à TAP, para que passemos a ter isso...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, mas acho que, aproveitando a presença da Sr.^a Engenheira, poderíamos clarificar só isto.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Engenheira não o referiu, presumo eu, porque disse em determinado momento que não tinha precisos os termos em que o contrato definia essas circunstâncias.

Quero-lhe dizer que isso, penso eu, é normal e habitual. Nenhum de nós sabe de cor as normas, as cláusulas dos contratos de seguro que assina.

Mas aceito a sua sugestão e pergunto à Sr.^a Engenheira se tem a certeza dessa questão, dizendo desde já que aquilo que eu proponho é que a Comissão faça uma proposta no sentido de pedir esse documento à TAP para que todos saibamos exatamente do que falamos com precisão. Não nos devemos reger apenas com base na memória de alguém que vem aqui depor para, ao fim de seis horas, nos dizer exatamente o que é que está numa determinada cláusula de um contrato.

Se me permite, Sr. Deputado eu também gosto de poder falar, e não interrompo ninguém a não ser que seja absolutamente necessário.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu também não interrompi ninguém.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, perguntava à Sr.^a Engenheira se tem

preciso, se tem a certeza ou se prefere a minha proposta, isto é, que a Comissão peça esse documento.

Sr.^a Engenheira, faça o favor.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço a sugestão, porque, de facto, não tenho isso presente, e o que disser aqui pode não ter aderência à realidade.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Adesão! Adesão!

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não tenho presentes os termos exatos, concretos, das apólices de seguros D&O da empresa TAP.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Engenheira.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça o favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, eu coloquei uma pergunta e acho que tenho direito a obter a resposta, e aceito a resposta da Sr.^a Engenheira. Mas o que perguntei foi acerca da sua ideia, não é se tem a certeza, é daquilo que é a ideia da Sr.^a Engenheira.

A Sr.^a Engenheira já disse que tem a ideia que inclui as custas, portanto, se tem a ideia que inclui as custas, também pode ter a ideia ou não se inclui os honorários, sem prejuízo de pedirmos os documentos todos.

Agora, permita-me que coloque a questão e que ela seja respondida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, claro que permito que coloque a questão e estamos aqui todos precisamente para isso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas não parece!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, pergunto à Sr.^a Engenheira se quer apostar na resposta e dizer se inclui ou não inclui, para que todos terminemos mais cedo os nossos trabalhos.

Faça o favor, Sr.^a Engenheira.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Posso dizer que é provável que inclua, mas, mais uma vez, não quero de forma alguma induzir em erro os Srs. Deputados. Posso estar a dizer algo que, de facto, não tem aderência à realidade.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado. Então, a resposta é que é provável.
Sr.^a Deputada Patrícia Dantas, faça o favor.

A Sr.^a **Patrícia Dantas** (PSD): — Sr. Presidente, é só para voltar a colocar duas questões que não foram respondidas: se efetivamente, como CFO ou como parte da administração da TAP, havia possibilidade, enquanto a Sr.^a Engenheira esteve nessas funções na companhia, de ser processada uma indemnização de, por exemplo, 1,5 milhões — um valor menor do que o que estava orçamentado para indemnizações não previstas — sem que o administrador responsável tivesse tido conhecimento do mesmo e também que mecanismos de controlo interno existem para verificar que, dentro do orçamentado e do cabimentado não existem abusos, no fundo, na delegação de funções.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Sr.^a Engenheira, a questão tem a ver um pouco com um tema que há pouco me pareceu que eventualmente valha a pena pedir.

Não tenho a certeza se a Comissão o tem e presumo que não, portanto

até faço a proposta que se peçam as delegações de competência que existam precisamente para estas situações, o que penso que nos ajudará a responder a esta questão, que, aliás, já foi falada de outras vezes.

Ou seja, sobre a situação de uma indemnização de 1,5 milhões, quem é que tem competência para isso, a Sr.^a Engenheira tem isso presente? E a outra pergunta tem precisamente a ver com esta questão dos mecanismos de controlo interno: na existência de normas de controlo interno, de auditoria, que existam dentro da TAP para esta questão, a Sr.^a Engenheira pode ajudar-nos a dar resposta a estas questões?

Faça o favor, Sr.^a Engenheira.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Relativamente à delegação de competências, esta, tanto quanto me recordo — ou pelo menos até à data em que eu estive na empresa e segundo me recordo, sempre sujeito a uma leitura no presente —, prevê que, para um conjunto de atos, existam sempre dois administradores.

Por isso, a delegação de competências é já à partida e *per si*, apesar de não ser um mecanismo de controlo, uma ferramenta de gestão da empresa e deve ser cumprida. É a lei. É uma das leis, uma das regras, que existem dentro da empresa e por isso qualquer infração à delegação de competências por qualquer trabalhador, por qualquer diretor da empresa, tem de ser analisada e pode ser, dependendo da infração, sancionada.

Por isso, a delegação de competências tem duas vertentes. Por um lado, a exigência de que existam sempre dois administradores com responsabilidades diferentes — segundo me recordo — que aprovelem determinados atos e, por outro, tem patamares de despesa.

Uma despesa acima de 500 000 €, de acordo com a minha memória e reportando-me à data em que eu estava na empresa, é sempre da competência da Comissão Executiva. Ou seja, a Comissão Executiva, acima de 500 000 €,

tem sempre... Uma decisão terá sempre de ser tomada pela Comissão Executiva.

Relativamente aos patamares para o Conselho de Administração, não lhe consigo precisar porque, tendo em consideração a natureza da despesa na empresa, penso que haveria patamares diferentes para naturezas de despesa diferentes.

Por exemplo, qualquer contrato de combustível na empresa tem tipicamente milhões de euros, mas são contratos relativamente normais e, por isso, alguma da delegação de competências da Comissão Executiva para o Conselho de Administração tem também em consideração a natureza da despesa. Por isso, só uma leitura na data atual da delegação de competências é que permite essa avaliação.

Relativamente aos mecanismos de controlo da empresa, existem vários. De controlo orçamental, existe — ou existia na altura e acredito que se mantenha — uma área de planeamento e controlo de gestão que, numa base muito regular, avalia e analisa a despesa da empresa, a sua natureza e o cabimento orçamental de cada rúbrica de despesa na empresa. Penso até que na semana passada o Sr. CFO terá dado nota disso.

A par disso, existem também, para alguns tipos de atos, mecanismos que garantem que nenhuma área sozinha tem capacidade para decidir *per si*.

Dou o exemplo da área de compras. Quem especifica a necessidade de comprar é uma unidade de negócio, quem compra é a área de compras e quem paga é a tesouraria. É uma segregação de responsabilidades exatamente para garantir que a empresa tem mecanismos de controlo adequados.

Para além disso, a empresa tem ainda um gabinete de auditoria interna, que tem um plano de auditorias aprovado pelo Conselho de Administração e que vai executando essas auditorias ao longo do ano, para identificar oportunidades de melhoria e o cumprimento das regras da empresa.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Engenheira.

Sr.^a Engenheira, independentemente de os Srs. Deputados colocarem alguma questão, peço que precise o seguinte: quando falou na questão da delegação de competências, o valor de 500 000 € é mais de 500 000 € — inclusive 500 000 € — ou não? Ou seja, é até 500 000 ou é de 500 000 para cima?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Acima de 500 000, de 500 000 para cima...

O Sr. **Presidente**: — Inclusive?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Penso que é inclusive, isto já é um detalhe.

O Sr. **Presidente**: — Precisa da assinatura de dois, é assim? Foi assim o que eu percebi?

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Não. Precisa da aprovação da Comissão Executiva.

O Sr. **Presidente**: — Da Comissão Executiva.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — A Sociedade obriga-se sempre por dois administradores ou por um procurador nomeado, com poderes para o efeito.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Engenheira.

Sr.^a Deputada, penso que ajudou a resolver a questão.

Não havendo mais questões, queria agradecer à Sr.^a Engenheira e ao seu advogado a presença na reunião e agradecer também a todos os Srs. Deputados e a todos os que estão aqui presentes por mais esta sessão.

Até à próxima terça-feira, onde teremos a próxima audição da nossa Comissão de Inquérito. Muito obrigado.

A Sr.^a Eng.^a **Alexandra Reis**: — Muito obrigada, Sr. Presidente, muito obrigada Srs. Deputados.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Boa Páscoa!

O Sr. **Presidente**: — E boa Páscoa, independentemente de nos vermos todos daqui a umas horas. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

Eram 23 horas e 21 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.